

Almacenes Éxito S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

Almacenes Éxito S.A.**Demonstrações contábeis consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

	Página
Certificação pelo Representante Legal da Controladora e pelo Contador Chefe	4
Demonstrações consolidadas da posição financeira	5
Demonstrações consolidadas dos resultados	6
Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes	7
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	8
Demonstrações consolidadas das mutações no patrimônio líquido	9
Nota 1. Informações Gerais	10
Nota 1.1. Participação acionária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas	10
Nota 1.2. Subsidiárias colombianas e operacionais no exterior	11
Nota 1.3. Subsidiárias com participações materiais não-controladoras	14
Nota 1.4. Restrições sobre a transferência de recursos	16
Nota 2. Base para elaboração	16
Nota 3. Base para a consolidação	18
Nota 4. Políticas contábeis significativas	19
Nota 5. Normas e interpretações novas e modificadas	32
Nota 5.1. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021	32
Nota 5.2. Normas aplicadas a partir de 2021, emitidas antes de 1 de janeiro de 2021	33
Nota 5.3. Normas aplicadas a partir de 2021, emitidas em 2021	33
Nota 5.4. Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021	33
Nota 5.5. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2021, emitidas antes de 1º de janeiro de 2021	33
Nota 5.6. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020	33
Nota 5.7. Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas antes de 1 de janeiro de 2020	35
Nota 5.8. Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas em 2020	36
Nota 5.9. Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020	36
Nota 5.10. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2020, emitidas antes de 1º de janeiro de 2020	36
Nota 6. Combinações de negócios	36
Nota 7. Capital circulante líquido	36
Nota 8. Créditos comerciais e outras contas a receber	37
Nota 8.1. Créditos comerciais	37
Nota 8.2. Outras contas a receber	38
Nota 8.3. Créditos comerciais e outras contas a receber classificadas como correntes e não correntes	39
Nota 8.4. Créditos comerciais e outras contas a receber por vencimento	39
Nota 9. Despesas pagas antecipadamente	39
Nota 10. Contas a receber e outros ativos não financeiros com partes relacionadas	40
Nota 11. Estoques líquidos e custo de vendas	41
Nota 11.1. Estoques líquidos	41
Nota 11.2. custo de vendas	42
Nota 12. Outros ativos financeiros	42
Nota 13. Ativo imobilizado líquido	44
Nota 14. Propriedade de investimento líquida	46
Nota 15. Direitos de uso líquidos	48
Nota 16. Ágio	48
Nota 17. Ativos intangíveis líquidos, exceto o ágio	49
Nota 18. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	51
Nota 18.1. Informações não financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	51
Nota 18.2. Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	51
Nota 18.3. Objetivo empresarial dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	51
Nota 18.4. Outras informações sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	52
Nota 19. Mudanças na classificação dos ativos financeiros	52
Nota 20. Passivos financeiros	52
Nota 20.1. Obrigações adquiridas segundo contratos de crédito obtidos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021	54
Nota 20.2. Obrigações adquiridas segundo contratos de crédito obtidos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020	54
Nota 21. Benefícios para os empregados	54
Nota 21.1. Planos de benefícios definidos	54
Nota 21.2. Plano de benefícios a longo prazo	56
Nota 22. Outras provisões	57
Nota 22.1. Outras disposições classificadas como correntes ou não correntes	59
Nota 22.2. Previsão de pagamentos de outras provisões	60
Nota 23. Contas a pagar Outros passivos financeiros a pagar a partes relacionadas	60
Nota 23.1. Contas a pagar	60
Nota 23.2. Outros passivos financeiros	60
Nota 24. Débitos comerciais e outras contas a pagar	61
Nota 25. Passivos financeiros	61
Nota 26. Imposto de renda	61
Nota 26.1. Regulamento fiscal aplicável à Controladora e às suas subsidiárias colombianas	61

	Página
Nota 26.2. Regulamentação tributária aplicável às subsidiárias estrangeiras	65
Nota 26.3. Ativos e passivos fiscais circulantes	65
Nota 26.4. Imposto de renda	67
Nota 26.5. Imposto diferido	70
Nota 26.6. Efeitos da distribuição de dividendos sobre o imposto de renda	71
Nota 26.7. Ativos e passivos fiscais não circulantes	71
Nota 27. Outros passivos financeiros	71
Nota 28. Outros passivos não financeiros	73
Nota 29. Capital social, ações em tesouraria recompradas e ágio sobre a emissão de ações	74
Nota 30. Reservas, lucros acumulados e outro resultado abrangente	74
Nota 31. Receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes	75
Nota 32. Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas	76
Nota 33. Despesas com benefícios aos empregados	77
Nota 34. Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos (perdas) líquidos	77
Nota 35. Receitas e despesas financeiras	80
Nota 36. Participação da renda em associadas e joint ventures que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	80
Nota 37. Lucro por ação	80
Nota 38. Transações com partes relacionadas	81
Nota 38.1. Remuneração do pessoal-chave da administração	81
Nota 38.2. Transações com partes relacionadas	81
Nota 39. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	83
Nota 39.1. Ativos financeiros	83
Nota 39.2. Ativos não financeiros	83
Nota 40. Medição do justo valor	86
Nota 41. Ativos e passivos contingentes	91
Nota 41.1. Ativos contingentes	91
Nota 41.2. Passivos contingentes	91
Nota 42. Compensação de ativos e passivos financeiros	92
Nota 43. Dividendos declarados e pagos	92
Nota 44. Arrendamentos	93
Nota 44.1. Arrendamentos financeiros quando a Controladora e suas subsidiárias são arrendatários	93
Nota 44.2. Arrendamentos financeiros quando a Controladora e suas subsidiárias são arrendatários	93
Nota 44.3. Arrendamentos financeiros quando a Controladora e suas subsidiárias são arrendadores	93
Nota 45. Sazonalidade das operações	94
Nota 46. Política de gestão de risco financeiro	94
Nota 47. Informações sobre os segmentos operacionais	99
Nota 48. Ativos não circulantes detidos para negociação e operações descontinuadas	100
Note 48.1. Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.	101
Note 48.2. Fatos e circunstâncias que prolongam o período de venda de ativos não circulantes detidos para negociação para mais de um ano.	101
Nota 49. Fatos relevantes	102
Nota 50. Eventos após o período coberto pelo relatório	105

Almacenes Éxito S.A.
Certificação pelo Representante Legal da Controladora e Contador Chefe

Envigado, 21 de fevereiro de 2022

Nós, abaixo assinados Representante Legal e Contador Chefe da Almacenes Éxito S.A., empresa controladora, cada um de nós devidamente habilitado e sob cuja responsabilidade foram elaboradas as demonstrações contábeis anexas, certificamos que, com relação às demonstrações contábeis consolidadas da controladora e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as seguintes afirmações nelas contidas foram verificadas antes de disponibilizá-las a V.Sas. e a terceiros:

1. Todos os ativos e passivos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora e de suas subsidiárias existem, e todas as operações incluídas em tais demonstrações contábeis consolidadas foram realizadas durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.
2. Todos os eventos econômicos alcançados pela Controladora e suas subsidiárias durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.
3. Os ativos representam prováveis benefícios econômicos futuros (direitos) e os passivos representam prováveis sacrifícios econômicos futuros (obrigações) obtidos pela Controladora e suas subsidiárias ou a seu cargo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.
4. Todos os itens foram reconhecidos com valores adequados.
5. Todos os eventos econômicos que afetam a Controladora e suas subsidiárias foram devidamente classificados, descritos e divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Certificamos as afirmações acima, conforme o artigo 37 da Lei 222 de 1995.

Além disso, o representante legal abaixo assinado da Almacenes Éxito S.A., empresa Controladora, certifica que as demonstrações contábeis consolidadas e as operações da Controladora e de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 estão livres de falhas, imprecisões ou declarações errôneas que impeçam os usuários de ter uma visão verdadeira de sua posição financeira.

Esta certificação é emitida de acordo com o artigo 46 da Lei 964 de 2005.

Almacenes Éxito S.A.
Demonstrações consolidadas da posição financeira
 Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	Notas	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo circulante			
Capital circulante líquido	7	2.541.579	2.409.391
Créditos comerciais e outras contas a receber	8	625.931	471.202
Despesas pagas antecipadamente	9	36.515	36.811
Contas a receber de partes relacionadas	10	56.475	39.458
Estoques líquidos	11	2.104.303	1.922.617
Outros ativos financeiros	12	14.331	4.192
Ativos fiscais	26	429.625	362.383
Ativos não circulantes detidos para negociação	48	24.601	19.942
Total do ativo circulante		5.833.360	5.265.996
Ativo não circulante			
Créditos comerciais e outras contas a receber	8	58.120	33.708
Despesas pagas antecipadamente	9	9.195	10.867
Outros ativos não financeiros com partes relacionadas	10	24.500	14.500
Outros ativos financeiros	12	40.630	56.911
Ativo imobilizado líquido	13	4.024.697	3.707.602
Propriedade de investimento líquida	14	1.656.245	1.578.746
Direitos de uso líquidos	15	1.370.512	1.317.545
Ágio líquido	16	3.024.983	2.853.535
Ativos intangíveis líquidos, exceto o ágio	17	363.987	307.797
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	18	289.391	267.657
Ativos fiscais diferidos	26	205.161	234.712
Outros ativos não financeiros		398	398
Total do ativo não circulante		11.067.819	10.383.978
Total do ativo		16.901.179	15.649.974
Passivo circulante			
Passivo financeiro	20	674.927	1.110.883
Benefícios para os empregados	21	2.482	2.520
Outras provisões	22	24.175	30.132
Contas a pagar a partes relacionadas	23	65.646	50.487
Débitos comerciais e outras contas a pagar	24	5.136.626	4.678.078
Passivos de arrendamento	25	234.178	223.803
Responsabilidades fiscais	26	81.519	76.111
Outros passivos financeiros	27	81.544	87.289
Outros passivos não financeiros	28	217.303	163.644
Total do passivo circulante		6.518.400	6.422.947
Passivo não circulante			
Passivo financeiro	20	742.084	344.779
Benefícios para os empregados	21	17.896	20.384
Outras provisões	22	11.086	14.542
Débitos comerciais e outras contas a pagar	24	49.929	68
Passivos de arrendamento	25	1.360.465	1.319.092
Responsabilidades fiscais diferidas	26	166.751	118.722
Responsabilidades fiscais	26	3.924	4.463
Outros passivos financeiros	27	-	94
Outros passivos não financeiros	28	2.167	610
Total do passivo não circulante		2.354.302	1.822.754
Total do passivo		8.872.702	8.245.701
Patrimônio líquido, consulte a demonstração anexa		8.028.477	7.404.273
Total do passivo e patrimônio líquido		16.901.179	15.649.974

As notas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Almacenes Éxito S.A.**Demonstrações consolidadas do resultado**

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	Notas	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Operações contínuas			
Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes	31	16.922.385	15.735.839
Custo das vendas	11	(12.488.856)	(11.778.910)
Lucro bruto		4.433.529	3.956.929
Despesas de distribuição	32	(1.856.544)	(1.720.331)
Despesas administrativas e de vendas	32	(347.452)	(306.601)
Despesas com benefícios aos empregados	33	(1.285.924)	(1.213.284)
Outras receitas operacionais	34	47.168	53.956
Outras despesas operacionais	34	(49.749)	(141.871)
Outros (prejuízos) líquidos	34	(21.620)	(17.553)
Lucro das atividades operacionais		919.408	611.245
Receita financeira	35	173.819	200.195
Despesas financeiras	35	(369.574)	(445.826)
Participação dos lucros em associados e joint ventures contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial	36	7.234	19.668
Lucro das operações contínuas antes do imposto de renda		730.887	385.282
Despesas tributárias	26	(137.670)	(54.179)
Lucro líquido do período de operações contínuas		593.217	331.103
(Prejuízo) líquido para o período de operações descontinuadas	48	(280)	(1.201)
Lucro líquido para o período		592.937	329.902
O ganho é atribuível a:			
Ganho atribuível aos acionistas da entidade controladora		474.681	230.872
Ganho atribuível a participações não-controladoras		118.256	99.030
Lucro por ação (*)			
Lucro por ação básica (*):			
Lucro por ação básica atribuível aos acionistas da entidade controladora	37	1.060,49	515,80
Lucros por ação básica das operações contínuas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	1.061,11	518,48
Lucros (prejuízos) por ação básica de operações descontinuadas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	(0,62)	(2,68)
Lucro por ação diluída (*):			
Lucro por ação diluída atribuível aos acionistas da entidade controladora	37	1.060,49	515,80
Lucro por ação diluída das operações contínuas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	1.061,11	518,48
Lucros (prejuízo) por ação diluída de operações descontinuadas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	(0,62)	(2,68)

(*) Valores expressos em pesos colombianos.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Almacenes Éxito S.A.**Demonstrações consolidadas do resultado abrangente**

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	Notas	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Lucro líquido para o período		592.937	329.902
Outro resultado abrangente para o período			
Componentes de outro resultado abrangente que não será reclassificado nos resultados do período, líquidos de impostos			
Lucro (prejuízo) de novas medidas de planos de benefícios definidos		1.812	(542)
Ganho (perda) com investimentos em ações		(932)	1.936
Total de outro resultado abrangente que não será reclassificado nos resultados do período, líquidos de impostos		880	1.394
Componentes de outro resultado abrangente que não será reclassificado nos resultados do período, líquidos de impostos			
Ganho (perda) com diferenças cambiais de conversão (1)	30	111.657	(269.461)
(Perda) de instrumentos de hedge de investimento no exterior	30	(5.755)	(14.236)
Ganho (perda) de instrumentos de hedge dos fluxos de caixa	30	4.909	(797)
Total de outro resultado abrangente que será reclassificado nos resultados do período, líquidos de impostos		110.811	(284.494)
Total de outro resultado abrangente		111.691	(283.100)
Total do resultado abrangente		704.628	46.802
O ganho é atribuível a:			
Ganho (perda) atribuível aos acionistas da entidade controladora		585.186	(50.678)
Ganho atribuível a participações não-controladoras		119.442	97.480
Lucro por ação (*)			
Lucro por ação básica (*):			
Lucros (prejuízos) por ação básica das operações contínuas	37	1.307,38	(113,22)
Lucro por ação diluída (*):			
Lucros (prejuízos) por ação diluída das operações contínuas	37	1.307,38	(113,22)

(*) Valores expressos em pesos colombianos.

(1) Representa diferenças cambiais decorrentes da conversão de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultados de operações estrangeiras para a moeda do relatório.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Almacenes Éxito S.A.
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido para o período	592.937	329.902
Ajustes para conciliar o resultado para o período		
Imposto de renda corrente	122.096	117.393
Imposto de renda diferido	15.574	(63.214)
Custos financeiros	59.520	85.888
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	39.615	36.360
Estorno da perda por redução ao valor recuperável de créditos	(31.588)	(22.679)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	5.251	5.325
Estorno da perda por redução ao valor recuperável de estoque	(11.095)	(2.850)
Perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, propriedades de investimento e ativos intangíveis	4.527	16.895
Provisões de benefícios aos empregados	2.463	1.537
Outras provisões	39.623	104.476
Estorno de outras provisões	(8.888)	(22.973)
Despesas de depreciação de ativo imobilizado, direitos de uso e propriedade de investimento	510.498	485.794
Despesa de amortização de ativos intangíveis	17.693	19.217
(Ganho) com a aplicação do método de equivalência patrimonial	(7.234)	(19.668)
Perda com a alienação de ativos não circulantes	17.971	9.186
Outros ajustes cujos efeitos sobre o caixa são fluxos de caixa de atividades de investimento ou financiamento	(31.120)	(46.860)
Outros ajustes de itens que não afetam o capital circulante	4.531	12.875
Lucro operacional antes das mudanças no capital de giro	1.342.374	1.046.604
(Aumento) em créditos comerciais e outras contas a receber	(169.941)	(129.936)
Diminuição das despesas pagas antecipadamente	2.603	3.398
(Aumento) redução nos recebíveis de partes relacionadas	(17.015)	15.385
(Aumento) em estoques	(150.859)	(65.222)
(Aumento) dos ativos fiscais	(148.855)	(132.900)
(Diminuição) dos benefícios aos empregados	(2.660)	(3.306)
(Diminuição) em outras provisões	(38.135)	(69.738)
Aumento (diminuição) débitos comerciais e outras contas a pagar, e das obrigações de arrendamento	245.336	(94.686)
Aumento das contas a pagar a partes relacionadas	15.627	5.264
Aumento das obrigações fiscais	7.594	5.315
Aumento de outros passivos não financeiros	52.518	50.123
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	1.138.587	630.301
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Fluxos de caixa usados para manter o controle sobre as subsidiárias e joint ventures	(24.500)	(37.002)
Aquisição de ativo imobilizado	(421.286)	(193.327)
Aquisição de outros ativos	(708)	(34)
Aquisição de propriedade de investimento	(86.149)	(10.596)
Aquisição de ativos intangíveis	(42.774)	(37.853)
Receita da venda de ativo imobilizado e ativos intangíveis	4.396	4.886
Fluxos de caixa líquido (usado em) atividades de investimento	(571.021)	(273.926)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Diminuição de outros ativos financeiros	7.115	30.790
Aumento (diminuição) de outros passivos financeiros	1.409	(28.827)
(Diminuição) aumento do passivo financeiro	(123.813)	761.099
(Diminuição) passivo dos arrendamentos financeiros	(6.849)	(3.184)
Dividendos pagos	(303.483)	(1.182.231)
Rendimentos financeiros	31.120	46.860
Juros pagos	(59.520)	(85.888)
Transações com entidades não-controladoras	(3.178)	1.677
Outros fluxos de caixa (saídas)	-	(9.766)
Fluxos de caixa líquido (usados em) atividades de financiamento	(457.199)	(469.470)
Aumento (diminuição) líquido do capital circulante líquido	110.367	(113.095)
Efeitos da variação das taxas de câmbio	21.821	(40.188)
Capital circulante líquido no início do período	2.409.391	2.562.674
Capital circulante líquido no final do período	2.541.579	2.409.391

Almacenes Éxito S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações no patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	Capital social emitido	Ação sobre emissão de ações	Ações em tesouraria recompradas	Reserva legal	Reserva ocasional	Requisição de ações	Dividendos futuros	Outras Reservas	Total de reservas	Outro resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Outros componentes de capital	Patrimônio total da entidade controladora	Mudanças nas participações não-controladoras	Total do patrimônio líquido
	Nota 29	Nota 29	Nota 29	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.482	4.843.466	(2.734)	7.857	1.771.022	22.000	155.412	199.280	2.155.571	(1.069.112)	618.031	646.824	7.196.528	1.248.314	8.444.842
Dividendos declarados em dinheiro	-	-	-	-	(1.091.259)	-	-	-	(1.091.259)	-	-	-	(1.091.259)	(74.574)	(1.165.833)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230.872	-	230.872	99.030	329.902
Outro resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281.550)	-	-	(281.550)	(1.550)	(283.100)
Alocação para reservas	-	-	-	-	57.602	-	-	-	57.602	-	(57.602)	-	-	-	-
Aumento das mudanças na propriedade das subsidiárias que não resultam em perda de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.055)	(2.055)	2.619	564
Outros desenvolvimentos no patrimônio líquido (1)	-	-	-	-	(2.583)	-	-	138.384	135.801	-	(147.995)	163.521	151.327	(73.429)	77.898
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.482	4.843.466	(2.734)	7.857	734.782	22.000	155.412	337.664	1.257.715	(1.350.662)	643.306	808.290	6.203.863	1.200.410	7.404.273
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.482	4.843.466	(2.734)	7.857	734.782	22.000	155.412	337.664	1.257.715	(1.350.662)	643.306	808.290	6.203.863	1.200.410	7.404.273
Dividendos declarados em dinheiro (Nota 42)	-	-	-	-	(49.609)	-	-	-	(49.609)	-	(123.614)	-	(173.223)	(127.773)	(300.996)
Resultados líquidos do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	474.681	-	474.681	118.256	592.937
Outro resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110.505	-	-	110.505	1.186	111.691
Alocação para reservas	-	-	-	-	107.258	-	-	-	107.258	-	(107.258)	-	-	-	-
(Diminuição) das mudanças de participação na propriedade de subsidiárias que não resultam em perda de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.506)	(5.506)	3.419	(2.087)
Outros desenvolvimentos no patrimônio líquido (2)	-	-	-	-	(784)	-	-	(8.135)	(8.919)	-	1.530	278.474	271.085	(48.426)	222.659
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.482	4.843.466	(2.734)	7.857	791.647	22.000	155.412	329.529	1.306.445	(1.240.157)	888.645	1.081.258	6.881.405	1.147.072	8.028.477

(1) Lucros acumulados e outras reservas incluem \$139.249 (compensados entre si) relevantes para o método de equivalência patrimonial na apropriação de resultados da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e de suas subsidiárias. Outros componentes do patrimônio líquido representam \$163.521 relevantes para o método de equivalência patrimonial sobre o efeito inflacionário da subsidiária Libertad S.A.

(2) Outros componentes do patrimônio líquido representam \$278.474 relevantes para o método de equivalência patrimonial sobre o efeito inflacionário da subsidiária Libertad S.A.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Nota 1. Informações gerais

A Almacenes Éxito S.A. (doravante Controladora) foi constituída de acordo com as leis colombianas em 24 de março de 1950; sua sede é na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Enviado, Colômbia. A vida útil da Controladora vai até 31 de dezembro de 2050.

A Controladora está listada na Bolsa de Valores da Colômbia (BVC) desde 1994 e está sob o controle da Superintendência Financeira da Colômbia.

O Conselho de Administração da Controladora autorizou a emissão de demonstrações contábeis consolidadas para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme registrado na ata de tal órgão societário de 21 de fevereiro de 2022 e 22 de fevereiro de 2021, respectivamente.

O principal objeto social da Controladora é:

- Adquirir, armazenar, transformar e, em geral, distribuir e vender sob qualquer figura comercial, incluindo seu financiamento, todos os tipos de bens e produtos, produzidos localmente ou no exterior, no atacado ou no varejo, fisicamente ou on-line.
- Fornecer serviços auxiliares, ou seja, conceder facilidades de crédito para aquisição de bens, conceder cobertura de seguro, realizar transferências e remessas de dinheiro, fornecer serviços de telefonia móvel, comercializar viagens e bilhetes de pacotes turísticos, consertar e manter móveis, completar a papelada.
- Dar ou receber em locação de estabelecimentos comerciais, receber ou dar, em locação ou sob ocupação, espaços ou pontos de venda ou comércio dentro de seus estabelecimentos comerciais destinados à exploração de negócios de distribuição de bens ou produtos, e a prestação de serviços auxiliares.
- Incorporar, financiar ou promover com outras pessoas físicas ou jurídicas, empresas ou negócios destinados à fabricação de objetos, bens, artigos ou prestação de serviços relacionados com a exploração de estabelecimentos comerciais.
- Adquirir propriedade, construir estabelecimentos comerciais destinados ao estabelecimento de lojas, shoppings ou outros locais adequados para a distribuição de bens, sem prejuízo da possibilidade de dispor de pisos inteiros ou estabelecimentos comerciais, dar-lhes em locação ou utilizá-los de qualquer forma conveniente com uma abordagem racional de exploração do terreno, bem como investir em propriedade, promover e desenvolver todos os tipos de projetos imobiliários.
- Investir recursos para adquirir ações, títulos, papéis comerciais e outros títulos de livre circulação no mercado para aproveitar os incentivos fiscais estabelecidos por lei, bem como fazer investimentos temporários em títulos altamente líquidos com a finalidade de exploração produtiva a curto prazo; celebrar acordos firmes de factoring usando seus próprios recursos; onerar seus bens móveis ou imóveis e celebrar operações financeiras que lhe permitam adquirir fundos ou outros ativos.
- Na qualidade de atacadista e varejista, distribuir combustíveis líquidos à base de petróleo através de postos de serviço, álcoois, biocombustíveis, gás natural para veículos e quaisquer outros combustíveis utilizados nos setores automotivo, industrial, fluvial, marítimo e de transporte aéreo, de todos os tipos.

A entidade controladora final da Controladora é a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD. Em 31 de dezembro de 2021, a entidade controladora tinha 91,57% de participação (31 de dezembro de 2020 - 96,57%) no capital social da Controladora.

A Controladora registrou uma situação de grupo empresarial em relação a suas subsidiárias perante a Câmara de Comércio Aburrá Sur.

Nota 1.1. Titularidade de ações em subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

Seguem os detalhes da participação acionária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020:

Nome	Segmento	País	Moeda Funcional moeda	Titularidade de ações 2021			Titularidade de ações 2020		
				Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Marketplace Internacional Éxito S.L.	Colômbia	Espanha	Euro	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Fideicomiso Lote Girardot	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (a)	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Éxito Industrias S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	94,53%	3,42%	97,95%	94,53%	3,42%	97,95%
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Gestión Logística S.A. (b)	Colômbia	Panamá	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	-	-	-
Patrimonio Autónomo Viva Malls	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Patrimonio Autónomo Iwana	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	45,90%	45,90%	0,00%	45,90%	45,90%
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	40,80%	40,80%	0,00%	40,80%	40,80%
Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Spice Investment Mercosur S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Devoto Hermanos S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Mercados Devoto S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Larenco S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Geant Inversiones S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Lanin S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
5 Hermanos Ltda.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Sumelar S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

Tipsel S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguayo	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Tedocan S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguayo	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Supermercados Disco del Uruguai S.A. (c)	Uruguai	Uruguai	Peso uruguayo	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Grupo Disco del Uruguai S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguayo	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Ameluz S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguayo	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%

Nome	Segmento	País	Moeda Funcional	Titularidade de ações 2021			Titularidade de ações 2020		
				Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
			moeda						
Fandale S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Odaler S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
La Cabaña S.R.L.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Ludi S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Semin S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Randicor S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Setara S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	61.24%	61.24%	0.00%	61.24%	61.24%
Mablicor S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	31.87%	31.87%	0.00%	31.87%	31.87%
Maostar S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	31.25%	31.25%	0.00%	31.25%	31.25%
Onper Investment 2015 S.L.	Argentina	Espanha	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Via Artika S. A.	Argentina	Uruguai	Peso uruguaio	0.00%	100,00%	100,00%	0.00%	100,00%	100,00%
Spice España de Valores Americanos S.L.	Argentina	Espanha	Euro	0.00%	100,00%	100,00%	0.00%	100,00%	100,00%
Libertad S.A.	Argentina	Argentina	Peso argentino	0.00%	100,00%	100,00%	0.00%	100,00%	100,00%
Gelase S. A.	Argentina	Bélgica	Euro	0.00%	100,00%	100,00%	0.00%	100,00%	100,00%

(a) Em 16 de fevereiro de 2021, a subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. mudou sua razão social para Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.

(b) Subsidiária criada em 7 de setembro de 2021.

(c) O acordo de acionistas celebrado em 2015 por meio do qual esta subsidiária foi controlada, expirou em 30 de junho de 2021. Um novo acordo de acionistas foi assinado em 18 de agosto de 2021 para continuar controlando esta subsidiária, sem mudanças materiais nas condições em relação ao acordo anterior. Durante o tempo decorrido entre 1º de julho de 2021 e 18 de agosto de 2021, não houve mudanças no controle ou na administração da subsidiária, e as atividades operacionais foram normalmente conduzidas.

Note 1.2. Subsidiárias operacionais colombianas e estrangeiras

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2021 incluem as mesmas subsidiárias operacionais colombianas e as mesmas maiores subsidiárias operacionais localizadas no exterior como incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, exceção feita à Gestión Logística S.A., uma subsidiária criada em 7 de setembro de 2021.

A partir de agosto de 2019, como parte de sua estratégia operacional, a Controladora decidiu encerrar a operação comercial da subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S.

E.S.P. Com base nesta decisão, os lucros acumulados desta subsidiária em 31 de dezembro de 2020 são apresentados na demonstração de resultados consolidada sob o lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e de suas subsidiárias. Durante 2021 e como parte do processo de transição de sua operação comercial em dezembro de 2021, a subsidiária mudou sua razão social, seu objeto social e sua operação comercial e foi capitalizada adicionalmente pela Controladora em \$40.862, superando assim os motivos especiais de dissolução acumulados em 31 de dezembro de 2020. Como consequência desta mudança na razão social, no objeto social e na capitalização realizada em agosto de 2021 e outubro de 2021, a subsidiária retomou sua operação (que consiste na comercialização de energia elétrica) e seus resultados acumulados desde 1º de outubro de 2021 são novamente incluídos na demonstração consolidada do resultado juntamente com outros resultados consolidados da Controladora e de suas outras subsidiárias.

Seguem detalhes do objeto social e outras informações da empresa em relação às seguintes subsidiárias operacionais colombianas e as seguintes subsidiárias operacionais mais importantes no exterior:

Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.

Uma subsidiária incorporada por documento particular em 27 de setembro de 2010. Seu objeto social é principalmente (i) incorporar, financiar, promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, na constituição de sociedades ou negócios cujo objetivo seja a fabricação ou comercialização de bens, objetos, mercadorias, artigos ou elementos ou a prestação de serviços relacionados com a exploração de estabelecimentos comerciais e vinculação com tais sociedades como associadas, contribuindo com dinheiro, bens ou serviços; e (ii) promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, no fornecimento de redes, serviços e valor agregado de telecomunicações, particularmente todas as atividades permitidas na Colômbia ou no exterior relacionadas com telecomunicações, telefonia móvel e serviços de valor agregado. Seu principal local de atuação é na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. A vida útil da empresa é indefinida.

Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Uma subsidiária incorporada em 23 de maio de 2014, sob Leis colombianas. Seu principal objeto social é a prestação de serviços de frete aéreo, terrestre, marítimo, fluvial, ferroviário e multimodal doméstico e internacional para todos os tipos de mercadorias em geral. Seu principal local de atuação é na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. A vida útil da empresa é indefinida.

Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.

Uma subsidiária incorporada em 12 de setembro de 2018 sob Leis colombianas. Seu principal objeto social é a realização das seguintes atividades em uma ou várias zonas francas: (i) prestação de serviços de acesso à plataforma de comércio eletrônico disponibilizada pela empresa, através da qual aqueles que fazem login podem realizar operações comerciais; (ii) atividades necessárias para assegurar um desempenho adequado da plataforma de comércio eletrônico através da qual os vendedores e compradores de acesso realizam operações; (iii) emissão, comercialização, processamento e reembolso de IOUs, cupons, cartões ou bônus, sejam físicos ou digitais, ou através de qualquer outro meio tecnológico utilizado como mecanismo de acesso aos bens e serviços oferecidos. Seu principal local de negócios é na vereda Chachafruto, Zona Franca, oficina 11, Rionegro, Antioquia. A vida útil da empresa é indefinida.

Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.

Uma subsidiária constituída em 21 de junho de 2019 sob Leis colombianas. Seu principal objeto social é o armazenamento de mercadorias sob controle aduaneiro. Seu principal local de negócios está localizado na rua 43 sur No. 48-127, Envigado, Colômbia. A vida útil da empresa é indefinida.

Marketplace Internacional Éxito S.L.

Uma subsidiária incorporada em 9 de outubro de 2019 sob as leis espanholas. Seu principal objetivo corporativo é realizar atividades de marketing, desenvolvimento de negócios e relações públicas, bem como qualquer atividade e a prestação de qualquer serviço relacionado ou acessório ao acima mencionado. Seu principal local de negócios é na rua Constitución No 75, 28946, Fuenlabrada (Madri), Espanha. A vida útil da empresa é indefinida.

Fideicomiso Lote Girardot

O terreno foi adquirido por meio de cessão de direitos fiduciários em 11 de fevereiro de 2011 através da Alianza Fiduciaria S.A. Seu objetivo é adquirir a propriedade em nome da Empresa. Seu principal local de negócios é na Carrera 10 e 11 com a Calle 25, Girardot, Colômbia.

Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.

Uma subsidiária incorporada em 12 de março de 2008. Esta nova razão social foi criada em 16 de fevereiro de 2021 (Nota 17.2). Como consequência desta mudança de razão social, o principal objeto social consiste na comercialização de energia elétrica, adquirindo energia no mercado atacadista para venda aos usuários finais e adquirindo energia para o mercado regulado através de um contrato em condições uniformes, e para o mercado não regulado através de um contrato de negociação bilateral. Seu principal local de atuação é na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. A vida útil da empresa é indefinida.

Éxito Industrias S.A.S.

Uma subsidiária incorporada por documento particular em 26 de junho de 2014. Seu objeto social é (i) adquirir, armazenar, transformar, fabricar, vender e, em geral, distribuir sob qualquer tipo de contrato bens têxteis de fabricação nacional ou estrangeira, e adquirir, dar ou receber propriedade sob contratos de arrendamento dedicados à abertura de lojas, shopping centers e outros locais adequados à distribuição de mercadorias e à venda de bens ou serviços; (ii) lançar e operar atividades de comércio eletrônico na Colômbia; (iii) celebrar todos os tipos de contratos incluindo, sem limitação, aluguel, distribuição, operação, associação, compra-venda, assistência técnica, fornecimento, inspeção, controle e contratos de serviços que visem o cumprimento adequado de seu objeto social; (iv) prestar todos os tipos de serviços incluindo, sem limitação, a execução de contratos de administração, assessoria, consultoria, contratos técnicos e de apresentação que visem o cumprimento adequado de seu objeto social; e (v) seu principal local de negócios é na Carrera 48 No. 32 Sur - 29, Envigado, Colômbia. A vida útil da empresa é indefinida.

Éxito Viajes y Turismo S.A.S.

Uma subsidiária incorporada em 30 de maio de 2013, sob Leis colombianas. Seu principal objeto social é a exploração de atividades relacionadas ao turismo, assim como a representação da indústria turística e a abertura de agências de viagem, qualquer que seja sua natureza, e a promoção do turismo nacional e internacional. Seu principal local de atuação é na Carrera 43 No. 31 - 166, Medellín, Colômbia. A vida útil da empresa é indefinida.

Gestión y Logística S.A.

Uma subsidiária incorporada em 7 de setembro de 2021. Seu objeto social consiste principalmente na prestação de serviços em geral, bem como na compra e venda de todos os tipos de imóveis e bens pessoais. O principal local de negócios é na Cidade do Panamá. A vida útil da empresa é indefinida.

Patrimonio Autónomo Viva Malls

Criado em 15 de julho de 2016 por meio de escritura pública 679 outorgada perante o Cartório 31 de Medellín como fundo fiduciário autônomo através do Itaú Fiduciaria. Seu principal objetivo comercial é a aquisição, direta ou indiretamente, de direitos materiais de propriedade imobiliária, principalmente shopping centers e seu desenvolvimento, e o desenvolvimento de outros ativos imobiliários, assim como a exploração e operação dos mesmos. O objetivo comercial inclui alugar as instalações comerciais a terceiros ou a partes relacionadas, conceder concessões em espaços que fazem parte da propriedade, explorar, comercializar e manter as instalações, levantar fundos e alienar os ativos, bem como executar todas as atividades relacionadas, conforme necessário para atingir os objetivos comerciais. Seu principal local de negócios é na Carrera 7 No. 27 - 18 14º andar, Bogotá, Colômbia.

Patrimonio Autónomo Iwana

Criado em 22 de dezembro de 2011 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é operar o shopping center Iwana, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte do mesmo. O principal local de negócios do shopping é na Carrera 11 No. 50 - 19, Barrancabermeja, Colômbia.

Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla

Criado em 23 de dezembro de 2014 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é desenvolver, receber e manter a titularidade legal do Centro Comercial Viva Barranquilla e de outros bens como fideicomissários podem no futuro instruir ou contribuir; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; administrar recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. O principal local de negócios do shopping está localizado no município de Barranquilla, Colômbia, na carrera 51 B No. 87 - 50.

Patrimonio Autónomo Viva Laureles

Criado em 31 de maio de 2012 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é operar o centro comercial Viva Laureles, incluindo a manutenção da propriedade legal do edifício; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos e fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte do mesmo. O principal local de negócios do shopping é o município de Medellín, Colômbia, na carrera 81 No. 37 - 100.

Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo

Criado em 8 de março de 2013 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é operar o centro comercial Viva Sincelejo, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte do mesmo. O principal local de negócios do shopping é na Carrera 25 No. 23 - 49, Sincelejo, Colômbia.

Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio

Criado em 1º de abril de 2013 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é operar o centro comercial Viva Villavicencio, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte do mesmo. O principal local de negócios do shopping é na Calle 7A No. 45 - 185, Villavicencio, Colômbia.

Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I

Criado em 30 de junho de 2005 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é operar o shopping San Pedro Plaza, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções dadas pelos fideicomissários ao administrador do imóvel retido; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte do mesmo. O principal local de negócios do shopping é na Carrera 8 entre Calles 38 e 48, Neiva, Colômbia.

Patrimonio Autónomo Centro Comercial

Criado em 1º de dezembro de 2010 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é operar o shopping San Pedro Etapa II, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções dadas pelos fideicomissários ao administrador do imóvel retido; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte do mesmo. O principal local de negócios do shopping é na Carrera 8 entre Calles 38 e 48, Neiva, Colômbia.

Patrimonio Autónomo Viva Palmas

Criado em 17 de abril de 2015 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria BanColômbia S.A. Seu objetivo comercial é desenvolver, receber e manter a propriedade legal do Viva Palmas Shopping e de outros edifícios como fideicomissários podem, no futuro, instruir ou contribuir; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; o objetivo também inclui a administração de recursos, e fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais. Seu principal local de negócios está localizado na área rural do município de Envigado, Colômbia.

Devoto Hermanos S.A.

Uma empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevideú, Canelones e Maldonado.

Mercados Devoto S.A.

Uma empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevideú e Maldonado.

Supermercados Disco del Uruguai S.A.

Uma empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevideú, Canelones e Maldonado.

Libertad S.A.

Uma empresa com domicílio na Argentina. Foi constituída em 8 de julho de 1994, com o número de registro 618 na Direção de Inspeção de Pessoas Jurídicas (DIPJ) da República Argentina. Seu principal objeto social é a exploração de supermercados e lojas de atacado, realizando todo tipo de operações acessórias relacionadas com seu negócio principal. A vida útil da empresa vai até 8 de julho de 2084.

Note 1.3. Subsidiaries with material non-controlling interests

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as seguintes subsidiárias, como entidades declarantes, foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas como subsidiárias com participações materiais não-controladoras:

	Porcentagem participação material não controladora (1)	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	59,20%	59,20%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	54,10%	54,10%
Patrimonio Autónomo Iwana	49,00%	49,00%
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	49,00%	49,00%
Patrimonio Autónomo Viva Malls	49,00%	49,00%
Grupo Disco del Uruguai S.A.	37,51%	37,51%

(1) Participação total não-controladora, considerando a participação direta e indireta da Controladora.

Segue um resumo das informações financeiras relevantes para os ativos, passivos, resultados do período e fluxos de caixa das subsidiárias, como entidades declarantes, que detêm participações materiais não-controladoras, que foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os saldos são mostrados antes das eliminações necessárias como parte do processo de consolidação.

Empresa	Demonstração da posição financeira					Demonstração do resultado abrangente						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação Patrimônio controladora	Participação não controladora	Receita de atividades ordinárias	Receita de operações contínuas	Total do resultado abrangente	Participação controladora	Participação não controladora	
	31 de dezembro de 2021											
Grupo Disco del Uruguay S.A.	449.087	799.024	412.180	60.200	775.731	1.603.860	290.977	1.679.924	112.768	112.768	69.461	42.299
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	39.518	3.049	33.683	406	8.478	4.545	4.154	20.669	4.626	4.626	2.160	2.266
Patrimonio Autónomo Viva Malls	60.916	1.787.039	43.692	-	1.804.263	974.979	884.089	179.919	116.412	116.412	67.853	57.042
Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo	3.381	75.766	3.613	-	75.534	38.522	37.012	7.068	2.194	2.194	1.119	1.075
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	8.032	209.021	3.989	-	213.064	105.954	104.401	21.627	11.419	11.419	6.069	5.595
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1.327	32.095	1.209	-	32.213	16.428	15.784	3.709	2.315	2.315	1.181	1.134
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	5.967	107.038	1.964	-	111.041	55.814	54.410	11.629	7.019	7.019	3.605	3.439
Patrimonio Autónomo Iwana	68	5.668	43	-	5.693	3.134	2.790	333	(125)	(125)	(64)	(61)
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	19.930	313.447	6.828	-	326.549	293.895	160.009	45.001	12.793	12.793	11.513	6.269
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	5.523	102.638	2.389	-	105.772	84.618	21.154	16.261	9.345	9.345	7.476	1.869
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	1.907	32.237	3.340	-	30.804	15.710	15.094	3.883	1.854	1.854	946	908
	31 de dezembro de 2020											
Grupo Disco del Uruguay S.A.	400.771	708.040	353.438	51.201	704.172	1.410.232	264.135	1.671.612	121.302	121.302	74.807	45.500
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	31.098	4.400	23.479	1.101	10.918	6.005	5.350	13.597	1.921	1.921	1.146	942
Patrimonio Autónomo Viva Malls	105.970	2.049.430	65.317	-	2.090.083	967.463	1.024.141	251.174	82.464	82.464	54.882	45.827
Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo	3.079	73.273	4.444	-	71.908	36.673	35.235	14.335	916	916	467	449
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	7.316	215.149	2.147	-	220.318	109.408	107.956	22.963	13.737	13.737	6.927	6.731
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1.228	32.099	261	-	33.066	16.864	16.202	2.968	1.199	1.199	612	588
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	4.116	110.078	512	-	113.682	57.136	55.704	9.210	4.642	4.642	2.393	2.275
Patrimonio Autónomo Iwana	52	5.815	44	-	5.823	3.200	2.853	411	(46)	(46)	10	(23)
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	12.046	320.536	6.032	-	326.550	293.895	160.010	32.867	3.014	3.014	2.712	1.477
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	3.717	104.894	2.165	-	106.446	85.157	21.289	14.492	7.080	7.080	5.664	1.416
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	971	30.889	1.487	-	30.373	15.490	14.883	3.038	(1.428)	(1.428)	(728)	(700)
	Fluxo de caixa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021											
Company	Atividades operacionais	Atividades de investimento	Atividades de financiamento	Aumento (redução) líquido no caixa		Atividades operacionais	Atividades de investimento	Atividades de financiamento	Aumento (redução) líquido no caixa			
Grupo Disco del Uruguay S.A.	118.443	(34.913)	(103.090)	(19.560)	(19.560)	114.766	(49.181)	(32.109)	(32.109)	33.476		
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	10.275	(67)	(5.605)	4.603	4.603	(2.924)	(225)	931	931	(2.218)		
Patrimonio Autónomo Viva Malls	117.111	5.190	(142.839)	(20.538)	(20.538)	87.429	(1.895)	(41.239)	(41.239)	44.295		
Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo	3.540	(4.368)	956	128	128	5.934	(1.053)	(5.080)	(5.080)	(199)		
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	18.922	(876)	(17.138)	908	908	17.069	(1.658)	(16.347)	(16.347)	(936)		
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	3.286	(806)	(2.777)	(297)	(297)	2.463	(360)	(1.395)	(1.395)	708		
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	10.554	(245)	(8.381)	1.928	1.928	7.512	(3.284)	(3.436)	(3.436)	792		
Patrimonio Autónomo Iwana	(22)	-	(4)	(26)	(26)	16	-	(56)	(56)	(40)		
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	23.347	(1.329)	(12.463)	9.555	9.555	4.720	(9,157)	3,923	3,923	(514)		
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	11,993	(350)	(9,795)	1,848	1,848	9,218	(616)	(7,149)	(7,149)	1,453		
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	868	(492)	436	812	812	171	(1,323)	720	720	(432)		
	Fluxo de caixa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020											

Nota 1.4. Restrições à transferência de recursos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não há restrições quanto à capacidade das subsidiárias de transferir recursos para a Controladora sob a forma de dividendos em dinheiro, ou amortização de empréstimos ou pagamentos antecipados.

Nota 2. Base para a elaboração

As demonstrações contábeis consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em 19 de agosto de 2021 por decreto foram elaboradas de acordo com as normas contábeis e de informação financeira aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, informação financeira e garantia de informação", emendado em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432, em 19 de agosto de 2021 pelo Decreto Regulamentar 938 e em 9 de dezembro de 2021 pelo Decreto Regulamentar 1670 e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270. Nem a Controladora nem suas subsidiárias aplicaram qualquer uma das exceções às IFRS estabelecidas nesses decretos.

Demonstrações contábeis complementares

Essas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora e suas subsidiárias são compostas das demonstrações da posição financeira e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como das demonstrações do resultado, das demonstrações do resultado abrangente e das demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Estas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas e incluem todas as divulgações exigidas para as demonstrações contábeis anuais de acordo com o IAS 1.

Declaração de responsabilidade

A administração da Controladora é responsável pelas informações contidas nestas demonstrações contábeis consolidadas. A preparação de tais demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis e de informação financeira aceitas na Colômbia, estabelecidas pela Lei 1314 de 2009 em consonância com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentadas na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas contábeis, de informação financeira e de garantia da informação", emendado em 23 de dezembro de 2015, pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432, em 19 de agosto de 2021 pelo Decreto Regulamentar 938 e em 9 de dezembro de 2021 pelo Decreto Regulamentar 1670 e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar nenhuma das exceções às IFRS nelas contidas, requer o julgamento da administração para aplicar as políticas contábeis.

Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas da Controladora e de suas subsidiárias para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos nelas contidos foram utilizadas para preparar as demonstrações contábeis anexas. Basicamente, tais estimativas se referem a:

- As hipóteses utilizadas para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros,
- A avaliação dos ativos financeiros para identificar as perdas reais por deterioração,
- As vidas úteis do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis,
- Variáveis utilizadas e hipóteses utilizadas para avaliar e definir os indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros,
- Variáveis utilizadas para avaliar e determinar as perdas de inventário e obsolescência,
- Premissas atuariais usadas para estimar benefícios de aposentadoria e obrigações de benefícios de longo prazo dos funcionários, tais como taxa de inflação, taxa de mortalidade, taxa de desconto e a possibilidade de aumentos salariais futuros,
- A taxa de desconto utilizada para estimar as obrigações de arrendamento e os direitos de uso,
- A probabilidade de ocorrência e o valor dos passivos que servem como base para reconhecer provisões relacionadas a processos judiciais e reorganizações empresariais,
- As premissas usadas para reconhecer as responsabilidades decorrentes do programa de fidelidade do cliente,
- A probabilidade de obter lucros futuros para reconhecer ativos fiscais diferidos,
- A técnica de avaliação aplicada para determinar os justos valores dos elementos em combinações comerciais.
- O tempo estimado para depreciar os direitos de uso; hipóteses utilizadas no cálculo das taxas de crescimento em contratos de arrendamento registrados como direitos de uso, e variáveis utilizadas para medir os passivos do arrendamento.

Tais estimativas são baseadas nas melhores informações disponíveis sobre os fatos analisados na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas, o que pode dar origem a mudanças futuras em virtude de situações potenciais que podem ocorrer e resultariam no seu reconhecimento prospectivo; esta situação seria tratada como uma mudança nas estimativas contábeis em demonstrações contábeis futuras.

Distinção entre itens correntes ou extraordinários

A Controladora e suas subsidiárias apresentam seus ativos circulantes e não circulantes, assim como seus passivos circulantes e não circulantes, como categorias separadas em sua demonstração da posição financeira. Para este fim, aqueles valores que serão realizados ou que estarão disponíveis em um prazo não superior a um ano são classificados como ativos circulantes, e aqueles valores que serão exigíveis ou pagáveis também em um prazo não superior a um ano são classificados como passivos circulantes. Todos os outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

Moeda funcional

A Controladora e cada subsidiária definem sua moeda funcional, e suas operações são medidas em tal moeda. A moeda funcional da Controladora é o Peso colombiano, e as moedas funcionais das subsidiárias são divulgadas na Nota 1.1.

Hiperinflação

As moedas funcionais da Controladora e de cada uma de suas subsidiárias pertencem a economias não hiperinflacionárias, exceção feita à Argentina cuja taxa de inflação acumulada nos últimos três anos em 31 de dezembro de 2021, calculada usando diferentes combinações de índices de preços ao consumidor, ultrapassou 100%, razão pela qual as demonstrações contábeis consolidadas incluem ajustes de inflação.

As previsões internas para esse país sugerem que há uma baixa probabilidade de que a taxa de inflação diminua significativamente abaixo de 100% durante 2022. Por estas razões, a economia argentina é hiperinflacionária.

As subsidiárias na Argentina apresentam suas demonstrações contábeis ajustadas pela inflação como previsto no IAS 29 - Demonstrações contábeis em Economias Hiperinflacionárias.

Moeda do relatório

Estas demonstrações contábeis consolidadas são expressas em Peso colombianos, moeda funcional da Controladora, que é a moeda utilizada no ambiente econômico principal onde ela rege. Os valores mostrados foram expressos em milhões de Peso colombianos.

As demonstrações contábeis das subsidiárias que são lançadas em moeda funcional diferente do Peso colombiano foram convertidas em Pesos colombianos. As operações e saldos são convertidos como segue, exceto para as subsidiárias localizadas em economias hiperinflacionárias, em cujo caso todos os saldos e operações são convertidos às taxas de fechamento:

- Ativos e passivos são convertidos em Peso colombianos à taxa de câmbio de fechamento do período;
- Os itens relacionados a rendimentos são convertidos em Peso colombianos à taxa de câmbio média do período;
- As operações patrimoniais em moeda estrangeira são convertidas em Pesos colombianos à taxa de câmbio vigente na data de cada operação.

As diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido e são reclassificadas para a demonstração do resultado no momento da venda do investimento na subsidiária.

Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são definidas como aquelas denominadas em uma moeda que não seja a moeda funcional. Durante os períodos de relatório, as diferenças cambiais decorrentes da liquidação de tais operações, entre a taxa de câmbio histórica quando reconhecida e a taxa de câmbio em vigor na data da cobrança ou pagamento, são contabilizadas como ganhos ou perdas cambiais e apresentadas como parte do resultado financeiro líquido na demonstração do resultado.

Os saldos monetários no encerramento do período expressos em uma moeda diferente da moeda funcional são atualizados com base na taxa de câmbio no encerramento do período de relatório, e as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como parte do resultado financeiro líquido na demonstração do resultado. Para este fim, os saldos monetários são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio representativa do mercado (*).

Os itens não-monetários não são convertidos à taxa de câmbio de fechamento do período, mas são mensurados ao custo histórico (às taxas de câmbio em vigor na data de cada operação), exceto para itens não-monetários mensurados ao justo valor, tais como instrumentos financeiros forward e swap, que são convertidos usando as taxas de câmbio em vigor na data da mensuração do seu justo valor.

(*) Taxa de câmbio representativa do mercado significa a média de todas as taxas de mercado negociadas durante o dia de fechamento (taxa de câmbio de fechamento), equivalente à "taxa à vista" internacional, como também definido pelo IAS 21 - Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio, como a taxa de câmbio à vista em vigor no fechamento do período de relatório.

Regime de competência contábil

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base no regime de competência contábil, exceto informações sobre fluxos de caixa.

Materialidade

Os eventos econômicos são reconhecidos e apresentados de acordo com a sua materialidade. Um evento econômico é material onde quer que o conhecimento ou inconsciência dele, dada sua natureza ou valor e considerando as circunstâncias, possa ter um efeito material sobre as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários da informação.

As demonstrações contábeis consolidadas interinas, incluindo as notas, a materialidade para fins de apresentação foi definida em uma base de 5% aplicada aos ativos correntes e não correntes, passivos correntes e não correntes, patrimônio líquido, resultados do período e a cada conta individual em nível de razão geral para o período do relatório.

Compensação de saldos e operações

Ativos e passivos são compensados e reportados líquidos nas demonstrações contábeis consolidadas, somente se forem decorrentes da mesma operação, há um direito legal executável na data de encerramento que torna obrigatório o recebimento ou pagamento de valores reconhecidos pelo valor líquido, e onde quer que haja a intenção de compensar em base líquida para realizar ativos e liquidar passivos simultaneamente.

Classificação como passivo ou patrimônio líquido

Os instrumentos de dívida e patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido, seguindo a substância do acordo legal relevante.

Medição do justo valor

O justo valor é o preço a ser recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo sob uma operação ordenada realizada pelos participantes do mercado na data da mensuração.

As medições do justo valor são realizadas utilizando uma hierarquia de justo valor que reflete a importância dos insumos utilizados para determinar as medições:

- Com base nos preços (não ajustados) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).
- Com base em modelos de avaliação comumente aplicados pelos participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos (nível 2).
- Aplicando variáveis estimadas não perceptíveis para ativos ou passivos, com base nos modelos de avaliação da Controladora e de suas próprias subsidiárias (nível 3).

Nota 3. Base para a consolidação

Estas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias incluem as demonstrações contábeis da Controladora e de todas as suas subsidiárias. Subsidiárias (incluindo veículos especiais) são entidades sobre as quais a Controladora tem controle direto ou indireto. Veículos de propósito especial são fundos fiduciários independentes (Patrimônios Autônomos) estabelecidos com um propósito definido ou prazo limitado. Uma listagem das subsidiárias está incluída na Nota 1.

"Controle" é o poder de governar atividades relevantes, tais como as políticas financeiras e operacionais de uma empresa controlada (subsidiária). O controle é alcançado quando a Controladora tem poder sobre uma empresa controlada, está exposta a benefícios variáveis de seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a quantidade de benefícios. O poder surge dos direitos, geralmente junto com a posse de 50% ou mais dos direitos de voto, embora às vezes seja mais complexo e resulte de um ou mais contratos, razão pela qual pode haver entidades que não possuem tal percentual de participação, mas cujas atividades são entendidas como sendo realizadas em benefício da Controladora e a Controladora está exposta a todos os riscos e benefícios ligados à entidade controlada.

Onde quer que haja controle, o método de consolidação aplicado é o do método de integração global. Sob este método, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido e receita das subsidiárias são incorporados às demonstrações contábeis da Controladora, após a eliminação dos investimentos de capital nessas subsidiárias, saldos interempresariais e operações interempresariais.

Todas as operações significativas e saldos relevantes entre as subsidiárias foram eliminados na consolidação; a participação não controlada representada por participações de terceiros nas subsidiárias (participações não controladoras) foi reconhecida e incluída separadamente no patrimônio líquido consolidado.

No momento de avaliar se a Controladora tem controle sobre uma subsidiária, é feita uma análise da existência e efeito de potenciais direitos de voto atualmente exercidos. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora e excluídas da consolidação após o término do controle.

Todas as empresas controladas são consolidadas nas demonstrações contábeis da Controladora, independentemente do percentual de participação acionária.

Operações envolvendo uma mudança no percentual de participação da Controladora sem perda de controle são reconhecidas no patrimônio líquido, uma vez que não há mudança de controle sobre a entidade empresarial. Os fluxos de caixa proporcionados pelas mudanças de participação acionária que não resultem em perda de controle são classificados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Em operações envolvendo uma perda de controle, toda a participação acionária na subsidiária é desreconhecida, as participações retidas são reconhecidas pelo justo valor e o ganho ou perda decorrente da operação é reconhecido no resultado do período, incluindo os itens relevantes de outros resultados abrangentes. Os fluxos de caixa da aquisição ou perda de controle sobre uma subsidiária são classificados como atividades de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Sempre que uma subsidiária é disponibilizada para venda ou sua operação é descontinuada, mas o controle sobre ela ainda é mantido, seus ativos e passivos são classificados em ativos não circulantes mantidos para negociação, mediante compensação recíproca de saldos e não fazem parte da integração global de ativos e passivos no processo de consolidação. A receita de uma subsidiária não faz parte da integração global da receita no processo de consolidação e é apresentada, após a compensação das operações recíprocas, na rubrica prevista para a receita líquida das operações descontinuadas, separada de todas as outras receitas consolidadas da Controladora e de suas subsidiárias.

A receita periódica e cada componente de outra renda abrangente são atribuídos aos proprietários da entidade controladora e às participações acionárias não-controladora.

Na consolidação das demonstrações contábeis, todas as subsidiárias aplicam as mesmas políticas e princípios contábeis implementados pela Controladora, de acordo com as normas contábeis e de relato financeiro aceitas na Colômbia, estabelecidas pela Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", emendado em 23 de dezembro de 2015, pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432, em 19 de agosto de 2021 pelo Decreto Regulamentar 938, e em 9 de dezembro de 2021 pelo Decreto Regulamentar 1670, e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270 sem aplicar nenhuma das exceções às NIIF nele contidas.

Os ativos e passivos, receitas e despesas das subsidiárias, assim como as receitas e despesas da Controladora em moeda estrangeira foram convertidos em Peso colombianos a taxas de câmbio observáveis no mercado em cada data de fechamento e na média do período, como segue

	Taxas de fechamento (*)		Taxas médias (*)	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Dólar dos EUA	3.981,16	3.432,50	3.743,09	3.693,36
Peso uruguaio	89,06	80,81	85,91	87,86
Peso argentino	38,77	40,83	39,39	52,76
Euro	4.527,39	4.199,86	4.424,86	4.214,11

(*) Expresso em Pesos colombianos.

Nota 4. Políticas contábeis significativas

As demonstrações contábeis provisórias separadas em 30 de setembro de 2021 foram preparadas utilizando as mesmas políticas contábeis, medidas e bases utilizadas para apresentar as demonstrações contábeis consolidadas para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, exceto pelas normas mencionadas na nota 5. 2 que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, de acordo com as normas contábeis e de informação financeira aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS), oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentadas na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, informação financeira e garantia de informação", emendada em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432, em 19 de agosto de 2021 pelo Decreto Regulamentar 938 e em 9 de dezembro de 2021 pelo Decreto Regulamentar 1670, e atualizada em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar nenhuma das exceções às IFRS ali contidas.

A adoção das novas normas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 mencionadas na Nota 5.2. não resultou em mudanças significativas nestas políticas contábeis em comparação àquelas aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e nenhum efeito significativo resultou da adoção das mesmas.

As políticas contábeis mais significativas aplicadas na preparação das demonstrações contábeis separadas em anexo são as seguintes:

Investimentos em associados e acordos conjuntos

Um associado é uma entidade sobre a qual a Controladora está em posição de exercer influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, através do poder de participar nas decisões relativas às políticas operacionais e financeiras do associado. Em geral, é alegada influência significativa nos casos em que a Controladora tem uma participação societária superior a 20%, mesmo que tal influência, bem como o controle, devam ser avaliados.

Um acordo conjunto é um acordo por meio do qual duas ou mais partes mantêm o controle conjunto. Os acordos conjuntos podem ser negócios conjuntos ou joint-ventures. Há controle conjunto somente quando as decisões sobre atividades significativas exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As aquisições de tais arranjos são registradas usando os princípios aplicáveis às combinações de negócios estabelecidos pela IFRS 3.

Uma joint venture é um acordo conjunto pelo qual as partes que têm controle conjunto sobre o acordo têm direito aos ativos líquidos do acordo. Tais partes são conhecidas como participantes de um empreendimento conjunto.

Uma operação conjunta é um acordo conjunto pelo qual as partes que têm controle conjunto sobre o acordo têm direito aos ativos e obrigações relacionadas com a responsabilidade associadas com o acordo. Tais partes são conhecidas como operadores conjuntos.

Os investimentos em associadas ou joint ventures são reconhecidos usando o método de equivalência patrimonial.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e joint ventures é registrado pelo custo no reconhecimento inicial e posteriormente o valor contábil será aumentado ou diminuído para reconhecer a participação da Controladora nos resultados abrangentes da empresa investida para o período. Tal participação será reconhecida na renda do período ou em outra renda abrangente, conforme apropriado. As distribuições de lucros ou dividendos recebidos da empresa investida são deduzidos do valor contábil do investimento.

Sempre que a participação da Controladora nas perdas de uma associada ou joint venture for igual ou superior a sua participação, a Controladora deixa de reconhecer sua participação nas perdas adicionais. Uma provisão é reconhecida quando o interesse da Controladora chega a zero, somente na medida em que a Controladora tenha incorrido em responsabilidades legais ou construtivas.

Ganhos ou perdas não realizados de operações entre a Controladora e associadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Controladora em tais entidades mediante a aplicação do método de equivalência patrimonial.

Uma vez aplicado o método de equivalência patrimonial, a Controladora decide se há necessidade de reconhecer perdas por impairment relacionadas com sua participação na empresa investida.

As operações envolvendo uma perda significativa de influência sobre uma associada ou empreendimento conjunto são contabilizadas reconhecendo qualquer participação acionária retida pelo seu justo valor, e o ganho ou perda decorrente da operação é reconhecido na receita do período, incluindo os itens relevantes de outras receitas abrangentes.

Com relação às operações que não envolvem uma perda significativa de influência sobre uma associada ou joint venture, o método de equivalência patrimonial continua sendo aplicado e a parcela do ganho ou perda reconhecida em outros resultados abrangentes relevantes para a diminuição da participação acionária é reclassificada para o resultado.

Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas pela Controladora: suas associadas e joint ventures; entidades que exercem controle conjunto ou influência significativa sobre a Controladora e suas subsidiárias; pessoal chave da administração, incluindo membros do Conselho de Administração, CEOs, Vice-Presidentes, gerentes empresariais e Diretores com a capacidade de dirigir, planejar e controlar as atividades da Controladora e suas subsidiárias; empresas sobre as quais o pessoal chave da administração pode exercer controle ou controle conjunto, e os parentes próximos da administração chave que possam ter influência sobre a Controladora e suas subsidiárias.

Todas as transferências de recursos, serviços e obrigações entre a Controladora e suas partes relacionadas são consideradas como operações de partes relacionadas.

Nenhuma operação contém termos e condições especiais; as operações realizadas são similares àquelas realizadas com terceiros, e não envolvem diferenças de preço de mercado para operações similares; as vendas e compras são realizadas segundo as condições ordinárias de mercado.

Combinações comerciais e ágio

As combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição; isto envolve a identificação do adquirente, a definição da data de aquisição, o reconhecimento e mensuração de ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e o reconhecimento e mensuração do ágio.

Se no encerramento do período contábil durante o qual ocorre uma combinação de negócios a contabilização inicial estiver incompleta, a Controladora informará em suas demonstrações contábeis separadas os valores provisórios de ativos e passivos cuja contabilização estiver incompleta, e dentro de 12 meses do período de mensuração a Controladora ajustará retroativamente tais valores provisórios reconhecidos para refletir as novas informações obtidas a partir do levantamento do preço de compra alocado ou da alocação do preço de compra (PPA).

O período de medição terminará assim que a Controladora receber informações sobre a pesquisa de alocação do preço de compra ou concluir que nenhuma outra informação pode ser obtida, mas em qualquer caso, no máximo um ano após a data de aquisição.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é medida pelo justo valor, que é o agregado dos justos valores dos ativos transferidos pelo adquirente, dos passivos assumidos pelo adquirente perante os antigos proprietários da empresa adquirida e das participações acionárias no patrimônio líquido emitido pelo adquirente.

A contraprestação contingente é incluída na contraprestação transferida pelo seu justo valor na data da aquisição. Alterações posteriores no justo valor da contraprestação contingente, decorrentes de eventos e circunstâncias existentes na data de aquisição, são contabilizadas ajustando o ágio, se ocorrerem durante o período de mensuração, ou diretamente nos resultados do período, se ocorrerem após o período de mensuração, a menos que o passivo seja liquidado usando instrumentos de renda variável, caso em que a contraprestação contingente não é remensurada.

A Controladora reconhece ativos e passivos identificáveis adquiridos tomados de uma combinação de negócios, independentemente de terem sido reconhecidos antes da aquisição nas demonstrações contábeis do negócio adquirido. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos identificáveis assumidos são contabilizados pelo justo valor na data de aquisição. Os valores em excesso transferidos e o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos (incluindo ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente) e passivos identificáveis assumidos (incluindo passivos contingentes) são reconhecidos como ágio.

Para cada combinação de negócios, a Controladora mede as participações não-controladoras pelo justo valor e também como uma proporção dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido.

No caso de uma combinação de negócios alcançada em etapas, a participação acionária anterior na adquirida é remensurada pelo justo valor na data em que o controle é obtido. A diferença entre o justo valor e o valor contábil de tal participação acionária é reconhecida diretamente nos resultados do período.

Os desembolsos relacionados a uma combinação de negócios, além daqueles relacionados à emissão de dívidas, são contabilizados como despesas nos períodos em que são incorridos.

Na data de aquisição, o ágio é medido pelo justo valor e subsequentemente monitorado no nível da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa beneficiadas com a combinação de negócios. O ágio não é amortizado e está sujeito à redução do valor recuperável de ativos financeiros dentro de um ano ou antes, caso haja indícios de perda por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável aplicadas ao ágio são contabilizadas nos resultados do período e o efeito disso não é revertido.

O método aplicado pela Controladora para realizar a redução do valor recuperável de ativos financeiros está descrito na política de perda por redução ao valor recuperável de ativos. O ágio negativo resultante de uma combinação de negócios é reconhecido diretamente nos resultados do período, no reconhecimento e mensuração de ativos identificáveis, passivos assumidos e contingências potenciais.

Opções de venda concedidas aos detentores de participações não-controladoras

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem acordos de opção de venda firmados com os detentores de participações não-controladoras em subsidiárias de acordo com a IAS 32 "Instrumentos Financeiros": Apresentação". Os passivos decorrentes destes acordos, relacionados às subsidiárias consolidadas pelo método de integração global, são reconhecidos como passivos financeiros pelo justo valor.

Ativos intangíveis

Refere-se a ativos não-monetários identificáveis, sem substância física, controlados pela Controladora e suas subsidiárias como resultado de eventos passados e dos quais são esperados benefícios econômicos futuros.

Um ativo intangível é reconhecido como tal onde quer que o item seja identificável, divisível e que trará benefícios econômicos futuros. Ele é identificável onde quer que o ativo seja divisível ou resulte de direitos. Um ativo é controlável se a empresa tiver o poder de controlar os benefícios econômicos futuros associados ao ativo.

Os ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação de negócio são reconhecidos como ágio onde quer que não atendam a estes critérios.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são reconhecidos inicialmente pelo custo, e os ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação de negócios são reconhecidos pelo justo valor.

As marcas registradas geradas internamente não são reconhecidas na demonstração da posição financeira.

O custo dos ativos intangíveis inclui o custo de aquisição, direitos de importação, impostos indiretos não recuperáveis e custos incorridos diretamente para levar o ativo ao local e condições de uso previstas pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, após descontos comerciais e abatimentos, se houver.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas estão sujeitos à redução do valor recuperável de ativos financeiros, em base anual ou onde quer que haja indicações de perda de valor.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados usando o método linear ao longo de sua vida útil estimada. As vidas úteis mais significativas são:

Software adquirido	Entre 3 e 5 anos
Software adquirido como ERP	Entre 5 e 8 anos

Os ativos intangíveis são posteriormente mensurados usando o modelo de custo, e a amortização em função das vidas úteis estimadas e perdas por redução ao valor recuperável são deduzidas do montante inicialmente reconhecido. O efeito da amortização e da potencial redução ao valor recuperável é levado ao resultado do período, a menos que a amortização tenha sido contabilizada como um valor mais alto na construção ou produção de um novo ativo.

Um ativo intangível é desreconhecido quando de sua venda ou onde quer que nenhum benefício econômico futuro seja esperado do uso ou disposição do mesmo. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de amortização são revisados no encerramento de cada período anual e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. Os desembolsos para o desenvolvimento de projetos individuais são reconhecidos como ativos intangíveis onde quer que a Controladora e suas subsidiárias estejam na capacidade de demonstrar:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para tê-lo disponível para uso ou venda;
- Sua intenção de completar o ativo e a capacidade de usar ou vender o ativo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo; e
- A capacidade de medir com precisão o desembolso durante o desenvolvimento.

Os custos de desenvolvimento que não atendem a estes critérios de capitalização são levados aos resultados do período. Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos intangíveis são posteriormente mensurados usando o modelo de custo.

Ativo imobilizado

O nome ativo imobilizado é dado a todos os ativos tangíveis da Controladora e suas subsidiárias mantidos para uso na produção ou na produção ou fornecimento de bens e serviços, ou para fins administrativos, e que se espera que sejam ainda utilizados durante mais de um período, ou seja, mais de um ano, e que satisfaçam as seguintes condições:

- É provável que a Controladora e suas subsidiárias obtenham benefícios econômicos futuros com este ativo;
- O custo pode ser medido com precisão;
- A Controladora e suas subsidiárias detêm todos os riscos e benefícios decorrentes do uso ou posse do ativo, e
- Seu custo individual de aquisição excede 50 UVT (Tax-Value Units), exceto para aqueles ativos definidos pela administração da Controladora e de suas subsidiárias que estão relacionados ao objetivo central do negócio, e há interesse em controlá-los, uma vez que a Controladora e suas subsidiárias adquirem tais ativos freqüentemente e em valores significativos.

O ativo imobilizado é inicialmente medido ao custo; posteriormente, é medido ao custo menos depreciação acumulada e menos perda acumulada por redução ao valor recuperável.

O custo do ativo imobilizado inclui o custo de aquisição, impostos de importação, impostos indiretos não recuperáveis, custos futuros de desmontagem, se houver, custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo recuperável e os custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e condições de uso previstas pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, líquidos de descontos comerciais e abatimentos.

Os custos incorridos para expansão, modernização e melhorias que aumentam a produtividade, capacidade ou eficiência, ou um aumento na vida útil do ativo, são transportados como um valor maior do ativo. Os custos de manutenção e reparos dos quais não se prevê benefício futuro são levados aos resultados do período.

Os terrenos e edifícios são considerados como ativos individuais, onde quer que seja viável do ponto de vista técnico a separação material e física, mesmo que tenham sido adquiridos em conjunto.

As construções em andamento são transferidas para ativos operacionais após a conclusão da construção ou início da operação e depreciadas a partir desse momento.

A vida útil do terreno é ilimitada e, conseqüentemente, não é depreciada. Todos os outros itens de ativo imobilizado são depreciados usando o método linear ao longo de sua vida útil estimada, considerando o valor residual nulo. Os grupos de ativo imobilizado e vidas úteis relevantes são os seguintes:

Bens de baixo valor	3 anos
Computadores	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	De 10 a 20 anos
Móveis e equipamentos de escritório	De 10 a 12 anos
Outros equipamentos de transporte	De 5 a 20 anos
Armamento da equipe de vigilância	10 anos
Edifícios	De 40 a 50 anos
Melhorias para terceiros imóveis	40 anos ou o prazo do contrato de arrendamento ou o restante do prazo do contrato de arrendamento(*), o que for menor.

(*) As melhorias urbanas relacionadas com a construção ou entrega de recursos ambientais e/ou relacionadas com a melhoria visual ou arquitetônica da zona afetada pela construção ou obra sob a responsabilidade da Controladora e suas subsidiárias, são reconhecidas nos resultados do período.

A Controladora e suas subsidiárias estimam a depreciação por componentes, o que significa aplicar a depreciação individual aos componentes de um ativo com vidas úteis que são diferentes do ativo como um todo e tem um custo material em relação ao ativo fixo inteiro. O custo é considerado material quando o componente excede 50% do valor total do ativo, ou quando pode ser identificado individualmente, com base em um custo individual do componente de 32 Salários Mínimos Mensais Legais em vigor (SMMLV).

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período anual, e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente.

Um item do ativo imobilizado é desreconhecido no momento de sua venda ou onde quer que nenhum benefício econômico futuro seja esperado do seu uso ou disposição. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período.

Propriedade de investimentos

É propriedade detida para obter receita ou ganhos de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para uso administrativo ou venda no curso normal dos negócios. Esta categoria inclui os centros comerciais e outros bens de propriedade da Controladora e suas subsidiárias.

As propriedades de investimento são inicialmente medidas pelo custo, incluindo os custos de operação. Após o reconhecimento inicial, são avaliadas pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As propriedades de investimento são depreciadas usando o método linear ao longo da vida útil estimada, considerando o valor residual nulo. A vida útil estimada para depreciar edifícios classificados como propriedade de investimento é de 40 a 50 anos.

As transferências são feitas de propriedades de investimento para outros ativos e de outros ativos para propriedades de investimento somente onde houver uma mudança no uso do ativo. Para transferências de propriedades de investimento para ativo imobilizado ou para estoques, o custo levado em consideração para a contabilização subsequente é o valor contábil na data em que o uso é alterado. Se um ativo imobilizado se tornar propriedade de investimento, ele será registrado pelo valor contábil na data em que for alterado.

Situações que podem levar à transferência são:

- A Controladora e suas subsidiárias irão ocupar o ativo classificado como propriedade de investimento; neste caso, o ativo é reclassificado para ativo imobilizado,
- A Controladora e suas subsidiárias iniciam um empreendimento na propriedade de investimento ou ativo imobilizado para sua venda, desde que haja um avanço significativo no desenvolvimento de ativos tangíveis ou no projeto a ser vendido como um todo. Nesses eventos, o ativo é reclassificado para inventários,
- A Companhia e suas subsidiárias firmam um contrato de arrendamento operacional com um terceiro sobre um item ativo imobilizado. Neste caso, o ativo é reclassificado para propriedade de investimento.

A propriedade de investimento é desreconhecida quando de sua venda ou onde quer que não se espere nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou disposição.

O ganho ou perda do desreconhecimento das propriedades de investimento é estimado como a diferença entre o produto líquido da venda e o valor contábil do ativo. O efeito é levado à renda durante o período em que o ativo foi desreconhecido.

Os justos valores das propriedades de investimento são atualizados anualmente para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos para alienação são classificados como mantidos para negociação se seu valor contábil for recuperado através de uma venda ao invés de uso continuado e não atenderem às condições para serem classificados como inventário imobiliário.

Tal condição é atendida onde quer que um ativo ou grupo de ativos esteja disponível para venda imediata, sob condição atual, e a venda seja altamente provável de ocorrer. Para que a venda seja altamente provável, a administração da Controladora e suas subsidiárias devem estar comprometidas com um plano de venda do ativo (ou ativo ou grupo para alienação) e a venda é esperada dentro do ano seguinte à data da classificação.

Ativos não circulantes e grupos de ativos para alienação são mensurados pelo menor valor contábil ou justo valor, menos os custos de venda, e não são depreciados ou amortizados a partir da data em que são classificados como mantidos para negociação. Tais ativos ou grupos de ativos são apresentados no ativo circulante.

Na demonstração do resultado do período corrente e do período anterior comparativo, a receita, os custos e as despesas de uma operação descontinuada são apresentados separadamente daqueles de atividades contínuas, em uma única linha após o imposto de renda, mesmo que uma participação não-controladora na operação descontinuada seja mantida após a venda. Uma operação é considerada descontinuada onde quer que se enquadre na definição de ativo não circulante mantido para negociação e represente uma linha de negócios ou área geográfica de operações que sejam materiais para a Controladora e suas subsidiárias, ou uma subsidiária adquirida com propósitos comerciais ou que seja parte de um único plano coordenado para manter uma linha de negócios ou área geográfica de operações que sejam materiais e sejam consideradas separadas.

Arrendamentos operacionais

São contratos de arrendamento sob os quais todos os riscos e benefícios substanciais ligados ao bem permanecem com o arrendador.

Os pagamentos ou cobranças por conta do arrendamento operacional são reconhecidos como despesas ou receitas na demonstração de resultados em base linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento. Os pagamentos ou cobranças contingentes são reconhecidos durante o período em que são incorridos.

Sempre que a Empresa faz pagamentos antecipados ou recebe pagamentos antecipados por conta de contratos de arrendamento, relacionados ao uso de bens, tais pagamentos são contabilizados como despesas pagas antecipadamente e as cobranças são contabilizadas como receita recebida antecipadamente, e ambos são amortizados durante o prazo do contrato de arrendamento.

Direitos de uso

Os ativos de direitos de uso são ativos que representam o direito da Controladora e de suas subsidiárias como locatários de usar um ativo subjacente durante o prazo de um contrato de arrendamento.

Eles são inicialmente medidos pelo custo, que inclui o valor presente dos pagamentos sob o contrato de arrendamento descontado à taxa incremental de empréstimos da Controladora e suas subsidiárias, mais os custos indiretos incorridos sob o contrato de arrendamento, mais uma estimativa dos custos necessários para dismantelar o ativo subjacente após o término do contrato de arrendamento. Posteriormente, eles são medidos ao custo menos depreciação acumulada e menos perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, mais ajustes de medidas de obrigações de arrendamento relevantes para o direito de uso.

As vidas úteis dos direitos de uso são definidas pelos termos irrevogáveis dos contratos de arrendamento que cobrem os ativos subjacentes juntamente com os períodos cobertos por uma opção para estender o prazo ou uma opção para rescindir o contrato de arrendamento.

A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos decorrentes do direito de uso:

- Contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes são bens de baixo custo, tais como móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos e equipamentos de escritório,
- Contratos de arrendamento para ativos subjacentes com prazo inferior a um ano,
- Contratos de arrendamento que cobrem ativos intangíveis.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou fabricação de um ativo qualificado, em outras palavras, um ativo que necessariamente leva um período substancial de tempo (geralmente mais de seis meses) para ficar pronto para seu uso pretendido ou venda, são capitalizados como parte do custo do respectivo ativo. Outros custos de empréstimo são contabilizados como despesas durante o período em que são incorridos. Os custos do empréstimo são feitos com juros e outros custos incorridos para garantir o empréstimo.

Impairment of non-financial assets

No encerramento de cada período anual, a Controladora e suas subsidiárias avaliam se há indicação de que o valor de um ativo possa estar deteriorado. Os ativos com vida útil definida estão sujeitos à redução do valor recuperável de ativos financeiros, desde que haja evidência objetiva de que, como resultado de um ou mais eventos subsequentes ao reconhecimento inicial, o seu valor contábil não pode ser recuperado, total ou parcialmente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não sujeitos a amortização são reduzidos quanto à perda do valor recuperável no encerramento de cada ano, exceto para aqueles ativos intangíveis vinculados a uma combinação de negócios ainda em período de medição onde a pesquisa de alocação do preço de compra não foi concluída.

Indicadores de perda por redução ao valor recuperável conforme definidos pela Controladora e suas subsidiárias, além de fontes de dados externas (ambiente econômico e o valor de mercado dos ativos, entre outros), baseiam-se na natureza dos ativos:

- Bens móveis vinculados a uma unidade geradora de caixa: relação entre o valor contábil líquido dos ativos relacionados a cada loja e o valor de venda (IVA incluído). Se esta proporção for superior à porcentagem definida para cada formato, então há indicação de perda por redução ao valor recuperável;
- Imóveis: comparação do valor contábil líquido dos ativos com o seu valor de mercado.

Para avaliar perdas por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no nível de unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa, conforme aplicável, e é feita uma estimativa do valor recuperável dos mesmos. A Controladora e suas subsidiárias definiram cada loja ou cada loja como uma unidade geradora de caixa individual. Em relação ao ágio, as unidades geradoras são agrupadas com base na marca, que representa o valor mais baixo ao qual o Ágio é monitorado.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor menos os custos de venda da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa e o valor em uso. Este valor recuperável é estimado para um ativo individual, a menos que tal ativo não gere nenhum fluxo de caixa independentemente dos fluxos de caixa obtidos por outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas com encargos ao período resulta no montante do excesso do valor contábil do ativo sobre o valor recuperável do mesmo, reduzindo primeiro o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa; caso haja um saldo remanescente, reduzindo todos os outros ativos da unidade geradora de caixa ou grupo de unidades em função do valor contábil de cada ativo até que tal valor contábil atinja zero.

Para determinar o justo valor menos os custos de venda, um modelo de preço é usado de acordo com a unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa, caso possa ser estabelecido.

Para avaliar o valor em uso:

- É feita uma estimativa dos futuros fluxos de caixa da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa durante um período que não deve exceder cinco anos. Os fluxos de caixa além do período previsto são estimados pela aplicação de uma taxa de crescimento constante ou decrescente.
- O valor terminal é estimado aplicando uma taxa de crescimento perpétuo, de acordo com o fluxo de caixa previsto no final do período explícito.
- Os fluxos de caixa e o valor terminal são descontados ao valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que corresponde às taxas de mercado pendentes que refletem o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos particulares ligados à unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa.

A Controladora e suas subsidiárias avaliam se as perdas por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não existem mais ou diminuíram; em tais eventos, o valor contábil da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa é aumentado para a estimativa revisada do valor recuperável, sem exceder o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda anterior tivesse sido reconhecida. Tal reversão é reconhecida como receita no resultado do período, exceto o ágio cuja perda de valor não é revertida.

Estoques

Os estoques incluem bens adquiridos com o propósito de serem vendidos no curso normal dos negócios, bens em processo de fabricação ou construção com vistas a tal venda, e bens a serem consumidos no processo de produção ou prestação de serviços.

Os estoques em trânsito são reconhecidos no recebimento de todos os riscos e benefícios substanciais associados ao ativo, de acordo com as obrigações de desempenho cumpridas pelo vendedor, conforme apropriado sob condições de aquisição.

Os estoques também incluem propriedade imobiliária onde a construção ou desenvolvimento de um projeto imobiliário tenha sido iniciado com vistas a vendas futuras.

Os estoques são avaliados usando o método "first-in-first-out" (PEPS). O custo do reconhecimento inicial inclui custos de aquisição, custos de processamento e outros custos incorridos para levar os estoques ao seu local e condição atual, ou seja, após a conclusão do processo de produção ou recebimento na loja. Os custos de logística e descontos de fornecedores são capitalizados como parte dos estoques e reconhecidos no custo das mercadorias vendidas no momento da venda.

Os estoques são avaliados no encerramento do período pelo valor mais baixo do custo e do valor líquido de realização.

A Controladora e suas subsidiárias avaliam se as perdas por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecidas no estoque não existem mais ou diminuíram; nestes eventos, o valor contábil dos estoques é o menor do custo e do valor líquido de realização. Esta reversão é reconhecida como uma redução ao valor recuperável.

A Controladora e suas subsidiárias fazem uma estimativa de obsolescência e perdas físicas de estoque, com base na idade dos estoques, mudanças nas condições de fabricação e venda, regulamentos comerciais, probabilidade de perda e outras variáveis que afetam o valor recuperável.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Controladora e suas subsidiárias se tornam uma parte de acordo com os termos e condições do instrumento. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através da renda;
- Ativos financeiros medidos pelo custo amortizado, e
- Ativos financeiros a justo valor através de outro resultado abrangente.

A classificação depende do modelo de negócio utilizado para administrar os ativos financeiros e das características dos fluxos de caixa do ativo financeiro; tal classificação é definida no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são classificados como ativos circulantes, se vencerem em menos de um ano; caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

a. Ativos financeiros medidos pelo justo valor através da renda

Inclui ativos financeiros incorridos principalmente buscando administrar a liquidez através de vendas freqüentes do instrumento. Esses instrumentos são medidos pelo justo valor e as variações de valor são levadas à renda no momento de sua ocorrência.

b. Ativos financeiros medidos ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivados com pagamentos conhecidos e datas de vencimento fixas, para os quais existe a intenção e a capacidade de cobrar os fluxos de caixa do instrumento sob um contrato.

Estes instrumentos são medidos ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é estimado pela adição ou dedução de qualquer prêmio ou desconto, receita ou custo incremental, durante o restante da vida útil do instrumento. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados pela amortização ou se houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Esses ativos financeiros são apresentados como ativos não circulantes, com exceção daqueles com vencimento em menos de 12 meses a partir da data da demonstração da posição financeira.

c. Ativos financeiros a justo valor através de outras receitas abrangentes

Representam investimentos de renda variável não detidos para negociação nem considerados como uma contrapartida contingente do adquirente em uma combinação de negócios. Com relação a esses investimentos, no reconhecimento inicial foi tomada a decisão irrevogável de apresentar os ganhos ou perdas em outras receitas abrangentes com base em uma mensuração subsequente pelo justo valor.

Os ganhos e perdas decorrentes da nova mensuração pelo justo valor são reconhecidos em outras receitas abrangentes até que o ativo seja desreconhecido. Neste caso, os ganhos e perdas reconhecidos anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para lucros acumulados.

Esses ativos financeiros são incluídos como ativos não circulantes a menos que a intenção seja alienar o investimento dentro de 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

d. Desreconhecimento

Um ativo financeiro, ou uma parte dele, é desreconhecido quando de sua venda, transferência, expiração ou perda de controle sobre os direitos contratuais ou sobre os fluxos de caixa do instrumento. Quando substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são retidos pela Controladora e suas subsidiárias, um ativo financeiro continua sendo reconhecido na demonstração da posição financeira pelo seu valor total.

e. Método de juros efetivos

É o método para estimar o custo amortizado de um ativo financeiro e a alocação da receita de juros durante todo o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa líquidos futuros estimados a receber (incluindo todos os encargos e receitas recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, custos de operação e outras recompensas ou descontos), durante a vida útil esperada de um ativo financeiro.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Dado que as contas comerciais a receber e outras contas a receber são consideradas como contas a receber de curto prazo de menos de 12 meses a partir da data de emissão e não contendo um componente financeiro significativo, estima-se que a sua deterioração seja, desde o reconhecimento inicial e em cada data de apresentação, a perda esperada para os 12 meses seguintes.

Para ativos financeiros diferentes daqueles mensurados pelo justo valor, as perdas esperadas são mensuradas ao longo da vida útil do ativo relevante. Para este fim, determina-se se o risco de crédito decorrente do ativo avaliado individualmente aumentou significativamente, comparando-se o risco de inadimplência na data de apresentação com o risco na data de reconhecimento inicial; se assim for, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no período resulta no montante das perdas de crédito esperadas nos 12 meses seguintes.

g. Empréstimos e contas a receber

Empréstimos e contas a receber são ativos financeiros emitidos ou adquiridos em troca de dinheiro, bens ou serviços entregues a um devedor.

As contas a receber de operações de venda são medidas pelos valores das faturas menos as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Estas contas a receber são reconhecidas quando todos os riscos e benefícios foram transferidos a terceiros e todas as obrigações de desempenho acordadas com o cliente foram cumpridas ou estão em processo de serem cumpridas.

Empréstimos de longo prazo (mais de um ano da data de emissão) são avaliados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos sempre que os valores envolvidos forem materiais. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração de resultados.

Esses instrumentos são incluídos como ativo circulante, exceto para aqueles com vencimento após 12 meses da data da demonstração da posição financeira, que são classificados como ativo não circulante. As contas a receber que deverão ser liquidadas durante um período superior a 12 meses e incluem pagamentos durante os primeiros 12 meses, são apresentadas como parcela não circulante e parcela corrente, respectivamente.

h. Capital circulante líquido

Inclui dinheiro em caixa e em bancos, e investimentos altamente líquidos. Para serem classificados como aplicações de relevada liquidez, os investimentos devem atender os seguintes critérios:

- (a) Investimentos de curto prazo, em outras palavras, com prazos menores ou iguais a três meses a partir da data de aquisição;
- (b) Investimentos de alta liquidez;
- (c) Prontamente convertidos em dinheiro, e
- (d) Sujeito ao baixo risco de mudança de valor.

Na demonstração da situação financeira, as contas contábeis que mostram os saques a descoberto com instituições financeiras são classificadas como passivos financeiros. Na demonstração dos fluxos de caixa, tais saques a descoberto são apresentados como um componente do capital circulante líquido, desde que sejam parte integrante do sistema de gestão de caixa da Controladora e de suas subsidiárias.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Controladora e suas subsidiárias se tornam uma parte de acordo com os termos e condições do instrumento. Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros pelo justo valor através da receita e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

a. Passivos financeiros medidos pelo justo valor através da renda

Os passivos financeiros são classificados nesta categoria quando mantidos para negociação ou quando no reconhecimento inicial são designados pelo justo valor através da renda.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Incluem empréstimos recebidos e títulos emitidos, que são inicialmente medidos pelo montante real recebido líquido dos custos de operação e posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos, reconhecendo a despesa com juros baseada na rentabilidade efetiva.

c. Desreconhecimento

Um ativo financeiro ou parte dele é desreconhecido quando da liquidação ou expiração da obrigação contratual.

d. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é o método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e a alocação das despesas com juros ao longo do período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta com precisão os fluxos de caixa futuros estimados a pagar durante a vida esperada de um passivo financeiro, ou, conforme apropriado, um período mais curto sempre que uma opção de pré-pagamento estiver associada ao passivo e for provável que ela seja exercida.

Derivativos incorporados

A Controladora e suas subsidiárias implementaram um procedimento que permite avaliar a existência de derivativos embutidos em contratos financeiros e não financeiros. Caso exista um derivado embutido, e se o acordo principal não for contabilizado pelo justo valor, o procedimento define se as características e riscos do mesmo não estão intimamente relacionados com o acordo principal, caso em que é necessário reservar separadamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo justo valor, tanto inicialmente como posteriormente. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos financeiros quando seu justo valor envolve um direito, e como passivos financeiros quando seu justo valor envolve uma obrigação.

O justo valor desses instrumentos é estimado na data de encerramento da apresentação das demonstrações contábeis.

Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no justo valor dos instrumentos derivativos são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, exceto aqueles mantidos sob contabilidade de hedge e considerados como hedge de fluxo de caixa ou hedge de investimento líquido no exterior.

As operações com derivativos envolvem forwards e swaps, visando reduzir o risco de mercado de ativos e passivos, utilizando as melhores estruturas de hedge disponíveis no mercado, sendo capazes de estabilizar os fluxos de caixa do serviço da dívida.

Quanto aos forwards, a intenção é administrar o risco cambial, e quanto aos swaps, administrar adicionalmente o risco de taxa de juros em moeda estrangeira. Os efeitos de ambos, instrumentos financeiros derivativos e elementos cobertos são reconhecidos na demonstração de resultados sob a rubrica de resultados financeiros líquidos.

Mesmo que seja verdade que a Controladora e suas subsidiárias não utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos, nessas demonstrações contábeis tais derivativos não foram considerados instrumentos de hedge, uma vez que não atendem aos requisitos estabelecidos pelas Normas Internacionais de Informação Financeira aceitas na Colômbia.

Os contratos forward e swap que atendem às exigências de contabilidade de hedge são reconhecidos de acordo com a política de contabilidade de hedge.

Os derivativos financeiros são medidos pelo justo valor utilizando técnicas de avaliação financeira baseadas em fluxos de caixa descontados. As variáveis utilizadas para avaliação são as taxas de câmbio em vigor na data de avaliação aplicável às moedas acordadas no instrumento e as taxas de juros associadas a ele.

Contabilidade de operações de hedge

A Controladora e suas subsidiárias realizam operações de hedge sob contratos a termo e de swap, para cobrir os riscos associados às mudanças nas taxas de câmbio aplicáveis a seus investimentos e nas taxas de câmbio e de juros aplicáveis a seus passivos.

Os instrumentos de hedge são mensurados pelo justo valor e a contabilidade de operações de hedge só deve ser utilizada se:

- A relação de cobertura foi claramente definida e documentada inicialmente, e
- A eficácia da hedge pode ser evidenciada inicialmente e ao longo de sua vida.

Os documentos incluem a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação coberta, a natureza do risco sendo coberto e a maneira pela qual a eficácia do instrumento de hedge será medida ao compensar a exposição a mudanças no justo valor do item coberto ou a mudanças nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto.

Os hedges são considerados eficientes quando existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge, os efeitos do risco de crédito não prevalecem sobre as mudanças de valor decorrentes de tal relação econômica, e a relação de hedge é a mesma que surge do item coberto e do montante do instrumento de hedge utilizado.

Os instrumentos de hedge são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, ou seja, na data de execução do contrato de derivativo, e posteriormente mensurados pelo justo valor. Eles são apresentados como ativos não circulantes ou passivos não circulantes sempre que o vencimento remanescente do item protegido por hedge ultrapassar 12 meses, e, na sua falta, como ativos e passivos circulantes se o vencimento do item protegido por hedge não ultrapassar 12 meses.

As coberturas são classificadas e contabilizadas da seguinte forma, mediante o cumprimento de rigorosos critérios de contabilidade de operações de hedge:

- Hedge de fluxo de caixa: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação nos fluxos de caixa decorrentes de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma operação prevista cuja ocorrência é altamente provável e pode ter um impacto nos resultados do período.

A parte efetiva das variações no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos de hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração do resultado.

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para a demonstração de resultados onde quer que a operação coberta tenha um impacto nos resultados, no mesmo item da demonstração de resultados onde o item coberto foi reconhecido. Entretanto, quando a operação prevista que é protegida resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, os ganhos ou perdas reconhecidos anteriormente em outros resultados abrangentes são reclassificados no valor inicial de tal ativo ou passivo.

A contabilidade de operações de hedge é descontinuada ao se anular a relação de hedge, quando o instrumento de hedge vence ou é vendido, expira ou é exercido, ou não se qualifica mais para contabilidade de operações de hedge. Nesses eventos, qualquer ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é mantido no patrimônio líquido e reconhecido quando a operação prevista realmente tem um impacto nos resultados do período. Quando não é mais esperado que uma operação prevista ocorra, então o ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.

- Hedge de justo valor: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição a mudanças no justo valor de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes não reconhecidos.

Uma mudança no justo valor de um derivativo que é um instrumento de cobertura de justo valor é reconhecida na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira. Uma mudança no justo valor de um item coberto atribuível ao risco coberto é contabilizada como parte do valor contábil do item coberto e também é reconhecida na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira.

Sempre que um compromisso firme não reconhecido for identificado como um item coberto, a mudança subsequente no justo valor do compromisso firme atribuível ao risco coberto será reconhecida como um ativo ou passivo e o ganho ou perda relevante será reconhecido nos resultados do período.

- Hedges de investimento líquido no exterior: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação das taxas de câmbio decorrentes da conversão de negócios estrangeiros para a moeda do relatório da empresa.

A parte efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos para cobrir um investimento líquido no exterior é reconhecida em outras receitas abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de resultados.

Se a Controladora e suas subsidiárias alienarem um negócio no exterior, no todo ou em parte, o valor acumulado da porção efetiva registrada em outros resultados abrangentes é reclassificado para a demonstração de resultados.

Benefícios para os empregados

a. Planos de contribuição definidos

Planos de benefícios pós-emprego sob os quais existe a obrigação de fazer certas contribuições pré-determinadas a uma entidade separada (um fundo de aposentadoria ou companhia de seguros) e não há mais nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. Tais contribuições são reconhecidas como despesas na demonstração de resultados, na medida em que as contribuições relevantes são exigíveis.

b. Planos de benefícios pós-emprego definidos

Os planos de benefícios pós-emprego são aqueles sob os quais existe a obrigação de fornecer diretamente o pagamento da pensão de aposentadoria e o pagamento retroativo da indenização, de acordo com as exigências legais colombianas. A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir os planos de benefícios definidos.

As obrigações definidas dos planos de benefícios pós-emprego são estimadas individualmente para cada plano, com o apoio de terceiros independentes, aplicando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada, utilizando hipóteses atuariais na data do período reportado, tais como expectativas de aumento salarial, tempo médio de emprego, expectativa de vida e rotatividade de pessoal. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos em outras receitas abrangentes. Despesas com juros sobre benefícios pós-emprego definidos, bem como liquidações e reduções do plano, são reconhecidas nos resultados do período como custos financeiros.

c. Benefícios a longo prazo para empregados

Estes são benefícios que não devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses após a data de encerramento da demonstração da posição financeira em relação aos quais os funcionários prestam seus serviços. Estes benefícios referem-se a bônus de tempo de serviço e benefícios similares. A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir benefícios a longo prazo.

A responsabilidade por benefícios de longo prazo é determinada separadamente para cada plano com o apoio de terceiros independentes, seguindo a avaliação atuarial do método da unidade de crédito prevista, usando suposições atuariais na data do período do relatório. O custo do serviço atual, custo do serviço passado, custo para juros, ganhos e perdas atuariais, bem como os acordos ou reduções no plano são prontamente reconhecidos na demonstração de resultados.

d. Benefícios a curto prazo para empregados

Estes são benefícios que devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses e após a data de fechamento da demonstração da posição financeira em relação à qual os funcionários prestam seus serviços. Tais benefícios incluem uma participação nos lucros a pagar aos funcionários com base no desempenho. As obrigações de benefícios de curto prazo são medidas com base na melhor estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações na data de encerramento do período de relatório.

e. Benefícios de rescisão do contrato de emprego

A Controladora e suas subsidiárias pagam aos funcionários certos benefícios no momento da rescisão, sempre que for tomada a decisão de rescindir um contrato de trabalho antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que um funcionário aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão de seu contrato de trabalho.

Os benefícios de rescisão são classificados como benefícios de curto prazo para empregados e são reconhecidos nos resultados do período quando se espera que sejam totalmente liquidados dentro de 12 meses do fechamento do período de relatório; e são classificados como benefícios de longo prazo para empregados quando se espera que sejam liquidados após 12 meses do fechamento do período de relatório.

Responsabilidades de arrendamento

Inicialmente, as obrigações do arrendamento compreendem pagamentos pelo direito de uso do ativo subjacente durante o prazo do contrato de arrendamento, incluindo pagamentos fixos, pagamentos variáveis do arrendamento e o pagamento de multas decorrentes da rescisão do contrato de arrendamento. Posteriormente, as obrigações de arrendamento são medidas aumentando o valor contábil para refletir os juros, reduzindo o valor contábil para mostrar os pagamentos de aluguel efetuados e remensurando o valor contábil para refletir novas emendas ao contrato de arrendamento.

Provisões, ativos e passivos contingentes

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem como provisões todas as obrigações pendentes na data da demonstração da posição financeira, resultantes de eventos passados, que podem ser mensurados com precisão e a liquidação dos mesmos pode exigir uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos e cujo momento e/ou montante são incertos.

As provisões são reconhecidas pelo valor atual da melhor estimativa de saída de caixa necessária para liquidar o passivo. Nos casos em que houver expectativa de que a provisão será reembolsada, total ou parcialmente, o reembolso é reconhecido como um ativo independente com uma receita como entrada de saldo, somente quando tal reembolso for virtualmente certo.

As provisões são revisadas periodicamente e quantificadas com base nas melhores informações disponíveis na data da demonstração da posição financeira.

As provisões sob contratos para contraprestação são passivos presentes decorrentes de contratos para contraprestação e reconhecidas como provisões sempre que os custos inevitáveis a serem incorridos na execução do contrato excederem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos nos termos do mesmo.

Uma provisão de reorganização empresarial é reconhecida sempre que houver uma obrigação construtiva de conduzir uma reorganização, ou seja, quando um plano formal e detalhado de reorganização tiver sido preparado e tiver levantado uma expectativa válida naqueles afetados, porque suas condições gerais foram anunciadas antes do encerramento do período de relatório.

Os passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados, cuja existência está sujeita à ocorrência ou não de eventos futuros não inteiramente sob o controle da Controladora e suas subsidiárias; ou obrigações atuais decorrentes de eventos passados, dos quais o valor da obrigação não pode ser estimado com precisão ou não é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação. Os passivos contingentes não são incluídos nas demonstrações contábeis; em vez disso, são divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis, exceto aqueles incluídos individualmente no relatório de preços de compra sob uma combinação de negócios, cujo justo valor pode ser estabelecido com precisão e em relação aos quais uma saída de recursos para liquidar a obrigação é considerada remota.

Um ativo contingente é um possível ativo que surge de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros não inteiramente sob o controle da Controladora e de suas subsidiárias. Os ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira até que a realização da receita seja virtualmente verdadeira; em vez disso, eles são divulgados nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

Impostos

Os impostos incluem obrigações a pagar ao Governo pela Controladora e suas subsidiárias, determinadas com base em liquidações privadas geradas durante o período tributável relevante.

Impostos incluem:

Colômbia:

- Imposto de renda,
- Imposto sobre bens imóveis e
- Imposto sobre a indústria e comércio.

Argentina:

- Imposto de renda,
- Impostos provinciais,
- Imposto sobre bens pessoais - parte responsável substituta e
- Imposto municipal sobre o comércio e a indústria.

Uruguai:

- Imposto de renda (IRIC),
- Imposto sobre o patrimônio,
- Imposto predial,
- Imposto sobre a indústria e comércio
- Imposto sobre Controle de Sociedades Anônimas (ICOSA),
- Imposto nacional sobre a produção de vinho (INAVI) e
- Imposto sobre a Alienação ou Transferência de Bens Agrícolas e Pecuários (IMEBA)

Imposto de renda atual

O imposto de renda corrente para a Controladora e suas subsidiárias na Colômbia é calculado sobre o maior entre o lucro presumido e o lucro líquido tributável à taxa oficial aplicável anualmente em cada encerramento de apresentação das demonstrações contábeis. A despesa de imposto de renda corrente é reconhecida com a cobrança do imposto de renda.

Para as subsidiárias no Uruguai, o imposto de renda é cobrado à alíquota oficial aplicável a cada encerramento de exercício. A despesa de imposto de renda é reconhecida com encargos sobre a renda.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados para fins de apresentação se houver um direito legalmente exigível, se tiverem sido incorridos com a mesma autoridade fiscal e a intenção é liquidá-los pelo valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido surge de diferenças temporárias e outros eventos que dão origem a diferenças entre a base contábil e a base tributável dos ativos e passivos. O imposto de renda diferido é reconhecido pelo valor não descontado que a Companhia espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais, avaliado às alíquotas fiscais esperadas a serem aplicadas durante o período em que o ativo será realizado ou em que o passivo será liquidado.

O imposto de renda diferido ativo só é reconhecido se for provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser compensadas. Os passivos de imposto de renda diferido são sempre reconhecidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de uma combinação de negócios têm um impacto no ágio.

Os efeitos do imposto diferido são reconhecidos na renda do período ou em outros rendimentos abrangentes, dependendo de onde os lucros ou perdas originados foram registrados e são apresentados na demonstração da posição financeira como itens não correntes.

Para fins de apresentação, os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legalmente exigível e tiverem sido incorridos com a mesma autoridade fiscal.

Nenhum passivo fiscal diferido é contabilizado pelo total das diferenças que podem surgir entre os saldos contábeis e os saldos tributáveis de investimentos em coligadas e joint ventures, uma vez que a isenção contida no IAS 12 é aplicada no registro de tais passivos fiscais diferidos.

Capital social

O capital social da Controladora é composto por ações ordinárias.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no patrimônio líquido como uma dedução do valor recebido, líquido de impostos.

Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes

As receitas de atividades ordinárias segundo contratos com clientes incluem vendas a varejo em lojas, prestação de serviços, vendas de projetos imobiliários e estoques, venda de garantias estendidas, arrendamento de propriedade e espaço físico e negócios complementares como seguros, viagens, telefone, transporte e financiamento a clientes, entre outros.

A receita é medida pelo justo valor da contraprestação recebida ou a ser recebida, líquida de descontos comerciais, descontos à vista e descontos por volume; o imposto sobre valor agregado é excluído.

A receita das vendas a varejo é reconhecida quando (a) riscos e benefícios significativos ligados à propriedade dos bens são transferidos para o comprador e as obrigações de desempenho com o cliente são satisfeitas, na maioria dos casos mediante transferência de título legal, (b) tal receita pode ser medida de forma confiável e

(c) Há uma probabilidade de que os benefícios econômicos da operação sejam recebidos.

A receita da prestação de serviços é reconhecida no período de realização, desde que as obrigações de desempenho acordadas com o cliente tenham sido cumpridas. Se as obrigações de desempenho da prestação de serviços estiverem sujeitas ao cumprimento de uma série de compromissos, então o tempo adequado para o reconhecimento é avaliado, seja ao longo do tempo da prestação do serviço ou em um único momento.

Consequentemente, a receita da prestação de serviços pode ser reconhecida imediatamente (quando o serviço é considerado prestado) ou ser diferida durante o período em que o serviço é prestado ou em que o compromisso é cumprido.

Quando mercadorias são vendidas juntamente com incentivos de fidelidade do cliente, a receita é destinada à venda a varejo e à venda de incentivos, a justos valores. A receita diferida da venda de incentivos é reconhecida na demonstração de resultados quando do resgate dos produtos pelo cliente, ou quando do vencimento.

Os contratos de intermediação são analisados com base em critérios específicos para determinar quando a Controladora e suas subsidiárias atuam como principal e quando atuam como agente de comissão.

A receita de dividendos é reconhecida quando surge o direito de receber pagamento por investimentos classificados como instrumentos financeiros; os dividendos recebidos de associadas e joint ventures que são reconhecidos usando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos como um valor inferior do investimento.

A receita de royalties é reconhecida quando as condições estabelecidas nos contratos são cumpridas.

A receita dos arrendamentos operacionais de propriedades de investimento é reconhecida de forma linear ao longo do prazo do contrato. A receita de juros é reconhecida usando o método de juros efetivos.

A receita de operações de permuta é reconhecida na troca efetiva e (a) os ativos são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida na data da troca; ou (b) pelo justo valor dos bens entregues.

Programas de fidelização

Sob seus programas de fidelização, certas subsidiárias concedem pontos ao cliente em compras, que podem ser trocados no futuro por benefícios como prêmios ou mercadorias disponíveis nas lojas, meios de pagamento ou descontos, resgate com aliados e programas de continuidade, entre outros. Os pontos são medidos pelo justo valor, que é o valor de cada ponto recebido pelo cliente, levando em consideração as diversas estratégias de resgate. O justo valor de cada ponto é estimado no final de cada período contábil.

A obrigação de conceder tais pontos é registrada no passivo como uma receita diferida que representa a parcela de benefícios não resgatados ao justo valor, considerando para tal efeito a taxa de resgate e a parcela estimada de pontos que se espera não sejam resgatados pelos clientes.

Custos e despesas

Os custos e despesas são reconhecidos nos resultados do período após uma diminuição dos benefícios econômicos, associados a uma diminuição dos ativos ou um aumento dos passivos, e o valor dos mesmos pode ser medido de forma confiável.

Os custos e despesas incluem todas as saídas de caixa necessárias para completar as vendas, bem como as despesas necessárias para prestar os serviços, tais como depreciação do ativo imobilizado, despesas com pessoal, pagamentos sob contratos de serviço, reparos e manutenção, custos operacionais, seguros, taxas e despesas de arrendamento, entre outros.

Lucro por ação básica e diluída

O lucro por ação básica é calculado pela divisão do lucro líquido do período atribuível à Controladora, não incluindo o número médio de ações da Controladora detidas por uma subsidiária, se houver, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo, se houver, as ações ordinárias adquiridas pela Controladora e detidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluída é calculado pela divisão do lucro líquido do período atribuível à Controladora pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas caso todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas com efeito diluidor. O lucro líquido do período, se houver, é ajustado pelo montante de dividendos e juros relacionados aos títulos conversíveis e instrumentos de dívida subordinada.

A Controladora não realizou nenhuma operação que tenha um efeito diluidor potencial que leve a lucros por ação diluídos além dos lucros por ação básica.

Segmentos de operação

Segmento de operação é um componente que desenvolve atividades comerciais das quais obtém receita sob atividades ordinárias e incorre em custos e despesas e cujos resultados operacionais são revisados continuamente pela mais alta autoridade operacional decisória da Controladora, ou seja, a Diretoria, e sobre os quais estão disponíveis informações financeiras distintas. A Administração da Controladora avalia a rentabilidade de tais segmentos com base na receita das atividades ordinárias sob contratos com clientes.

Para fins de apresentação, as empresas não operacionais - holdings que detêm participações nas empresas operacionais - são alocadas por segmentos para a área geográfica a que pertencem as empresas operacionais. Caso a holding detenha participações em várias empresas operacionais, a alocação é feita para a empresa operacional mais significativa.

O total de ativos e passivos por segmento não são informados internamente para fins administrativos e, conseqüentemente, não são divulgados na nota referente à divulgação de informações por segmento.

As informações por segmento são preparadas sob as mesmas políticas contábeis que as aplicadas às demonstrações contábeis consolidadas.

Nota 5. Normas e interpretações novas e modificadas

Nota 5.1. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi emitido na Colômbia o Decreto Regulamentar 938 de 19 de agosto de 2021, que alterou a estrutura técnica das normas aplicáveis ao Grupo 1 incluídas no Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", que já havia sido alterado em 23 de dezembro, 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432 e que havia sido atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270.

Esta emenda permite a incorporação da Emenda ao IAS 1 - Classificação de Passivos como Correntes ou não Correntes, a Emenda ao IAS 16 - Ativo imobilizado, a Emenda ao IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Emenda ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - A Reforma do IBOR e seus Efeitos na Fase 2 do Relatório Financeiro, a Emenda à IFRS 3 - Combinações de Negócios e Melhorias Anuais das Normas IFRS 2018-2020 ciclo, que incluiu emendas, esclarecimento de redação, correção de superações ou conflitos entre as exigências da IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IAS 41 - Agricultura e IFRS 16 - Locações, todas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda à IAS 1, aplicável a partir de janeiro de 2023.
- Emenda à IAS 8, aplicável a partir de janeiro de 2023.
- Emenda à IFRS 16, aplicável a partir de 1º de abril de 2021.
- Emenda à IAS 12, a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023, com adoção antecipada permitida.
- Emenda à IFRS 17, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023.

Emenda à IAS 1 - Divulgação de Políticas e Práticas Contábeis (emitida em fevereiro de 2021)

Esta Emenda, que altera a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, orienta as empresas na decisão de quais informações sobre políticas contábeis devem ser divulgadas para fornecer informações mais úteis aos investidores e outros usuários primários das demonstrações contábeis. A Emenda exige que as empresas divulguem informações relevantes sobre políticas contábeis aplicando o conceito de materialidade em suas divulgações. Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta Emenda.

Emenda à IAS 8 - Definição de estimativas contábeis (emitido em fevereiro de 2021)

Esta Emenda, que altera a IAS 8 - Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros, modificou a definição de estimativas contábeis e incluiu outras emendas para ajudar as entidades a distinguir as alterações nas estimativas contábeis das alterações nas políticas contábeis. Esta distinção é importante porque as mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente apenas a operações futuras e outros eventos futuros, mas as mudanças nas políticas contábeis são aplicadas retrospectivamente a operações passadas e outros eventos passados.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta Emenda.

Emenda à IFRS 16 - Concessões de arrendamento relacionadas à Covid-19 (emitida em março de 2021)

Os princípios básicos introduzidos quando o Conselho emitiu pela primeira vez a Emenda, em maio de 2020, não são afetados. A Emenda foi concebida para estender por um ano o período de aplicação das concessões de arrendamento relacionadas à Covid-19 para ajudar os arrendatários na contabilidade de seus arrendamentos. A concessão foi concebida para cobrir concessões de arrendamento para pagamentos de arrendamento originalmente devidos até 30 de junho de 2022.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta Emenda.

Emenda à IAS 12 - Imposto Diferido Relativo a Ativos e Passivos decorrentes de uma Operação Única (emitida em maio de 2021)

Esta emenda, que altera a IAS 12 Imposto de Renda, detalha como as empresas devem reconhecer o imposto diferido em operações como arrendamentos e obrigações de descomissionamento.

Sob certas circunstâncias, as empresas estão isentas do reconhecimento de impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza se a isenção se aplicava a operações como arrendamentos e obrigações de descomissionamento, operações para as quais as empresas reconheciam tanto um ativo como um passivo.

As emendas esclarecem que as empresas são obrigadas a reconhecer o imposto diferido sobre tais operações. O objetivo das emendas é reduzir a diversidade na declaração do imposto diferido sobre arrendamentos e obrigações de descomissionamento.

Estima-se que não haverá impacto significativo na aplicação desta Emenda, uma vez que a Empresa acumula adequadamente o imposto diferido sobre ativos e passivos decorrentes da aplicação da IFRS 16 nas operações de arrendamento.

Emenda à IFRS 17 - Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 (emitida em dezembro de 2021)

Esta emenda, que modifica a IFRS 17 - Contratos de seguro, aplica-se a entidades que aplicam a IFRS 17 e a IFRS 9 simultaneamente. Considerando que estas normas têm requisitos de transição diferentes, é possível que surjam desequilíbrios contábeis temporários entre ativos e passivos financeiros relacionados com o contrato de seguro nas informações comparativas apresentadas nas demonstrações contábeis ao aplicar tais normas pela primeira vez. A Emenda ajudará as seguradoras a evitar tais desequilíbrios e, conseqüentemente, melhorará a utilidade das informações comparativas para os investidores. Para este fim, ela oferece às companhias de seguros uma opção para apresentar informações comparativas relativas aos ativos financeiros.

Nenhum efeito material é esperado da aplicação desta Emenda, dado que a Controladora e suas subsidiárias não aplicam a IFRS 17.

Nota 5.2. Normas aplicadas a partir de 2021, emitidas antes de 1 de janeiro de 2021

A seguinte norma começou a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2021, de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- Emenda à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma IBOR e seus Efeitos sobre Relatórios Financeiros - Fase 2 (emitida em agosto de 2020).

A emenda acima foi promulgada na Colômbia através do Decreto Regulamentar 938 de 19 de agosto de 2021. Nenhum efeito material resultou da aplicação desta emenda.

Nota 5.3. Normas aplicadas a partir de 2021, emitidas em 2021

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de abril de 2021, de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- Emenda à IFRS 16.

Nenhum efeito material resultou da aplicação desta emenda.

Nota 5.4. Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Controladora e suas subsidiárias não aplicaram a adoção antecipada das Normas.

Nota 5.5. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2021, emitidas antes de 1 de janeiro de 2021

As seguintes Normas ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2021 e um resumo delas pode ser visto na Nota 4.6:

- IFRS 17 - Contratos de Seguro, a serem aplicados a partir de janeiro de 2023, de acordo com a Emenda a esta.
- Emenda à IAS 1, a ser aplicada a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IFRS 3, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IAS 16, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IAS 37, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Melhorias anuais às normas IFRS ciclo 2018-2020, a serem aplicadas a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IFRS 17, aplicável a partir de janeiro de 2023.
- Emenda à IAS 1, aplicável a partir de janeiro de 2023.

Nota 5.6 Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi emitido na Colômbia o Decreto Regulamentar 1432, de 5 de novembro de 2020, que altera o anexo técnico que compila as normas de relatórios financeiros incluídas no Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre contabilidade", normas de relatórios financeiros e garantia de informações" que já haviam sido emendadas em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e que haviam sido atualizadas em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270. Esta emenda permite a incorporação da Emenda à IFRS 16 "Concessões de Arrendamento Relacionadas à Covid-19", emitida em maio de 2020.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda à IAS 1, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IFRS 16, aplicável a partir de 1º de junho de 2020; entretanto, os arrendadores podem aplicar esta emenda a qualquer uma das demonstrações contábeis a partir da data de emissão.
- Emenda à IFRS 3, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IAS 16, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IAS 37, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Melhorias anuais às normas IFRS ciclo 2018-2020, a ser aplicado a partir de janeiro de 2022.
- Emenda à IFRS 17, aplicável a partir de janeiro de 2023.
- Emenda à IFRS 4, aplicável a partir de junho de 2020.
- Emenda à IAS 1, aplicável a partir de janeiro de 2023.
- Emenda à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16, a ser aplicada a partir de janeiro de 2021, sendo permitida a adoção antecipada.

Emenda à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (emitida em janeiro de 2020)

Esta emenda, que modifica a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, esclarece especificamente um dos critérios para classificar um passivo como não corrente. É permitida a aplicação mais cedo. Entretanto, o International Accounting Standards Board discutirá se a data efetiva será adiada por causa da pandemia da Covid-19.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

Emenda à IFRS 16 - Arrendamentos (emitida em maio de 2020)

A Emenda, chamada "Concessões de Arrendamento Relacionadas com a Covid-19" foi emitida para facilitar aos arrendatários o reconhecimento em suas contas das mudanças potenciais nos contratos de arrendamento que possam surgir em relação à pandemia da Covid-19.

Esta Emenda acrescentou os parágrafos 46A e 46B ao IFRS 16, dispensando os arrendatários de considerar individualmente os contratos de arrendamento para determinar se as concessões de aluguel que surgem como consequência direta da pandemia da Covid-19 são emendas a tais contratos, e permite que os arrendatários contabilizem tais concessões como se não fossem emendas aos contratos de arrendamento.

As mudanças introduzidas oferecem uma solução prática que consiste basicamente em reconhecer no período resulta a diminuição dos pagamentos de aluguel (que normalmente seria considerada uma emenda ao contrato), tornando necessária uma nova estimativa das obrigações de aluguel a uma taxa de desconto revisada.

Esta Emenda não se aplica aos arrendadores.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

Emenda à IFRS 3 - Combinações de Negócios (emitida em maio de 2020)

Nesta Emenda, a referência à última versão do Marco Conceptual emitida em março de 2018 substitui a referência a uma versão anterior.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

IAS 16 - Ativo imobilizado (emitida em maio de 2020)

De acordo com esta Emenda, uma empresa não pode deduzir do custo do ativo imobilizado os valores recebidos da venda dos itens fabricados enquanto a empresa prepara o ativo para o uso previsto. Ao invés disso, uma empresa reconhecerá na receita tais receitas de vendas e custos relacionados.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Emitido em maio de 2020)

Esta Emenda lista os custos a serem incluídos por uma entidade para determinar se um contrato é oneroso.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

Melhoria anual para o ciclo IFRS 2018-2020 (emitido em maio de 2020)

Inclui as seguintes emendas que esclarecem a redação e corrigem os excessos ou conflitos entre as exigências Padrão:

- IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira. Aplicação mais fácil da norma por uma subsidiária que adota pela primeira vez após sua Controladora em relação à medição das diferenças de conversão acumuladas.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Emenda esclarece quais honorários profissionais devem ser incluídos por uma empresa ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.
- IAS 41 - Agricultura. A exigência de excluir fluxos de caixa fiscais ao medir o justo valor dos ativos biológicos é eliminada, alinhando assim os requisitos de medição do justo valor com os de outras Normas.
- IFRS 16 - Arrendamentos O exemplo ilustrativo 13 foi emendado para eliminar a possibilidade de confusão em relação aos incentivos de arrendamento.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação dessas melhorias.

Emenda à IFRS 17 - Contratos de Seguro (emitida em junho de 2020)

Os princípios básicos introduzidos quando o Conselho emitiu pela primeira vez a IFRS 17 em maio de 2017 não são afetados. A Emenda destina-se a reduzir custos simplificando certos requisitos da Norma, tornando o desempenho financeiro mais fácil de explicar e facilitando a transição ao adiar a data efetiva para 2023, proporcionando assim um alívio adicional ao reduzir o esforço exigido na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação dessa emenda.

Emenda à IFRS 4 - Extensão da isenção temporária para a aplicação da IFRS 9 (emitida em junho de 2020)

A IFRS 9 trata da contabilidade dos instrumentos financeiros e é efetiva para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. Entretanto, para certas companhias seguradoras, esta IFRS estabelece uma isenção temporária que permite, mas não exige, que a seguradora aplique a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ao invés da IFRS 9 para os períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2023.

O limite para aplicar a isenção temporária do IFRS 9 foi prorrogado por dois anos, mantendo o alinhamento entre a data de expiração da isenção temporária e a data de vigência do IFRS 17, que substitui o IFRS 4.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação dessa emenda.

Emenda à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (emitida em julho de 2020)

A classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes foi emitida em janeiro de 2020, em vigor para os períodos anuais de relatório com início a partir de 1º de janeiro de 2022. Entretanto, devido à pandemia de Covid-19, a Diretoria adiou por um ano a data efetiva para dar às empresas tempo suficiente para implementar as mudanças na classificação decorrentes de tais emendas. Nenhuma outra alteração foi introduzida à emenda original emitida em janeiro de 2020.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação dessa emenda.

Emenda ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma IBOR e seus efeitos sobre os relatórios financeiros - Fase 2 (publicada em agosto de 2020)

O International Accounting Standards Board concluiu a reforma em andamento das taxas de juros de referência, tais como as taxas oferecidas interbancárias (IBORs). A emenda foi projetada para apoiar as empresas no fornecimento aos investidores de informações úteis a respeito dos efeitos da reforma sobre as demonstrações contábeis. As emendas complementam aquelas emitidas em 2019 e estão focadas nos efeitos sobre as demonstrações contábeis quando uma empresa substitui a taxa de juros de referência existente por uma alternativa, como resultado da reforma.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação dessa emenda.

Nota 5.7 Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas antes de 1 de janeiro de 2020

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2020, de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- Emenda à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros,
- Emenda ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, e Emenda ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros,
- Emenda à IFRS 3 - Combinações de Negócios,
- Estrutura conceitual de 2018.
- IFRIC 23 - Incertezas sobre o Tratamento do Imposto de Renda.

Na Colômbia, essas normas e emendas foram promulgadas por meio do Decreto Regulamentar 2270 de 13 de dezembro de 2019, exceção feita à Emenda à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Nenhum efeito material resultou da aplicação destas normas.

Nota 5.8 Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas em 2020

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de junho de 2020, de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- Emenda à IFRS 16 - Arrendamentos
- Emenda à IFRS 4 - Contratos de Seguro

Esta Emenda à IFRS 4 não foi promulgada na Colômbia. A Emenda à IFRS 16 foi incorporada na Colômbia através da emissão do Decreto Regulamentar 1432 de 5 de novembro de 2020 e a data de adoção foi estabelecida a partir da data de emissão do Decreto Regulamentar e não a partir da data de adoção pelo International Accounting Standards Board.

Nota 5.9 Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020

Durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias não aplicaram a adoção antecipada de normas.

Nota 5.10 Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2020, emitidas antes de 1 de janeiro de 2020

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2017, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- IFRS 17 – Contratos de seguro, a serem aplicados a partir de janeiro de 2021.

IFRS 17 – Contratos de Seguro (emitida em maio de 2017)

Esta IFRS estabelece os princípios para reconhecimento, medição, apresentação e divulgação dos contratos de seguro, e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Esta norma exige que uma empresa que emite contratos de seguro divulgue tais contratos na demonstração da posição financeira como o agregado de: (a) fluxos de caixa do cumprimento menos as estimativas atuais dos valores que a empresa espera cobrar sobre os prêmios, bem como reclamações, benefícios e pagamentos de despesas esperados, incluindo um ajuste relevante à pontualidade e ao risco ligado a tais valores; e (b) a margem contratual associada ao serviço menos o ganho esperado do fornecimento da cobertura de seguro.

O ganho esperado da cobertura do seguro é reconhecido na renda durante o prazo de validade da cobertura do seguro.

Adicionalmente, exige que uma empresa diferencie os grupos de contratos dos quais espera obter um ganho e aqueles dos quais espera uma perda, sendo este último reconhecido na receita assim que a empresa identificar tais perdas esperadas.

Em cada data de relatório, as empresas são obrigadas a atualizar os fluxos de caixa a partir do cumprimento, utilizando estimativas atuais do valor, atualidade e incerteza dos fluxos de caixa e taxas de desconto.

Quanto à medição, os valores atuais são agora utilizados em vez do custo histórico, o que permite incluir os fluxos de caixa comprometidos (tanto direitos quanto obrigações) e atualizá-los em cada data de relatório.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta IFRS.

Nota 6. Combinações de negócio

Nenhuma combinação comercial foi realizada em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Nota 7. Capital circulante líquido

O saldo do capital circulante líquido é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Disponibilidades e caixa em bancos (1)	2.472.151	2.304.819
Direitos fiduciários (2)	68.716	92.593
Certificados de depósito a prazo (3)	681	11.953
Outras aplicações de elevada liquidez (4)	31	26
Total do capital circulante líquido	2.541.579	2.409.391

(4) O aumento representa principalmente uma maior arrecadação em dinheiro resultante de maiores vendas durante 2021.

(2) O saldo representa:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fondo de Inversión Colectiva Abierta Occirenta	20.408	20.410
BBVA Asset S.A.	18.311	20.413
FiduColômbia S.A.	16.118	21.130
Fiduciaria Bogota S.A.	13.655	17.323
Corredores Davivienda S.A.	203	13.316
Credicorp Capital	21	1
Total de direitos fiduciários	68.716	92.593

(3) O saldo representa os títulos detidos pela Controladora e suas subsidiárias.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Geant Inversiones S.A.	681	586
Controladora (a)	-	2.845
Éxito Industrias S.A.S.	-	86
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Note 1.1)	-	130
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	-	6
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	-	4
Libertad S.A. (b)	-	8.296
Total de direitos fiduciários	681	11.953

(4) A diminuição representa principalmente o uso de certificados de declaração de impostos em dinheiro recebidos (tidis) para recolher impostos retidos na fonte.

(b) A diminuição representa principalmente o uso de certificados para pagar responsabilidades a fornecedores e entidades governamentais.

(4) O saldo representa Projetos de Regulamentação Monetária emitidos pelo Banco Central do Uruguai e subscritos pelas subsidiárias Grupo Disco del Uruguai S.A. e Devoto Hermanos S.A. com vencimento em menos de três meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora e suas subsidiárias reconheceram rendimentos do disponibilidades e caixa em bancos e aplicações de elevada liquidez no valor de \$17.277 (31 de dezembro de 2020 - \$22.014), que foram transportados como receita financeira conforme detalhado na Nota 35.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido não foi restrito ou incidente de forma alguma para limitar sua disponibilidade.

Nota 8. Créditos comerciais e outras contas a receber

O saldo de créditos comerciais e outras contas a receber é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Créditos comerciais a receber (Nota 8.1)	387.353	325.415
Outras contas a receber (Nota 8.2)	296.698	179.495
Total de créditos comerciais e outras contas a receber	684.051	504.910
Correntes	625.931	471.202
Não Correntes	58.120	33.708

Nota 8.1. Créditos comerciais

O saldo dos créditos comerciais é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Créditos comerciais (1)	272.920	235.887
Venda de estoques de projetos imobiliários (2)	67.434	34.715
Aluguéis e revendedores	62.426	72.522
Fundos e empréstimos de empregados	9.841	9.830
Outros créditos comerciais	-	21
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis (3)	(25.268)	(27.560)
Créditos comerciais	387.353	325.415

- (5) O aumento representa basicamente (a) maior cobrança nos canais de vendas em relação ao período anterior, resultante do aumento das vendas, especificamente em negociações com entidades governamentais, com agências de assistência social familiar e em negociações de estoque de licor com terceiros, na Controladora e (b) maior atividade comercial das subsidiárias no Uruguai.
- (2) Representa uma conta a receber da venda de estoques dos projetos imobiliários de Montevideu e Copacabana. O aumento resulta da venda do projeto imobiliário de Montevideu concluído em 2021 por cronograma de vendas, conforme mencionado na Nota 11.1.
- (3) A perda por redução ao valor recuperável de recebíveis é reconhecida como despesa no resultado do período. No entanto, mesmo que deteriorada, a Controladora e suas subsidiárias são de opinião que esses saldos são recuperáveis, dada a extensa análise de risco de crédito sobre os clientes, incluindo as classificações de crédito, quando disponíveis em bancos de dados de crédito reconhecidos no mercado. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, o efeito líquido da Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis na demonstração de resultados representa uma receita de \$2.022 (despesa de \$6.922 em 31 de dezembro de 2020).

O desenvolvimento da perda por redução ao valor recuperável de recebíveis durante o período foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.560
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida	39.615
Estorno de provisões de recebíveis	(10.049)
Estorno de perda por redução ao valor recuperável	(31.588)
Efeito da diferença de câmbio a partir da conversão em moeda do relatório	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.268

Nota 8.2. Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Acordos comerciais (1)	84.973	34.090
Fundos e empréstimos dos empregados (2)	78.088	63.528
Serviços de transferência de recursos (3)	63.811	21.959
Impostos cobrados a receber (4)	32.474	12.023
Remessas de recursos	8.205	6.006
Reclamações fiscais	1.360	1.360
Venda de ativos fixos, ativos intangíveis e outros ativos	673	1.471
Outras contas a receber (5)	27.114	39.058
Total de outras contas a receber	296.698	179.495

- (1) O aumento representa basicamente as contas da Controladora a receber dos órgãos de assistência social familiar e dos municípios para a entrega de vales de refeição escolar e da venda de mercadorias.
- (2) O aumento representa basicamente a retomada dos empréstimos e benefícios ao pessoal através do Fundo de Empregados, que foram reduzidos durante o ano de 2020.
- (3) O aumento representa basicamente o crescimento da demanda na Controladora dos serviços de remessa de dinheiro, especialmente devido à alocação de "renda solidária do governo nacional".
- (4) O aumento representa basicamente o saldo a receber do imposto sobre vendas decorrente do crescimento na compra de bens na Controladora durante dias especiais de eventos, principalmente durante as festas de Natal e dias de isenção de IVA.
- (5) O saldo é composto por:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Taxas de manutenção	4.737	6.352
Antecipação de recebíveis (a)	4.503	10.028
Compras antecipadas de bilhetes aéreos e comissões de tarifas aéreas	1.811	376
Créditos de longo prazo (a)	1.720	4.010
Depósitos de garantia	1.566	1.554
Negociação com fornecedores estrangeiros	1.563	593
Empréstimos a terceiros	1.280	1.464
Indenização em contratos de arrendamento	919	967
Déficit de caixa a receber dos empregados	518	406
Ordens de apreensão a receber (b)	330	1.921
Juros	105	196
Outros saldos menores	8.062	11.191
Total	27.114	39.058

(a) A diminuição se deve principalmente à recuperação dessas contas a receber, que no fechamento de 2020 mostraram um aumento significativo como resultado da pandemia de Covid-19.

(b) A diminuição representa basicamente a baixa de \$1.650 decorrente de apreensões não recuperáveis.

Nota 8.3. Créditos comerciais e outras contas a receber classificados como correntes ou não correntes

O saldo de créditos comerciais e outras contas a receber classificadas como correntes ou não correntes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Créditos comerciais	272.920	235.887
Acordos comerciais	84.973	34.090
Fundos e empréstimos dos empregados	70.579	54.653
Serviços de transferência de recursos	63.811	21.959
Aluguéis e revendedores	62.426	72.522
Impostos a receber	32.474	12.023
Venda de estoques de projetos imobiliários	30.383	25.319
Remessas de recursos	8.205	6.006
Reclamações fiscais	1.360	1.360
Venda do ativo imobilizado, ativos intangíveis e outros ativos	673	1.471
Outros	23.395	33.472
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	(25.268)	(27.560)
Total corrente	625.931	471.202
Venda de estoques de projetos imobiliários	37.051	9.396
Fundos e empréstimos dos empregados	17.350	18.705
Outro	3.719	5.607
Total não corrente	58.120	33.708

Nota 8.4. Créditos comerciais e outras contas a receber por vencimento

O vencimento dos créditos comerciais e outros recebíveis, independentemente da perda por redução ao valor recuperável, é o seguinte:

Período	Total	Menos de 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
31 de dezembro de 2021	709.319	603.596	16.150	5.201	84.372
31 de dezembro de 2020	532.470	413.699	50.703	5.856	62.212

Nota 9. Despesas pagas antecipadamente

O saldo das despesas pagas antecipadamente é:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Seguros (1)	19.359	18.006
Arrendamentos (2)	10.658	12.553
Manutenção (3)	5.304	6.537
Publicidade	3.730	2.959
Impostos	1	85
Outros pagamentos antecipados (4)	6.658	7.538
Total de despesas pagas antecipadamente	45.710	47.678
Correntes	36.515	36.811
Não Correntes	9.195	10.867

(1) Representa principalmente contratos na Controladora e outras apólices de seguro em subsidiárias:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Seguro multi-risco da Controladora	9.621	10.838
Seguro de vida da Controladora	757	689
Seguro de responsabilidade civil contra terceiros da Controladora	754	797
Seguro de transporte da Controladora	282	591
Outro seguro da Controladora	2.970	1.558

Outro seguro da subsidiária	4.975	3.533
Total de seguros	19.359	18.006

(2) Representa as prestações do locação pagas antecipadamente, conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Loja Éxito San Martín (a)	4.194	4.475
Loja Carulla Castillo Grande (b)	2.083	3.333
Lojas diversas (c)	4.381	4.745
Total de prestações do arrendamento pagas	10.658	12.553

(a) Locação paga antecipadamente pela Controladora cobrindo o prazo da locação do local até 2034.

(b) Locação paga antecipadamente pela Controladora cobrindo o prazo da locação de setembro de 2019 até setembro de 2023.

(c) Locação paga antecipadamente pela subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias no Uruguai.

(3) Representa antecipações para manutenção e suporte dos seguintes itens:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<u>Antecipações pagas pela Controladora</u>		
Software	138	2.633
Serviços em nuvem	-	78
Hardware	-	7
<u>Antecipações pagas por subsidiárias</u>		
Libertad S.A.; dados diversos	5.166	3.354
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.; serviços de suporte na nuvem	-	465
Total manutenção paga antecipadamente	5.304	6.537

(4) Se refere a:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Outros pagamentos antecipados pela Controladora	1.493	665
Outros pagamentos antecipados por subsidiárias	5.165	6.873
Total de outros pagamentos antecipados	6.658	7.538

Nota 10. Contas a receber e outros ativos não financeiros com partes relacionadas

O saldo de contas a receber de partes relacionadas e o saldo de outros ativos não financeiros associados a partes relacionadas é feito da seguinte forma:

	Contas a receber		Outros ativos não financeiros	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Joint ventures (1)	47.739	30.757	24.500	14.500
Empresas do Grupo Casino (2)	8.448	8.413	-	-
Controladora (3)	288	288	-	-
Total	56.475	39.458	24.500	14.500
Corrente	56.475	39.458	-	-
Não Corrente	-	-	24.500	14.500

(1) Os saldos referem-se aos seguintes acordos conjuntos e aos seguintes detalhes:

- O saldo dos recebíveis por acordo conjunto é o seguinte:

Descrição	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colômbia S.A.S.	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Envolvimento no acordo de colaboração corporativa	10.494	-	-	-
Reembolso de despesas compartilhadas, coleta de cupons e outro	4.403	6.016	-	-
Resgate de pontos	-	-	30.356	24.062
Outros serviços	2.229	-	257	679
Total de contas a receber	17.126	6.016	30.613	24.741

- Outros ativos não financeiros:

O saldo de \$24.500 outros ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021 refere-se a pagamentos feitos durante o ano à Companhia de Financiamento Tuya S.A. para a subscrição de ações. Dado que antes de 31 de dezembro de 2021 a Companhia de Financiamento Tuya S.A. não havia recebido autorização da Superintendência Financeira da Colômbia para registrar um aumento de capital, os valores desembolsados não foram reconhecidos como um investimento em tal empresa.

O saldo de US\$14.500 de outros ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 refere-se a pagamentos feitos durante o ano à Companhia de Financiamento Tuya S.A. para a subscrição de ações. Dado que antes de 31 de dezembro de 2020 a Companhia de Financiamento Tuya S.A. não havia recebido autorização da Superintendência Financeira da Colômbia para registrar um aumento de capital, os valores desembolsados não foram reconhecidos como um investimento em tal empresa. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia de Financiamento Tuya S.A. obteve autorização para registrar um aumento de capital e, com base nessa autorização, o saldo foi reconhecido como investimento.

- (2) As contas a receber das empresas do Grupo Casino representam saldos a receber decorrentes de pagamentos a expatriados, realizações de fornecedores e serviços de eficiência energética recebidos.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Casino International	7.341	7.476
International Retail and Trade Services	725	295
Greenyellow Energia de Colômbia S.A.S.	113	115
Distribution Casino France	49	244
Casino Services	7	7
Outro	213	276
Total das empresas do Grupo Casino	8.448	8.413

- (3) Representa o saldo das despesas de pessoal a receber da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

Nota 11. Estoques líquidos e Custo das vendas

Nota 11.1. Estoques líquidos

O saldo líquido dos estoques é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Estoques disponíveis para negociação	1.985.811	1.818.370
Estoques em trânsito	65.884	35.415
Produção em andamento	25.244	5.693
Estoques de projetos imobiliários (1)	17.519	50.228
Materiais, pequenas peças de reposição, acessórios e embalagens de consumíveis.	11.536	9.170
Matérias-primas	10.668	22.057
Deficiência Estoque (2)	(12.359)	(18.316)
Total de estoques	2.104.303	1.922.617

- (1) Representa o projeto imobiliário Montevideú no valor de \$16.743 (31 de dezembro de 2020 - \$50.228) e o projeto imobiliário López de Galarza no valor de \$776 (31 de dezembro de 2020 - \$-).

Quanto ao projeto imobiliário de Montevideú, em 31 de dezembro de 2021, 17,3% ainda estão à venda e a data estimada de realização é a primeira metade de 2022 em diante. 34,7% foi vendido durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021; 38,9% foi vendido durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 9% foi vendido durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em relação ao projeto imobiliário López de Galarza, em 31 de dezembro de 2021, 100% permanece à venda e a data estimada de realização é a primeira metade de 2022 em diante.

- (2) O desenvolvimento da provisão durante o período do relatório é o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	18,316
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida durante o período (Nota 11.2)	5.251
Estorno de provisões de perda por redução ao valor recuperável (Nota 11.2)	(11.095)
Efeito da diferença de câmbio da conversão na moeda do relatório	(113)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12,359

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não há restrições ou gravames sobre os estoques que limitam a negociabilidade ou sua realização, exceto para o projeto imobiliário de Montevideú, em relação ao qual no encerramento de ambos os períodos de relatório um documento de promessa de compra e venda foi executado; a promessa foi cumprida como mencionado em (1) acima.

Os Estoques estão devidamente segurados contra todos os riscos.

De acordo com as políticas contábeis da Controladora e suas subsidiárias, os estoques são avaliados pelo custo ou pelo valor líquido de realização (justo valor menos custos de venda), o que for menor. Ajustes a esta avaliação estão incluídos nos custos de vendas do período.

Nota 11.2. Custo de vendas

Seguem as informações relacionadas com o custo de vendas, perda por redução ao valor recuperável e estornos de perda por redução ao valor recuperável reconhecidas em estoques:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Custo de bens vendidos (1)	12.494.700	11.776.435
(Estorno) perda por redução ao valor recuperável líquida (Note 11.1)	(5.844)	2.475
Total do custo de vendas	12.488.856	11.778.910

(1) Em 31 de dezembro de 2021 inclui \$82.311 de custo de depreciação e amortização (31 de dezembro de 2020 - \$74.725).

Nota 12. Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos financeiros medidos pelo justo valor em outro resultado abrangente (1)	29.392	27.701
Instrumentos financeiros derivativos (2)	11.057	4
Ativos financeiros medidos ao custo amortizado (3)	6.896	31.307
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (4)	6.023	566
Ativos financeiros medidos pelo justo valor no resultado (5)	1.593	1.525
Total de outros ativos financeiros	54.961	61.103
Corrente	14.331	4.192
Não Corrente	40.630	56.911

(1) Os ativos financeiros medidos pelo justo valor através de outro resultado abrangente são investimentos de capital não mantidos para negociação. Os detalhes desses investimentos são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Investimento em títulos	18.716	17.064
Cnova N.V.	9.222	9.222
Fideicomiso El Tesoro stages 4A and 4C 448	1.206	1.167
Associated Grocers of Florida, Inc.	113	113
Central de Abastos del Caribe S.A.	71	71
La Promotora S.A.	50	50
Sociedad de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Barranquilla S.A. E.S.P.	14	14
Ativos financeiros medidos pelo justo valor em outro resultado abrangente	29.392	27.701

(2) Os instrumentos financeiros derivativos refletem o justo valor dos contratos forward e swap para cobrir a flutuação das taxas de câmbio e taxas de juros dos passivos em moeda estrangeira. Os justos valores desses instrumentos são estimados com base em modelos de avaliação comumente aplicados pelos participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos. Na demonstração da posição financeira, a Controladora mede os instrumentos financeiros derivativos (forward e swap) pelo justo valor, em cada data de fechamento contábil.

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
						11.057
Forward	3.016	4.587	3.454	-	-	

Os detalhes dos vencimentos desses instrumentos em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
						4
Forward	4	-	-	-	-	

(3) Os ativos financeiros medidos ao custo amortizado representam:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Investimento em títulos (a)	5,046	29,699
Títulos do Tesouro Nacional (b)	1,850	1,608
Ativos financeiros totais medidos ao custo amortizado	6,896	31,307

(a) Investimento em títulos emitidos pela Companhia de Financiamiento Tuya S.A., que a Controladora tem a intenção e a capacidade de manter para obter fluxos de caixa contratuais até o vencimento. Estes investimentos fazem parte do acordo de colaboração corporativa Tarjeta Éxito; em 31 de dezembro de 2021 o valor nominal é de \$5.000 (31 de dezembro de 2020 - \$29.500), o prazo vai de 1 a 10 anos e o rendimento CPI + 6%.

A diminuição decorre do vencimento de uma parte do investimento no valor de \$24.500, que foi utilizado para capitalizar este negócio conjunto; em 31 de dezembro de 2021, está incluído no saldo de Outros ativos não financeiros (Nota 10).

(b) Títulos do Tesouro Nacional pela subsidiária Grupo Disco del Uruguay S.A

(4) Os instrumentos derivativos designados como instrumentos de hedge refletem as operações de swap realizadas pela Controladora sob contratos celebrados com entidades financeiras, cuja finalidade é a troca, em intervalos específicos, da diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculadas em relação a um valor de principal nominal acordado, o que transforma as taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa então podem ser determinados em moeda local. Os valores justos desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente usados pelos participantes do mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, diz respeito às seguintes operações:

	Natureza do risco coberto	Item coberto	Faixa de taxas para item coberto	Faixa de taxas para instrumentos de hedge	Justo valor
					6.023
Swap	Taxa de juros	Passivos financeiros	IBR 3M	2,0545% - 2,145%	

Os detalhes dos vencimentos desses instrumentos de hedge em 30 de setembro de 2021 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Swap	(262)	-	483	2.470	3.332	6.023

Como este instrumento envolve entradas e saídas de caixa, em certas datas os cálculos refletem a necessidade de fazer pagamentos antes da liquidação final do instrumento.

Em 31 de dezembro de 2020, diz respeito às seguintes operações:

	Natureza do risco coberto	Item coberto	Faixa de taxas para item coberto	Faixa de taxas para instrumentos de hedge	Justo valor
					566
Swap	Taxa de juros	Passivos financeiros	Libor USD 1M + 2,22%	9,06%	

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Swap	3	15	32	143	373	566

(5) Os ativos financeiros medidos pelo justo valor no resultado referem-se a:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fondo Valorar Futuro (a)	1.476	1.468
Depósitos judiciais da Libertad S.A.	109	47
Depósitos judiciais do Grupo Disco del Uruguay S.A.	8	10
Total de ativos financeiros medidos pelo justo valor	1.593	1.525

(a) Investimentos da Controladora em ações para administrar liquidez, que são medidos pelo justo valor com base no valor unitário do Fondo. As variações no justo valor são reconhecidas como receita ou despesa na demonstração do resultado.

O saldo de outros ativos financeiros classificados como circulantes ou não circulantes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Instrumentos financeiros derivativos	11.057	4
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	2.691	193
Ativos financeiros medidos ao custo amortizado	466	3.938
Ativos financeiros medidos pelo justo valor no resultado	117	57
Total corrente	14.331	4.192
Ativos financeiros medidos pelo justo valor em outro resultado abrangente	29.392	27.701
Ativos financeiros medidos ao custo amortizado	6.430	27.369
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	3.332	373
Ativos financeiros medidos pelo justo valor no resultado	1.476	1.468
Total não corrente	40.630	56.911

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não há restrições ou gravames sobre outros ativos financeiros que restrinjam a negociabilidade ou realização dos mesmos, exceção feita (a) do investimento em títulos da Compañía de Financiamiento Tuya S.A., que foram emitidos como parte do acordo de colaboração comercial sobre Tarjeta Éxito, e (b) dos depósitos judiciais relevantes à subsidiária Libertad S.A.

Nenhum dos ativos foi depreciado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Nota 13. Ativo imobilizado líquido

O saldo líquido de ativo imobilizado é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Terrenos	1.137.865	1.036.406
Edifícios	2.115.633	1.953.328
Máquinas e equipamentos	1.033.499	941.022
Móveis e utensílios	655.019	588.683
Bens em construção	45.009	64.137
Instalações	132.928	111.435
Melhorias nas propriedades de terceiros	635.377	542.153
Veículos	23.873	19.659
Computadores	346.091	232.345
Outro ativo imobilizado	16.050	16.050
Total do ativo imobilizado	6.141.344	5.505.218
Depreciação acumulada	(2.111.908)	(1.790.150)
Perda por redução ao valor recuperável	(4.739)	(7.466)
Total do ativo imobilizado líquido	4.024.697	3.707.602

O desenvolvimento do custo de ativo imobilizado, depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável durante o período do relatório é o seguinte:

Custo			Máquinas e	Móveis e	Bens em	Instalações	Melhorias
	Terreno	Edifícios	equipamentos	utensílios	construção		para propriedades de terceiros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.036.406	1.953.328	941.022	588.683	64.137	111.435	542.153
Acréscimos (1)	1.506	39.396	113.128	59.137	28.519	3.296	45.476
(Diminuição) aumento dos movimentos entre contas do imobilizado	-	(22.546)	2.499	6.202	(34.331)	6.477	40.500
Aumento (diminuição) das transferências de (para) propriedades de investimento	19.657	40.682	259	-	(5.747)	-	-
(Alienação e desreconhecimento) do imobilizado (2)	-	(3.896)	(25.585)	(13.343)	(716)	(15)	(12.489)
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório	9.904	21.306	7.910	10.098	1.087	11.735	20.779
Aumento (diminuição) das transferências para (de) outras contas do balanço patrimonial - ativos fiscais	424	1.191	(17.846)	(6.610)	(10.496)	-	(1.042)
Resultado líquido da posição monetária	69.968	86.172	12.112	10.852	2.556	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.137.865	2.115.633	1.033.499	655.019	45.009	132.928	635.377
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		392.003	483.306	378.479		63.572	275.384
Despesa/custo de depreciação		49.909	86.118	56.701		8.152	30.637
(Alienação e desreconhecimento) do imobilizado (2)		(1.178)	(18.607)	(9.535)		(5)	(6.254)
(Diminuição) das transferências para (de) propriedades de investimento		(16)	-	-		-	-
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório		5.102	5.460	8.889		6.790	8.541
Outras pequenas mudanças		(278)	(489)	-		-	-
Resultado líquido da posição monetária		34.532	10.057	9.068		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		480.074	565.845	443.602		78.509	308.308
Perda por redução ao valor recuperável							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.921	2.984	-	-	-	-	2.561
(Despesas com perda por redução ao valor recuperável	-	756	-	-	-	-	1.735
(Perda por redução ao valor recuperável (recuperação)	(1.921)	(2.857)	-	-	-	-	-
(Alienação e desreconhecimento) do imobilizado (2)	-	(756)	-	-	-	-	-
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório	-	-	-	-	-	-	316
Saldo em 31 de dezembro de 2021		127	-	-	-	-	4.612

(1) Representa principalmente:

- Em relação a máquinas e equipamentos e móveis e utensílios, representa acréscimos em todos os projetos de expansão em centros operacionais, lojas e escritórios administrativos;
- Em relação aos computadores, o saldo representa principalmente adições relacionadas com a atualização de equipamentos para uso com a plataforma "Clearpath", no valor de US\$ 89.504.
- Em relação às melhorias nas instalações arrendadas, o saldo inclui principalmente acréscimos na Controladora no Parque Logístico Calle 80 \$11.202, Cedi Parque Siberia \$4.981, Éxito Nuestro Bogotá \$3.569, Éxito Alamedas del Sinú \$3.166, Éxito La Rosita \$3.188, Éxito Parque Fabricato \$3.016, Carulla Santa Barbara \$2, 351, Éxito La Sabana \$2.348, Carulla El Tesoro \$2.200, Éxito San Pedro \$2.179, Éxito Metropolitano \$1.884 e Éxito Bello \$1.615, entre outros.

(2) Representa principalmente:

- Desreconhecimento devido ao fechamento de lojas na Controladora no valor de \$4.412;
- Desreconhecimento na Controladora de máquinas e equipamentos no valor de \$858, móveis e utensílios no valor de \$293 e equipamentos de informática no valor de \$2, como resultado das mudanças introduzidas, e desreconhecimento da venda de construções em andamento no valor de \$74, veículos no valor de \$35 e máquinas e equipamentos no valor de \$2;
- Desreconhecimento de danos físicos de máquinas e equipamentos no valor de \$3.613, de edifícios no valor de \$1.128, de móveis e utensílios no valor de \$450, de computadores no valor de \$334 e de veículos no valor de \$97.
- Desreconhecimento de bens resultantes da reconciliação de contas físicas no valor de \$3.905 e desreconhecimento de bens resultantes da reconciliação de outras contas do balanço no valor de \$128, na Controladora;
- Desreconhecimento de ativos por danos decorrentes de atos contra a infra-estrutura ou lojas da Controladora, no valor de \$208;
- Desreconhecimento de benfeitorias em propriedades de terceiros no valor de \$3.640, desreconhecimento de máquinas e equipamentos no valor de \$137 e desreconhecimento de móveis e utensílios e equipamentos de escritório no valor de \$109, na subsidiária Éxito Industrias S.A.S.;
- Desreconhecimento de máquinas e equipamentos no valor de \$107 no Patrimonio Autónomos.

Os ativos em construção são representados pelos ativos em processo de construção e processo de montagem não prontos para o uso pretendido, conforme esperado pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, e sobre os quais os custos diretamente atribuíveis ao processo de construção continuam a ser capitalizados se forem ativos qualificados.

O valor contábil do ativo imobilizado sob leasing financeiro incluído em Outro ativo imobilizado é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Outro ativo imobilizado	15.761	15.761
Total do custo do ativo imobilizado	15.761	15.761
Depreciação acumulada	(5.582)	(4.794)
Total do ativo imobilizado líquido	10.179	10.967

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo refere-se a estes ativos adquiridos sob leasing financeiro que foi rescindido.

O custo do ativo imobilizado não inclui o saldo do desmonte estimado e custos similares, uma vez que a avaliação e análise feita pela Controladora e suas subsidiárias definiram que não há obrigações contratuais ou legais que exijam tal estimativa no momento da aquisição.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não foram impostas restrições ou gravames aos itens de ativo imobilizado que limitem a sua realização ou comerciabilidade, e não há compromissos de aquisição, construção ou desenvolvimento de ativo imobilizado.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram recebidas compensações no valor de US\$ 33 por ativos danificados ou perdidos, e não foram reconhecidos pagamentos aceitos por companhias de seguro para compensar ativos danificados ou perdidos.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, nenhuma compensação foi recebida por ativos danificados ou perdidos, e nenhuma aceitação de pagamento por companhias de seguros para compensar ativos danificados ou perdidos foi reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora provisionou na Controladora uma provisão no valor de \$2.491 para os prédios comerciais do Centro Comercial San Mateo.

\$756 e para melhorias na propriedade alugada de Carulla Torre del Reloj \$239 e nos Mercados Devoto S.A. no valor de US\$ 1.496 para benfeitorias em bens arrendados das lojas desta subsidiária; há uma recuperação de prejuízo no valor de US\$ 4.778 no Patrimonio Autónomo Viva Palmas em relação a terrenos US\$ 126 e edifícios US\$ 454 e no Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo em relação a terrenos US\$ 1.795 e edifícios US\$ 2.403; outros ativos imobilizado não foram prejudicados.

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimonio Autónomo Viva Palmas provisionou prejuízos no valor de \$2.832 em relação a terrenos \$20 e edifícios \$183, no Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo em relação a terrenos \$621 e edifícios \$1.794, e em Mercados Devoto S.A. lojas no valor de \$214; outros ativos imobilizados não sofreram prejuízos.

Informações sobre a metodologia aplicada para a redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas nas Notas 39 e 40.

Nota 14. Propriedades de investimentos líquidas

As propriedades de investimento da Controladora e de suas subsidiárias são instalações comerciais e terrenos detidos para gerar renda a partir de atividades de arrendamento operacional ou futura valorização do seu preço.

O saldo líquido das propriedades de investimento é feito da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Terrenos	281.119	287.392
Edifícios	1.597.106	1.467.363
Construção em andamento	29.059	12.072
Custo total da propriedade de investimento	1.907.284	1.766.827
Depreciação acumulada	(241.348)	(179.820)
Perda por redução ao valor recuperável	(9.691)	(8.261)
Total da propriedade de investimento líquido	1.656.245	1.578.746

O desenvolvimento do custo da propriedade de investimento, depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável durante o período do relatório é o seguinte:

Custo	Terrenos	Edifícios	Construções	Total
			em andamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	287.392	1.467.363	12.072	1.766.827
Acréscimos (1)	629	63.445	22.075	86.149
(Diminuição) de transferências (para) ativo imobilizado	(19.657)	(31.809)	(3.385)	(54.851)
(Diminuição) de transferências (para) estoques de projeto imobiliário	(776)	-	-	(776)
(Alienação e desreconhecimento) de propriedades de investimento	-	(6.276)	-	(6.276)
Efeito das diferenças de câmbio na conversão na moeda do relatório	3.589	(8.769)	(29)	(5.209)
Resultado líquido da posição monetária	10.366	113.108	220	123.694
Outras alterações	(424)	44	(1.894)	(2.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	281.119	1.597.106	29.059	1.907.284

Depreciação acumulada	Edifícios
Saldo em 31 de dezembro de 2020	179.820
Despesas de depreciação	30.180
Aumento decorrente de transferências de contas de ativo imobilizado	16
(Alienação e desreconhecimento) de propriedades de investimento	(71)
Efeito das diferenças de câmbio na conversão na moeda do relatório	(1,741)
Resultado líquido da posição monetária	33,365
Outras alterações	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	241,348

Perda por redução ao valor recuperável	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.668	6.593	8.261
Despesas com perda por redução ao valor recuperável	336	7.538	7.874
Perda por redução ao valor recuperável (recuperação)	(192)	(868)	(1.060)
(Alienação e desreconhecimento) da perda por redução ao valor recuperável	-	(5.384)	(5.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.812	7.879	9.691

(1) Aumento na Viva Tunja e Viva Envigado, de propriedade da subsidiária Patrimonio Autónomo Viva Malls.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há limitações ou gravames impostos aos bens de investimento que restrinjam a sua realização ou comerciabilidade.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias não estão comprometidas a adquirir, construir ou desenvolver propriedades de investimento ou reparar, manter ou melhorar tais propriedades, além das construções existentes. Tampouco há compensações de terceiros decorrentes de danos ou perdas de propriedade de investimento.

Em 31 de dezembro de 2021, havia uma diminuição de \$7.874 no Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo em terrenos no valor de \$336 e em edifícios no valor de \$2.154, e na Controladora no Viva Suba no valor de \$2.591 e na Surtimax Cota no valor de \$2.793; Houve uma recuperação da deterioração de \$1.060 no Patrimonio Autónomo Viva Palmas em terrenos no valor de \$191 e em prédios no valor de \$845 e na Controladora nas instalações do Centro Comercial Pereira Plaza no valor de \$23 e no Lote 111 Rincón de Las Lomas \$1; outras propriedades de investimento não foram deterioradas.

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimonio Autónomo Viva Palmas provisionou uma redução de valor de \$4.797 em relação a terrenos de \$57 e edifícios de \$647, no Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo terrenos de \$451 e edifícios de \$3.530, e nas propriedades Controladora Lote 111 Rincón de Las Lomas \$1 e instalações comerciais do Centro Comercial Pereira Plaza no valor de \$111; outras propriedades de ativo imobilizado não sofreram redução de valor.

Informações sobre a metodologia aplicada para a redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas na Nota 39 e a Nota 40 revela o justo valor das propriedades de investimento, com base na avaliação realizada por um terceiro independente.

Durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os resultados da Controladora e de suas subsidiárias com relação ao uso das propriedades de investimento são os seguintes:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Receita dos arrendamentos	300.541	220.706
Despesas operacionais relacionadas a propriedades de investimento geradoras de receita	(75.210)	(55.931)
Despesas operacionais relacionadas a propriedades de investimento não geradoras de receita	(71.138)	(118.038)
Ganho líquido de propriedades de investimento	154.193	46.737

Nota 15. Direitos de uso líquidos

O saldo dos direitos de uso líquidos é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Direitos de uso	2.553.975	2.301.890
Total de direitos de uso	2.553.975	2.301.890
Depreciação acumulada	(1.183.463)	(984.345)
Total de direitos de uso líquidos	1.370.512	1.317.545

O desenvolvimento do custo dos direitos de uso e sua depreciação, durante o período do relatório, é o seguinte:

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.301.890
Aumento a partir de novos contratos	97.446
Aumento a partir de novas medidas (1)	170.764
Desreconhecimento, estorno e alienação (2)	(43.987)
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório	27.862
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.553.975

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2020	984.345
Custo e despesas de depreciação	214.930
(Diminuição) da remensuração (1)	(320)
Desreconhecimento e alienação (2)	(27.746)
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório	12.254
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.183.463

- (1) Resulta principalmente da prorrogação dos termos do contrato, indexação e aumento dos pagamentos fixos nos termos dos contratos.
- (2) Resulta principalmente da rescisão antecipada dos contratos de arrendamento relevantes aos centros de distribuição, lojas e bens móveis.

Nota 16. Ágio líquido

O saldo do ágio é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Spice Investment Mercosur S.A. (1)	1.320.465	1.224.794
Carulla Vivero S.A. (2)	827.420	827.420
Súper Inter (3)	453.649	453.649
Libertad S.A. (4)	251.441	175.664
Cafam (5)	122.219	122.219
Outro (6)	50.806	50.806
Ágio total	3.026.000	2.854.552
Perda por redução ao valor recuperável	(1.017)	(1.017)
Ágio total líquido	3.024.983	2.853.535

(1) O saldo representa:

- A combinação de negócios realizada pela Controladora em 2011 para a aquisição da Uruguian Spice Investments Mercosur S.A. no valor de \$287.844 (31 de dezembro de 2020 - \$287.844). O valor é o custo considerado mostrado no balanço de abertura no exercício da isenção de não reformular combinações de negócios.
- Ágio reconhecido pela Spice Investments Mercosur S.A. na aquisição de suas subsidiárias no Uruguai, de acordo com as opções oferecidas pela IFRS 1 no valor de \$230.930 (31 de dezembro de 2020 - \$209.536).
- Ágio da combinação de negócios realizada pela Controladora com o Grupo Disco del Uruguai S.A. resultante da aquisição de controle em 1º de janeiro de 2015 no valor de \$794.987 (31 de dezembro de 2020 - \$721.332).
- Ágio da combinação de negócios realizada pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Sumelar S.A. em 2016 no valor de \$1.068 (31 de dezembro de 2020 - \$969).
- Ágio da combinação de negócios realizada em 2016 e concluída em 2017 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir 5 Hermanos Ltda. no valor de \$2.322 (31 de dezembro de 2020 - \$2.107).

- Ágio da combinação de negócios realizada e concluída em 2018 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Tipsel S.A. no valor de \$562 (31 de dezembro de 2020 - \$510).
- Ágio a partir da combinação de negócios realizada e concluída em 2018 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Tedocan S.A. no valor de US\$1.204 (31 de dezembro de 2020 - US\$1.092).
- Ágio da combinação de negócios realizada e concluída em 2019 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Ardal S.A. no valor de \$1.548 (31 de dezembro de 2020 - \$1.404).

(2) Refere-se ao ágio da combinação comercial com Carulla Vivero S.A. realizada em 2007. O valor foi determinado na demonstração de abertura da posição financeira usando a opção de custo considerado, de acordo com a isenção da IFRS 1 de não reexpressar as combinações de negócios.

(3) Representa \$179.412 da aquisição de 19 estabelecimentos comerciais da Súper Inter, realizada em setembro de 2014; \$264.027 da aquisição de 29 estabelecimentos comerciais da Súper Inter, realizada em abril de 2015; e \$10.210 da aquisição de 7 estabelecimentos comerciais realizada entre 23 de fevereiro de 2015 e 24 de junho de 2015.

(4) Refere-se ao ágio gerado a partir da combinação de negócios concluída em agosto de 2015 para a aquisição das operações da Libertad S.A. na Argentina, através da empresa espanhola Onper Investments 2015 S.L.

(5) Representa o acordo firmado em 23 de fevereiro de 2015, para a aquisição das lojas Cafam, que eram operadas pela Controladora desde 2010. Os estabelecimentos comerciais adquiridos foram posteriormente transformados em lojas Éxito, Carulla e Surtimax. Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, a partir de 31 de dezembro de 2015, tal ágio foi alocado à Éxito \$80.134, à Carulla \$29.075 e à Surtimax \$13.010. Desde 2019 e como resultado da transformação da Surtimax para a bandeira Surtimayorista, \$4.174 foram alocados a este novo formato para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros.

(6) O saldo representa (a) ágio adquirido na combinação de negócios com Transacciones Energéticas S.A.S.E.S.P. (Nota 1.1) no valor de \$1.017 e (b) o saldo de pequenas aquisições de outros estabelecimentos comerciais que mais tarde foram transformados em lojas Éxito, Carulla e Surtimax. Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, a partir de 31 de dezembro de 2015, tal ágio da aquisição de estabelecimentos comerciais foi alocado para a Éxito \$10.540, para a Surtimax \$28.566 e para a Súper Inter \$10.683.

O desenvolvimento do custo ágio durante o período do relatório é o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.854.552
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório	86.805
Resultado líquido da posição monetária	84.643
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.026.000

O Ágio tem vida útil indefinida com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias, e consequentemente não é amortizado.

O Ágio não foi prejudicado em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Informações sobre a metodologia aplicada para a redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas nas Notas 39 e 40.

Nota 17. Ativos intangíveis líquidos, exceto ágio

O saldo líquido dos ativos intangíveis, exceto o ágio, é feito da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Marcas registradas	242.170	213.325
Software de Computador	249.324	208.148
Direitos	22.538	28.118
Outro	114	86
Custo total de ativos intangíveis, exceto o ágio	514.146	449.677
Amortização acumulada	(150.159)	(132.614)
Perda por redução ao valor recuperável	-	(9.266)
Total de ativos intangíveis líquidos, exceto o ágio	363,987	307.797

O desenvolvimento do custo dos ativos intangíveis, exceto o ágio, da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável durante o período do relatório é o seguinte:

Custo	Marcas Registradas (1)	Software de Computador	Direitos (2)	Outro	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	213.325	208.148	28.118	86	449.677
Acréscimos (3)	-	40.003	2.771	-	42.774
(Alienação e desreconhecimento) de ativos intangíveis	-	(2.140)	(9.266)	-	(11.406)
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório	6.386	1.823	(57)	(3)	8.149
Resultado líquido da posição monetária	22.459	-	972	31	23.462
Transferências	-	470	-	-	470
Outras alterações	-	1.020	-	-	1.020
Saldo em 31 de dezembro de 2021	242.170	249.324	22.538	114	514.146

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2020		132.380	183	51	132.614
Custo/despesas de amortização		17.684	6	3	17.693
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório		1.503	(9)	(3)	1.491
Resultado líquido da posição monetária		-	506	37	543
Alienações e desreconhecimento		(1.941)	-	-	(1.941)
Outras alterações		-	(235)	(6)	(241)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		149.391	680	88	150.159

Perda por redução ao valor recuperável

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	9.266	-	9.266
(Alienação e desreconhecimento) de ativos intangíveis (4)	-	-	(9.266)	-	(9.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-

(1) O saldo diz respeito às seguintes marcas:

Segmento Operacional	Marca	Vida útil	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Uruguai	Diversas (a)	Indefinida		
Baixo custo e outro	Súper Ínter (b)	Indefinida	94.319	
Argentina	Libertad (c)	Indefinida	63.704	
Baixo custo e outro	Surtimax (d)	Indefinida	66.720	85.581
			17.427	63.704
				46.613
				17.427
				213.325

(a) Refere-se às marcas registradas do Grupo Disco del Uruguay S.A.

(b) Marca registrada adquirida na combinação comercial com a Comercializadora Giraldo Gómez y Cia S.A.

(c) Refere-se a marcas registradas da subsidiária Libertad S.A. Essas marcas foram registradas durante 2016 como resultado do progresso e posterior conclusão do processo de Alocação de Preço de Compra como parte da aquisição de controle sobre tal subsidiária.

(d) Marcas registradas recebidas na fusão com Carulla Vivero S.A.

Tais marcas têm vida útil indefinida com base nas considerações de uso da Controladora e de suas subsidiárias, e, conseqüentemente, não são amortizadas.

(2) O saldo se refere aos seguintes direitos:

(a) Direitos da Libertad S.A. no valor de \$2.047 (31 de dezembro de 2020 - \$1.132).

(b) Contratos firmados pela Controladora em dezembro de 2021 no valor de \$2.771, dezembro de 2017 no valor de \$2.226, dezembro de 2016 no valor de \$11.522 e setembro de 2016 no valor de \$13.238 para a aquisição de direitos de exploração de instalações comerciais.

Os direitos de exploração em instalações comerciais deterioradas durante 2020 foram desreconhecidos em 31 de dezembro de 2021 no valor de US\$ 9.266.

Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, os direitos adquiridos pela Controladora em 2021, no valor de \$2.771, foram alocados à Carulla.

Tais direitos têm vida útil indefinida com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias sobre eles, e conseqüentemente não são amortizados.

(3) Basicamente representa acréscimos ao software de computador já mencionado na subseção (2) acima, na Controladora.

- (4) Nenhum dos ativos intangíveis, exceto o ágio, foi afetado em 31 de dezembro de 2021. O valor de \$9.266 acumulado em 31 de dezembro de 2020 foi desreconhecido em 31 de dezembro de 2021 junto com o desreconhecimento do custo do direito de exploração das instalações comerciais mencionadas na subseção (2) acima. Em 31 de dezembro de 2020, os direitos de exploração de estabelecimentos comerciais foram prejudicados no valor de \$9.266 devido ao fechamento de lojas (Éxito \$2.136, Surtimax \$1.524 e Súper Ínter \$5.606); outros ativos intangíveis, exceto o ágio, não foram prejudicados.

As informações sobre a metodologia aplicada para redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas nas Notas 39 e 40.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, ativos intangíveis, exceto o ágio, não são limitados ou sujeitos a ônus que restrinjam a sua realização ou comerciabilidade. Além disso, não há compromissos para adquirir ou desenvolver outros ativos intangíveis, exceto o ágio.

Nota 18. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O saldo dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é feito da seguinte forma:

Empresa	Classificação	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Joint venture	279.790	259.950
Puntos Colômbia S.A.S.	Joint venture	9.601	7.707
Total de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial		289.391	267.657

Nota 18.1. Informações não financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

As informações relativas ao país de domicílio, moeda funcional, atividade econômica principal, porcentagem de propriedade e ações detidas em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

Empresa	País	Moeda Funcional	Atividade econômica primária	Participação		Qtd. de ações	
				31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Colômbia	Peso colombiano	Crédito	50%	50%	11.084.732.098	10.316.462.520
Puntos Colômbia S.A.S.	Colômbia	Peso colombiano	Serviços	50%	50%	9.000.000	9.000.000

Nota 18.2. Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2021:

Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio	Receita de atividades usuais	Receita de atividades contínuas
						31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3.851.907	113.490	1.956.776	1.484.265	524.356	1.074.933	10.681
Puntos Colômbia S.A.S.	167.340	11.320	151.408	8.051	19.201	259.482	3.787

Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020:

Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio	Receita de atividades usuais	Receita de atividades contínuas
						31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3.104.242	131.233	1.058.139	1.692.661	484.675	1.164.209	26.665
Puntos Colômbia S.A.S.	135.435	15.336	129.616	5.740	15.415	238.215	12.669

Nota 18.3. Objetivo empresarial dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O objetivo empresarial e outras informações corporativas de investimentos contabilizados usando o método de equivalência patrimonial são os seguintes:

Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

Um negócio conjunto, cujo controle conjunto foi adquirido em 31 de outubro de 2016. É uma entidade privada, autorizada pela Superintendência Financeira Colombiana, constituída mediante escritura pública nº 7418 outorgada em 30 de novembro de 1971 perante o Cartório Notarial Primeiro de Bogotá, tendo seu principal local de negócios em Medellín. O principal objeto social da empresa é atrair recursos através de depósitos a prazo com o objetivo principal de realizar operações ativas de crédito, para facilitar a comercialização de bens e serviços, sem afetar as operações e investimentos que ela possa realizar em conformidade com as condições ou limitações estabelecidas pelo regime legal aplicável às empresas financiadoras.

Puntos Colômbia S.A.S.

Uma joint venture estabelecida em 19 de abril de 2017 sob a lei colombiana. Seu principal objetivo corporativo é a compra e venda de pontos de fidelidade e a concepção, desenvolvimento, implementação, operação e administração de um programa de fidelidade para o desenvolvimento de estratégias de fidelização aplicáveis aos clientes dos parceiros de aliança, através do reconhecimento, acumulação, emissão e resgate de pontos de fidelidade, bem como a compra e venda de pontos de fidelidade. Seu principal local de atuação é na Carrera 48 No. 32B Sur 139, Envigado, Colômbia. A vida útil da empresa é indefinida.

Nota 18.4. Outras informações sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

A conciliação das informações financeiras resumidas reportadas ao valor contábil das associadas e joint-ventures nas demonstrações contábeis consolidadas é:

Empresas	Patrimônio	31 de dezembro de 2021			
		Método de equivalência patrimonial	Participação	Valor da participação da Controladora (1)	Valor contábil (2)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	524.356	538.854	50,00%	279.753	279.753
Puntos Colômbia S.A.S.	19.201	19.201	50,00%	9.601	9.601

Empresas	Patrimônio	31 de dezembro de 2020			
		Método de equivalência patrimonial	Participação	Valor da participação da Controladora (1)	Valor contábil (2)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	484.675	519.830	50,00%	259.915	259.915
Puntos Colômbia S.A.S.	15.415	15.415	50,00%	7.707	7.707

(1) Participação direta da Controladora (Almacenes Éxito S.A.).

(2) Montante do investimento e ágio lançado nos livros da Controladora.

Não foram recebidos dividendos de joint ventures durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Não há restrições quanto à capacidade das joint ventures de transferir fundos para a Controladora na forma de dividendos em dinheiro, ou reembolso de empréstimos ou pagamentos antecipados.

A Controladora não tem ativos contingentes incorridos relacionados a sua participação neles.

Não há obrigações construtivas adquiridas pela Controladora em nome de joint ventures decorrentes de perdas que excedam a participação detida nelas. Os investimentos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial não têm restrições ou gravames que afetem as participações nelas detidas.

Nota 19. Mudanças na classificação dos ativos financeiros

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças materiais na classificação dos ativos financeiros decorrentes de uma mudança na finalidade ou no uso de tais ativos.

Nota 20. Passivos financeiros

O saldo do passivo financeiro é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Empréstimos bancários	898.267	1.023.670
Opção de venda	509.870	417.386
Cartas de crédito	8.874	7.757
Leasing financeiro	-	6.849
Total do passivo financeiro	1.417.011	1.455.662
Corrente	674.927	1.110.883
Não corrente	742,084	344,779

O desenvolvimento ou passivo financeiro durante o período do relatório é o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020 (1)	1.455.662
Aumento de desembolsos e novação (2)	910.620
Mudanças no justo valor da opção de venda reconhecidas em investimentos	92.485
Aumento de reavaliações e juros	52.593
Diferença de câmbio	725
Diferença de conversão	(62)
(Redução) das amortizações ou principal, juros e novação (3)	(1.095.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.417.011

(1) O saldo em 31 de dezembro de 2020 inclui:

- (2) Contrato de opção de venda da Spice Investments Mercosur S.A. no valor de US\$ 417.386 firmado com os proprietários de participações não-controladoras na subsidiária Grupo Disco del Uruguay S.A. O preço de exercício desta opção é baseado em uma fórmula previamente determinada e a opção pode ser exercida a qualquer momento. Esta opção é medida pelo justo valor.
- Dois contratos de crédito bilaterais no valor de \$253.750 e \$570.000 executados em 27 de março de 2020, um contrato de crédito bilateral no valor de US\$135.000 executados em 3 de junho de 2020 e arrendamentos financeiros no valor de US\$6.849 a serem pagos pela Controladora.
- Empréstimo da Éxito Industrias S.A.S. obtido em junho de 2017, no valor de \$39.675.
- Empréstimos da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$17.141, obtidos em setembro e outubro de 2020.

(2) Em fevereiro de 2021, a Controladora solicitou o desembolso no valor de \$80.000 de um dos créditos rotativos bilaterais pendentes e novou três novos contratos de crédito bilaterais nos valores de \$200.000, \$190.000 e \$150.000 executados em 26 de março de 2021.

Em abril de 2021, a Controladora solicitou desembolsos no valor de \$20.000 contra o crédito rotativo, além do valor desembolsado em fevereiro de 2021, \$70.000 contra o crédito rotativo sindicalizado e \$30.000 contra um novo crédito rotativo.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Libertad S.A. solicitou desembolsos no valor de \$23.261.

Durante o período anual findo em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. e suas subsidiárias solicitaram cartas de crédito no valor de \$77.359.

(3) Em março de 2021, a Controladora amortizou (a) \$12.083 do contrato de crédito bilateral no valor de \$290.000 assinado em 27 de março de 2020; (b) amortizou \$30.000 do contrato de crédito bilateral no valor de \$570.000 assinado em 27 de março de 2020 e (c) pagou \$988 para leasings financeiros.

Em março de 2021 a Controladora novou \$540.000 do contrato de crédito bilateral no valor de \$570.000 assinado em 27 de março de 2020, dos quais \$30.000 já haviam sido amortizados, com três novos contratos de crédito bilateral nos valores de \$200.000, \$190.000 e \$150.000 assinados em 31 de março de 2021.

Em junho de 2021 a Controladora amortizou \$12.083 do contrato de crédito bilateral no valor de \$290.000 assinado em 27 de março de 2020, e \$1.032 para leasings financeiros.

Em setembro de 2021, a Controladora amortizou \$12.083 do contrato de crédito bilateral de \$290.000 assinado em 27 de março de 2020, e \$1.081 para leasings financeiros.

Em outubro de 2021 a Controladora amortizou \$8.325 do contrato de crédito bilateral de \$150.000 assinado em 26 de março de 2021. Neste mês, amortizou \$80.000 do crédito rotativo bilateral, \$70.000 do crédito rotativo sindicalizado, \$70.000 e \$30.000 do segundo crédito rotativo bilateral desembolsado em abril de 2021.

Em novembro de 2021, a Controladora pagou \$4.257 de leasings financeiros.

Em dezembro de 2021, a Controladora amortizou \$12.083 do contrato de crédito bilateral de \$290.000 assinado em 27 de março de 2020.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Libertad S.A., amortizou créditos no valor de \$44.490.

Durante o período anual findo em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. e suas subsidiárias amortizaram cartas de crédito no valor de \$77.045.

Tais créditos são mensurados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos; os custos de operação não foram incorridos.

O saldo dos passivos financeiros classificados como correntes ou não correntes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Opção de venda	509.870	417.386
Empréstimos bancários	156.183	681.929
Cartas de crédito	8.874	7.757
Leasing financeiro	-	3.811
Total corrente	674.927	1.110.883
Empréstimos bancários	742.084	341.741
Leasing financeiro	-	3.038
Total não corrente	742.084	344.779

Segue abaixo um detalhe anual dos vencimentos dos passivos financeiros não circulantes em 31 de dezembro de 2021, descontados pelo valor presente:

Ano	Total
2022	182.751
2023	319.743
2024	115.925
>2025	123.665
	742.084

Nota 20.1. Obrigações adquiridas segundo contratos de crédito obtidos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021

- a. Passivos financeiros: As obrigações adquiridas durante o primeiro semestre de 2021 pela Controladora enquadram-se no mesmo modelo de obrigação que as adquiridas durante 2020.

Nota 20.2. Obrigações adquiridas segundo contratos de crédito obtidos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020

- a. Financeiro: Enquanto a Controladora tiver obrigações de pagamento decorrentes dos contratos celebrados em 27 de março de 2020, a Controladora se compromete a manter um índice financeiro de alavancagem inferior a 2,8x. Tal índice será medido anualmente em 30 de abril ou, se não for um dia útil, no dia útil seguinte, com base nas demonstrações contábeis auditadas em separado para cada período anual.

Nota 21. Benefícios para empregados

O saldo dos benefícios dos empregados é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Planos de benefícios definidos	18.794	21.125
Plano de benefícios de longo prazo	1.584	1.779
Total de benefícios a empregados	20.378	22.904
Corrente	2.482	2.520
Não corrente	17.896	20.384

Nota 21.1. Planos de benefícios definidos

A Controladora e suas subsidiárias têm os seguintes planos de benefícios definidos:

- a. Plano de aposentadoria

Segundo o plano, cada funcionário da Controladora receberá, no momento da aposentadoria, um pagamento mensal de pensão, ajustes de pensão de acordo com os regulamentos legais, pensão de sobrevivência, assistência com despesas funerárias e bônus de junho e dezembro estabelecidos por lei. Tal montante depende de fatores como: idade do funcionário, tempo de serviço e salário.

A Controladora é responsável pelo pagamento da pensão de aposentadoria aos funcionários que preencham os seguintes requisitos: (a) funcionários que em 1º de janeiro de 1967 tinham servido mais de 20 anos (responsabilidade integral), e (b) funcionários e ex-funcionários que em 1º de janeiro de 1967 tinham servido mais de 10 anos, mas menos de 20 anos (responsabilidade parcial).

- b. Plano retroativo de indenização por demissão

A retroatividade da indenização por demissão é estimada para aqueles funcionários da Controladora aos quais as leis trabalhistas aplicáveis são aquelas anteriores à Lei 50 de 1990, e que não se mudaram para o novo sistema de indenização por demissão. De acordo com o plano, a Controladora pagará aos funcionários no momento da aposentadoria um valor retroativo como indenização por demissão, após dedução dos pagamentos antecipados. Este benefício social é calculado ao longo de todo o tempo de serviço, com base no último salário auferido.

Tais benefícios são estimados numa base anual ou onde quer que haja mudanças materiais, utilizando a unidade de crédito prevista. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças materiais nos métodos ou pressupostos aplicados na preparação das estimativas e análises de sensibilidade.

Saldos e desenvolvimentos:

Seguem os saldos e o desenvolvimento de planos de benefícios definidos:

	Aposentadoria	Verba Indenizatória retroativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.542	583	21.125
Custo do serviço	-	15	15
Custo do serviço passado	1.227	-	1.227
Despesas com juros	1.146	24	1.170
Perda (ganho) atuarial devido a mudanças na experiência	675	(57)	618
Ganho atuarial de premissas financeiras	(2.915)	(32)	(2.947)
Benefícios diretamente (pagos) pela Empresa	(2.242)	(172)	(2.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.433	361	18.794

Variáveis utilizadas para o cálculo:

As taxas de desconto, taxas de aumento salarial, taxas de inflação e datas de morte são as seguintes:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Aposentadorias	Verba Indenizatória retroativa	Aposentadorias	Verba Indenizatória retroativa
Taxa de desconto	8,50%	7,80%		
Taxa anual de aumento salarial	3,50%	3,50%		
Taxa futura de aumento da aposentadoria	3,50%	-	5,90%	4,80%
Taxa anual de inflação	3,50%	3,50%	3,25%	3,25%
Taxa de mortalidade - homens (anos)	60-62	60-62	3,25%	-
Taxa de mortalidade - mulheres (anos)	55-57	55-57	3,25%	3,25%
Taxa de mortalidade - homens	0,001117% - 0,034032%	0,001117% - 0,034032%	60-62	60-62
Taxa de mortalidade - mulheres	0,000627% - 0,019177%	0,000627% - 0,019177%	55-57	55-57
			0,001117% - 0,034032%	0,001117% - 0,034032%
			0,000627% - 0,019177%	0,000627% - 0,019177%

Rotatividade de funcionários, taxas de invalidez e aposentadoria antecipada:

Tempo de Serviço	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
De 0 a menos de 5	25,70%	25,70%
De 5 a menos de 10	12,51%	12,51%
De 10 a menos de 15	7,37%	7,37%
De 15 a menos de 20	5,49%	5,49%
De 20 a menos de 25	4,22%	4,22%
25 e mais	3,18%	3,18%

Análise de sensibilidade:

Uma análise de sensibilidade quantitativa relativa a uma mudança em uma premissa chave resultaria na seguinte variação do passivo líquido de benefícios definidos:

Variação expressa em pontos-base	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Aposentadoria indenizatória retroativa	Verba indenizatória	Aposentadoria indenizatória retroativa	Verba indenizatória
Taxa de desconto + 25	(283)	(4)	(352)	(6)
Taxa de desconto - 25	292	4	364	6
Taxa de desconto + 50	(558)	(7)	(692)	(12)
Taxa de desconto - 50	594	7	740	13
Taxa de desconto + 100	(1.083)	(14)	(1.341)	(24)
Taxa de desconto - 100	1.225	15	1.532	26
Taxa anual de aumento salarial + 25	N/A	7	N/A	11
Taxa anual de aumento salarial - 25	N/A	(7)	N/A	(11)
Taxa anual de aumento salarial + 50	N/A	13	N/A	21
Taxa anual de aumento salarial - 50	N/A	(13)	N/A	(21)
Taxa anual de aumento salarial + 100	N/A	27	N/A	43
Taxa anual de aumento salarial - 100	N/A	(26)	N/A	(41)

As contribuições para os próximos anos, financiadas com recursos próprios da Controladora e de suas subsidiárias, estão previstas da seguinte forma:

Ano	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Aposentadoria	Verba indenizatória retroativa	Aposentadoria	Verba indenizatória retroativa
2021	-	-	2.195	84
2022	2.256	5	2.186	6
2023	2.249	49	2.148	113
2024	2.218	4	2.096	49
>2025	31.798	448	25.708	473
Total	38.521	506	34.333	725

Outras considerações:

A duração média do passivo para planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021 é de 6,8 anos (31 de dezembro de 2020 - 7,4 anos).

A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir os planos de benefício definido.

A despesa do plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2021 era de \$101.042 (31 de dezembro de 2020 - \$88.055).

Nota 21.2. Plano de benefícios a longo prazo

O plano de benefícios a longo prazo envolve um bônus de tempo de serviço associado a anos de serviço a pagar aos funcionários da Controladora e aos funcionários das subsidiárias Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Tal benefício é estimado anualmente ou onde quer que haja mudanças materiais, utilizando a unidade de crédito prevista. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças materiais nos métodos ou pressupostos aplicados na preparação das estimativas e análises de sensibilidade.

Durante 2015, a Controladora chegou a um acordo com vários funcionários que voluntariamente decidiram substituir o bônus de tempo de serviço por um bônus especial único.

Saldos e desenvolvimento:

Seguem os saldos e o desenvolvimento do plano de benefícios definidos de longo prazo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.779
Custo do serviço	74
Despesas com juros	89
Perda atuarial devido a mudanças na experiência	75
Benefícios diretamente (pagos) pela Empresa	(246)
Ganho atuarial de premissas financeiras	(187)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.584

Variáveis utilizadas para fazer os cálculos:

As taxas de desconto, taxas de aumento salarial, taxas de inflação e datas de morte são as seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Taxa de desconto	8,10%	5,40%
Taxa anual de aumento salarial	3,50%	3,25%
Taxa anual de inflação	3,50%	3,25%
Taxa de mortalidade - homens	0,001117% - 0,034032%	0,001117% - 0,034032%
Taxa de mortalidade - mulheres	0,000627% - 0,019177%	0,000627% - 0,019177%

As taxas de rotatividade, invalidez e aposentadoria antecipada dos funcionários são as seguintes:

Tempo de serviço	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
De 0 a menos de 5	25,70%	25,70%
De 5 a menos de 10	12,51%	12,51%
De 10 a menos de 15	7,37%	7,37%
De 15 a menos de 20	5,49%	5,49%
De 20 a menos de 25	4,22%	4,22%
25 e mais	3,18%	3,18%

Análise de sensibilidade:

Uma análise de sensibilidade quantitativa em relação a uma mudança em uma suposição chave resultaria na seguinte variação do passivo líquido de benefícios a longo prazo:

Variação expressa em pontos-base	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Taxa de desconto + 25	(18)	(24)
Taxa de desconto - 25	19	24
Taxa de desconto + 50	(37)	(47)
Taxa de desconto - 50	38	49
Taxa de desconto + 100	(72)	(92)
Taxa de desconto - 100	78	101
Taxa anual de aumento salarial + 25	16	25
Taxa anual de aumento salarial - 25	(16)	(24)
Taxa anual de aumento salarial + 50	32	50
Taxa anual de aumento salarial - 50	(31)	(48)
Taxa anual de aumento salarial + 100	65	103
Taxa anual de aumento salarial - 100	(61)	(95)

As contribuições para os próximos anos, financiadas com recursos próprios da Controladora e de suas subsidiárias, estão previstas da seguinte forma:

Ano	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2021	-	241
2022	221	201
2023	169	160
2024	300	264
>2025	1.817	1.617
Total	2.507	2.483

Outras considerações:

A duração média da responsabilidade por benefícios a longo prazo em 31 de dezembro de 2021 é de 5,1 anos (31 de dezembro de 2020 - 5,7 anos).

A Controladora e suas subsidiárias não têm dedicado ativos específicos para garantir o pagamento do bônus de tempo de serviço.

O efeito na demonstração de resultados do plano de benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita no valor de \$129 (31 de dezembro de 2020 - \$13).

Nota 22. Outras provisões

O saldo de outras disposições é feito da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Processos judiciais (1)	17.595	15.648
Impostos, exceto o imposto de renda (2)	3.549	6.828
Reestruturação (3)	2.708	4.323
Outro (4)	11.409	17.875
Total de outras provisões	35.261	44.674
Correntes (Nota 22.1)	24.175	30.132
Não correntes (Nota 22.1)	11.086	14.542

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias não reconheceram provisões para contratos onerosos.

Os detalhes das provisões são os seguintes:

- (1) As provisões para ações judiciais são reconhecidas para cobrir perdas potenciais estimadas decorrentes de ações judiciais movidas contra a Controladora e suas subsidiárias, relacionadas com questões trabalhistas, civis, administrativas e regulatórias, que são avaliadas com base na melhor estimativa de saídas de caixa necessárias para liquidar um passivo na data da elaboração das demonstrações contábeis. O saldo é composto de

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ações judiciais trabalhistas (a)	10.418	10.336
Ações judiciais (b)	5.371	3.803
Processos administrativos e regulatórios (c)	1.806	1.509
Total de processos judiciais	17.595	15.648

- (a) Provisões para ações trabalhistas representam ações judiciais relacionadas a:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Benefício e aposentadoria (i)	3.100	2.806
Indenizações (i)	2.730	1.768
Vínculo de trabalho e solidariedade (i)	1.810	565
Ajustes salariais e pagamentos obrigatórios (i)	195	50
Ações coletivas (i)	80	328
Ações na Libertad S.A.	1.699	194
Ações Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias	754	50
Outras ações em subsidiárias colombianas	50	10.336
Total de provisões para ações trabalhistas	10.418	

- (i) Aspectos relativos a ações judiciais da Controladora.

- (b) Provisões para ações civis representam ações judiciais relacionadas a:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Proteção de dados (i)		600
Condições de instalação (i)	560	302
Responsabilidade de terceiros (i)	428	212
Processos imobiliários (i)	10	239
Metrologia e regulamentos técnicos (i) Defesa do consumidor (i)	239	224
Outros processos menores (i)	206	115
Ações Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias	345	1.583
Outras ações em subsidiárias colombianas	3.132	8
	9	520
	442	3.803
Total de provisões para ações civis	5.371	

- (i) Aspectos relativos a ações judiciais da Controladora.

- (c) Representam ações judiciais na subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e em suas subsidiárias relacionadas com questões de defesa da concorrência

- (2) O saldo das provisões para impostos, exceto o imposto de renda, representa processos relacionados com:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imposto sobre o valor agregado a pagar (i)	3.166	3.166
Imposto sobre bens imóveis (i)	241	1.297
Outras ações judiciais da Libertad S.A.	142	148
Imposto da Indústria e Comércio, e anúncios suplementares e imposto municipal (i)	-	2.217
Total de provisão para impostos, exceto o imposto de renda	3.549	6.828

- (i) Aspectos relativos a ações judiciais da Controladora.

(3) A provisão para reorganização representa:

{ut1(a) Os processos de reorganização anunciados aos funcionários da Controladora de lojas e centros de distribuição no valor de US\$878 (31 de dezembro de 2020 - US\$1.182), aos funcionários da subsidiária Libertad S.A. no valor de US\$1.830 (31 de dezembro de 2020 - US\$3.068) e aos funcionários das Subsidiárias colombianas no valor de US\$- (31 de dezembro de 2020 - US\$73) que terão um efeito nas atividades e operações da Controladora e de suas subsidiárias. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesa registrada para este conceito totaliza \$8.697, que foi reconhecida nos resultados do período como outras despesas operacionais.

(b) Plano de reorganização para a transferência da operação de Cedi Montevidéu para o novo Parque Logístico Sibéria. Mesmo que o saldo em 31 de dezembro de 2021 seja de US\$-, durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesa registrada para este conceito é de US\$5.104, que foi reconhecida nos resultados do período como outras despesas operacionais.

A provisão para esses planos de reorganização é baseada nas saídas de caixa necessárias, diretamente associadas a tais planos.

(4) O saldo de outras disposições representa:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Provisão para projeto imobiliário de Montevidéu (a)	3.500	3.500
Fechamento de lojas	2.925	2.290
Melhorias urbanas	2.215	-
Redução para mercadoria VMI	1.031	826
Outras menores na Libertad S.A.	885	705
Outras menores na Controladora	473	-
Outras menores nas subsidiárias colombianas	380	404
Provisão para contribuições à aposentadoria (b)	-	10.150
Total de outras provisões	11.409	17.875

(a) Representa uma provisão acumulada como garantia em favor dos compradores decorrente da venda do projeto imobiliário de Montevidéu.

(b) Representa a obrigação registrada pelo valor das contribuições previdenciárias não pagas pelos funcionários da Controladora e suas Subsidiárias colombianas em abril e maio de 2020, pois o Tribunal Constitucional (a) declarou inconstitucional o Decreto Legislativo 558 de 2020, que havia permitido às empresas pagar um valor inferior para as contribuições previdenciárias em abril e maio, e (b) obrigou o Governo a exigir que as empresas pagassem dentro de um prazo razoável os valores não pagos durante aqueles meses. Tal responsabilidade foi liquidada em julho de 2021.

Os saldos e o desenvolvimento de outras provisões durante o período são os seguintes:

	Processos judiciais	Impostos, exceto o imposto de renda	Reorganização	Outro	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.648	6.828	4.323	17.875	44.674
Aumento	14.597	-	13.801	11.225	39.623
Usos	(9)	-	(12)	-	(21)
Pagamentos	(9.093)	-	(12.059)	(16.962)	(38.114)
Estornos (não usados)	(3.801)	(3.273)	(1.103)	(711)	(8.888)
Outras reclassificações	72	-	(2.086)	17	(1.997)
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório	181	(6)	(156)	(35)	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.595	3.549	2.708	11.409	35.261

Nota 22.1. Outras provisões classificadas como correntes ou não correntes

O saldo de outras provisões, classificadas como correntes ou não correntes, é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Processos judiciais	6.890	4.766
Impostos, exceto o imposto de renda	3.168	3.168
Reorganização	2.708	4.323
Outro	11.409	17.875
Total corrente	24.175	30.132
Processos judiciais	10.705	10.882
Impostos, exceto o imposto de renda	381	3.660
Total não corrente	11.086	14.542

Nota 22.2. Previsão de pagamentos de outras provisões

Os pagamentos previstos de outras provisões pelas quais a Controladora e suas subsidiárias são responsáveis em 31 de dezembro de 2021 são:

	Processos judiciais	Impostos, exceto o imposto de renda	Reorganização	Outro	Total
Menos de 12 meses	6.890	3.168	2.708	11.409	24.175
De 1 a 5 anos	10.705	381	-	-	11.086
Total da previsão de pagamentos	17.595	3.549	2.708	11.409	35.261

Nota 23. Contas a pagar a partes relacionadas

Nota 23.1. Contas a pagar

O saldo das contas a pagar a partes relacionadas é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Joint ventures (1)	42.619	36.300
Empresas do Grupo Casino (2)	23.027	14.187
Total	65.646	50.487

- (1) Representa principalmente o saldo em aberto em favor de Puntos Colômbia S.A.S. decorrente de pontos (acumulações) que foram emitidos de acordo com a mudança no programa de fidelidade implementado pela Controladora no valor de \$42.619 (31 de dezembro de 2020 - \$35.498).
- (2) As contas a pagar às empresas do Grupo Casino provêm principalmente de serviços de otimização energética recebidos, intermediação na importação de bens, e serviços de consultoria e assistência técnica.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Casino Guichard Perrachon S.A.		10.463
Greenyellow Energia de Colômbia S.A.S.	11.415	1.546
Casino Services	9.456	229
Distribution Casino France	1.637	1.834
International Retail and Trade Services IG	224	72
Outra	164	43
Total das empresas do Grupo Casino	131	14.187

Nota 23.2. Outro passivo financeiro

O saldo de outros passivos financeiros com partes relacionadas é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Joint ventures (1)	17.461	15.917
Total	17.461	15.917

- (1) Representa principalmente coletas recebidas de terceiros relacionadas com a Tarjeta Éxito de propriedade da Compañía de Financiamiento Tuya S.A. no valor de \$17.441 (31 de dezembro de 2020 - \$15.909) (Nota 27).

Nota 24. Débitos comerciais e outras contas a pagar

O saldo dos débitos comerciais e outras contas a pagar é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores	4.190.705	3.872.518
Custos e despesas a pagar	417.254	361.974
Benefícios para empregados	278.325	245.984
Imposto de renda retido na fonte a recolher	74.007	57.352
Compra de ativos (1)	121.062	29.810
Impostos coletados a pagar	46.181	56.464
Dividendos a pagar	22.487	26.317
Outro	36.534	27.727
Total de débitos comerciais e outras contas a pagar	5.186.555	4.678.146
Correntes	5.136.626	4.678.078
Não correntes (1)	49.929	68

(1) Representa a aquisição de computadores relacionados com a atualização tecnológica da plataforma "Clearpath" (Nota 13). O pagamento é devido em 2027.

Nota 25. Passivo de arrendamento

O saldo do passivo de arrendamento é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo de arrendamento	1.594.643	1.542.895
Corrente	234.178	223.803
Não corrente	1.360.465	1.319.092

Segue uma previsão de pagamentos fixos relacionados ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021:

Até um ano	284.621
De 1 a 5 anos	906.480
Mais de 5 anos	681.837
Pagamentos mínimos de passivo de arrendamento	1.872.938
Financiamento futuro (despesas)	(278.295)
Pagamentos mínimos totais líquidos do passivo de arrendamento	1.594.643

Nota 26. Imposto de renda

Nota 26.1. Regulamento fiscal aplicável à Controladora e às suas Subsidiárias colombianas

Regulamentos de imposto de renda em vigor aplicáveis à Controladora e suas Subsidiárias colombianas

- Para 2021 tributável, a alíquota de imposto de renda para pessoas jurídicas é de 31%.
Para 2020 tributável, a alíquota de imposto de renda aplicável foi de 32%.
- Para 2021 tributável, a base de cálculo do imposto de renda sob o modelo de lucro presumido é 0% do patrimônio líquido no último dia do período tributável imediatamente anterior.
Para 2020 tributável, a base de cálculo do imposto de renda sob o modelo de lucro presumido era de 0,5% do patrimônio líquido no último dia do período tributável imediatamente anterior.
- Ajustes abrangentes da inflação foram eliminados para fins fiscais a partir de 2007, e o imposto sobre ganhos ocasionais foi reinstituído à taxa atual de 10%, pagável por pessoas jurídicas sobre o total de ganhos ocasionais obtidos durante o ano tributável.
- Foi estabelecido um imposto sobre dividendos pagos a pessoas físicas residentes na Colômbia a partir de 2020 a uma taxa de 10%, acionado quando o valor distribuído for superior a 300 UVT (equivalente a US\$ 11 para 2021) quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Para empresas nacionais, a taxa de imposto é de 7,5% quando tais dividendos tenham sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Para pessoas físicas não residentes na Colômbia e para empresas estrangeiras, a taxa de imposto é de 10% quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Quando os lucros que dão origem a dividendos não foram tributados sobre a empresa distribuidora, a taxa de imposto aplicável aos acionistas é de 31% para 2021 e 35% a partir de 2022.

Quando os lucros que dão origem a dividendos não foram tributados sobre a empresa distribuidora, a taxa de imposto aplicável aos acionistas é de 32% para 2020.

- e. A partir de 2017, a base tributária adotada é o sistema contábil de acordo com a estrutura de regras técnicas contábeis em vigor na Colômbia, estabelecido pela Lei 1314 de 2009 em consonância com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, informação financeira e garantia de informação", emendado em 23 de dezembro, 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432 e em 19 de agosto de 2021 pelo Decreto Regulamentar 938, e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270 com algumas exceções relativas à realização de receitas, ao reconhecimento de custos e despesas e aos efeitos meramente contábeis do saldo inicial quando da adoção dessas normas.
- f. O imposto sobre operações financeiras é um imposto permanente. 50% desse imposto é dedutível, desde que o imposto pago seja devidamente suportado.
- g. A partir de 2019, os impostos, impostos e contribuições efetivamente pagos durante o ano ou período tributável são 100% dedutíveis, desde que estejam relacionados com a receita da atividade econômica da empresa acumulada durante o mesmo ano ou período tributável, incluindo as taxas de filiação pagas às associações empresariais.
- h. 50% do imposto industrial e comercial pode ser considerado como um desconto de imposto para os anos tributáveis de 2019 a 2021.
- i. Com relação às contribuições para a educação dos empregados, os pagamentos que atendem às seguintes condições são dedutíveis a partir de 2019: (a) aqueles dedicados a bolsas de estudo e empréstimos perdoáveis para educação em benefício dos empregados, (b) pagamentos a programas ou centros de assistência para os filhos dos empregados e (c) pagamentos a instituições de ensino primário, secundário, técnico, tecnológico e superior.
- j. O IVA sobre a aquisição, formação, construção ou importação de ativos fixos produtivos reais pode ser descontado do imposto de renda a partir de 2019.
- k. A partir de 2020, a taxa de retenção do imposto de renda sobre pagamentos ao exterior é de 0% para serviços como consultoria, serviços técnicos ou assistência técnica prestados por terceiros com residência física em países que tenham firmado acordos de dupla tributação com a Colômbia.
- l. A partir de 2019, a retenção na fonte do imposto de renda sobre pagamentos ao exterior é de 20% sobre serviços de consultoria, serviços técnicos, assistência técnica, honorários profissionais, royalties, arrendamentos e compensações, e 31% para serviços de gestão ou administração.
- m. A partir de 2019, os impostos pagos no exterior serão considerados descontos fiscais durante o ano tributável do pagamento, ou durante qualquer período tributável subsequente.
- n. O ajuste anual aplicável em 31 de dezembro de 2021 para o custo de móveis e imóveis considerados ativos fixos é de 1,97%.

Créditos fiscais da Controladora e de suas Subsidiárias colombianas

De acordo com as normas fiscais em vigor a partir de 2017, o prazo para compensar perdas fiscais é de 12 anos após o ano em que a perda foi incorrida.

O excesso do lucro presumido sobre a renda ordinária obtida a partir da renda tributável de 2007 pode ser compensado com a renda líquida ordinária apurada dentro dos cinco (5) anos seguintes.

As perdas da empresa não são transferíveis aos acionistas. Em nenhuma hipótese as perdas fiscais decorrentes de receitas além da renda e ganhos ocasionais, e de custos e deduções não relacionados com a geração de renda tributável, serão compensados com o lucro líquido do contribuinte.

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora e suas Subsidiárias colombianas avaliaram seu passivo de imposto de renda sob o modelo de renda ordinária.

Em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., e Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. avaliaram seu passivo de imposto de renda sob o modelo presumível de renda.

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e as subsidiárias Éxito Viajes y Turismo S.A.S., Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., Éxito Industrias S.A.S., e Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. avaliaram seu passivo de imposto de renda sob o método da renda ordinária.

(a) Créditos fiscais da Controladora

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora acumulou \$346.559 (31 de dezembro de 2020 - \$518.013) de lucro presumido acima do resultado líquido.

O desenvolvimento do excesso de renda presumida da Controladora sobre a renda líquida durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	518.013
Compensação do lucro presumido com a renda líquida para o período	(171.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	346.559

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora acumulou prejuízos fiscais no valor de \$738.261 (31 de dezembro de 2020 - \$738.261).

O desenvolvimento de prejuízos fiscais na Controladora durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	738.261
Ajuste a perdas fiscais de períodos anteriores	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	738.261

(b) Créditos fiscais de Subsidiárias colombianas

Em 31 de dezembro de 2021, as Subsidiárias colombianas acumularam um excedente de renda presumida sobre a renda líquida no valor de \$27 (31 de dezembro de 2020 - \$43). O detalhe do excesso de renda presuntiva sobre a renda líquida é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.		
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	-	27
Total	27	16
		43

Em 31 de dezembro de 2021, as Subsidiárias colombianas acumularam prejuízos fiscais no valor de \$33.624 (31 de dezembro de 2020 - \$26.773). Os detalhes dos prejuízos fiscais são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Note 1.1.) (a)	33.380	-
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	244	166
Éxito Industrias S.A.S.	-	26.324
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	-	283
Total	33.624	26.773

A evolução das perdas fiscais nas Subsidiárias colombianas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.773
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Note 1.1.) (a)	33.380
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	78
Éxito Industrias S.A.S.	(26.324)
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	(283)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.624

(a) As receitas, custos e despesas desta subsidiária em 31 de dezembro de 2020 foram incluídos na demonstração de resultados consolidada no resultado líquido das operações descontinuadas, separados de outros resultados consolidados da Controladora e de suas subsidiárias; esta subsidiária havia provisionado \$33.037 de prejuízos fiscais que não faziam parte do saldo final de prejuízos fiscais das Subsidiárias colombianas em 31 de dezembro de 2020 relatados nas tabelas acima. Em outubro de 2021 esta subsidiária retomou sua operação comercial e suas receitas, custos e despesas acumulados de 1º de outubro de 2021 até 31 de dezembro de 2021 foram novamente incluídos na demonstração de resultados consolidada juntamente com outros resultados consolidados da Controladora e outras subsidiárias.

Finalidade das declarações de imposto

A partir de 2020, a finalidade geral das declarações de imposto de renda é de 3 anos, e para os contribuintes obrigados a apresentar informações sobre preços de transferência e declarações que dão origem a perdas e compensação de impostos é de 5 anos.

Quanto à Controladora, a declaração de imposto de renda para 2020 mostrando um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para 2019 mostrando prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento; as declarações de imposto de renda para 2018, 2017 e 2016 onde prejuízos fiscais e saldos a receber foram apurados, estão abertas para revisão por 12 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde prejuízos fiscais e um saldo a receber foram apurados está aberta para revisão por 12 anos a partir da data de arquivamento.

Para a filial Éxito Industrias S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2020 e 2019, onde os prejuízos fiscais foram compensados e um saldo a receber foi acumulado, estão abertas para revisão durante 5 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda de 2018, onde os prejuízos fiscais foram compensados e um saldo a receber foi acumulado, está aberta para revisão durante 6 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para 2016 e a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber estão abertas para revisão durante 12 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2015 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber estão abertas para revisão durante 12 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. as declarações de imposto de renda de 2019 e 2018 com saldo a receber estão abertas para revisão durante 3 anos a partir da apresentação dos saldos a receber; as declarações de imposto de renda de 2017 e 2016 com compensação de prejuízos fiscais e saldo a receber estão abertas para revisão durante 6 anos a partir da apresentação da declaração; as declarações de imposto de renda para igualdade CREE de 2016 e 2015 com compensação de prejuízos fiscais e saldo a receber estão abertas para revisão durante 62 anos a partir da apresentação da declaração.

Para a subsidiária Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2020 e 2019, onde um saldo a receber foi acumulado, estão abertas para revisão durante 3 anos a partir da apresentação do saldo a receber; as declarações de imposto de renda de 2018 e 2017, onde os prejuízos fiscais foram compensados e um saldo a receber foi acumulado, estão abertas para revisão durante 6 anos a partir da apresentação da declaração; a declaração de imposto de renda e o imposto de renda para igualdade CREE para 2016, onde os prejuízos fiscais e um saldo a receber foram apurados, estão abertos para revisão durante 12 anos a partir da apresentação da declaração.

Para a subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S., a declaração de imposto de renda para 2020 está aberta para revisão durante 5 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para 2019 e 2018 está aberta para revisão durante 3 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda e a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde os prejuízos fiscais foram compensados está aberta para revisão durante 6 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2015 está aberta para revisão durante 12 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S., as declarações de imposto de renda para 2020 e 2019, onde foram apurados prejuízos fiscais, estão abertas para revisão durante 5 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para 2018 está aberta para revisão durante 3 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2020 e 2019, onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber, estão abertas para revisão durante 5 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2.), a declaração de imposto de renda para 2020 mostrando prejuízos fiscais está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para 2019 mostrando prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento; as declarações de imposto de renda para 2018, 2017 e 2016 onde prejuízos fiscais e um saldo a receber foram apurados, estão abertas para revisão por 12 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde prejuízos fiscais e um saldo a receber foram apurados, está aberta para revisão por 12 anos a partir da data de arquivamento.

Os consultores fiscais e a administração da Controladora e suas subsidiárias são de opinião que nenhum imposto adicional será cobrado, além daqueles registrados em 31 de dezembro de 2021.

Preços de transferência

As operações de Controladora com sua entidade controladora e partes relacionadas estrangeiras localizadas na zona de livre comércio ou no exterior foram realizadas de acordo com o princípio de independência, como se fossem partes independentes, como exigido pelas disposições de Preços de Transferência estabelecidas pela regulamentação tributária nacional. Consultores independentes atualizaram a pesquisa de preços de transferência, conforme exigido pelas regulamentações fiscais, com o objetivo de demonstrar que as operações com partes relacionadas no exterior foram realizadas a valores de mercado durante o ano de 2020. Para este fim, a Controladora apresentou uma declaração de informação e tem a referida pesquisa disponível a partir de 16 de setembro de 2021.

Entidades controladas no exterior

Sob o regime especial aplicável às subsidiárias estrangeiras que são veículos de investimento, a partir de 2017 a norma estabelece que a receita passiva obtida por tais veículos deve ser incluída no ano de acumulação e não no ano de distribuição efetiva dos lucros.

Lei 2.155 de 14 de setembro de 2021 - Lei de Investimento Social

Em 14 de setembro de 2021, o Congresso da República da Colômbia aprovou a Lei 2155 que promulga a Lei de Investimento Social e outros regulamentos.

As emendas mais significativas relativas ao imposto de renda, aplicáveis à Controladora e suas Subsidiárias colombianas, em vigor a partir de 2022, são as seguintes:

- a. Imposto de Renda:
- A alíquota do imposto de renda para pessoas jurídicas será de 35%;
 - 50% do imposto de indústria e comércio continuará como um desconto de imposto;
 - O prazo de validade das declarações fiscais poderá ser reduzido para 2022 e 2023; Caso haja um aumento de 35% na alíquota do imposto de renda em relação ao período anterior, o prazo de validade será de seis meses. Caso haja um aumento de 25% na alíquota do imposto de renda em comparação com o período anterior, o prazo final será de doze meses.
- b. Outros regulamentos:
- Os incentivos são oferecidos para promover a criação de novos empregos até agosto de 2023, como segue:

<u>Novos empregados</u>	<u>Incentivo</u>
Jovens de 18 a 28 anos	Contribuição do governo equivalente a 25% de (1) SMLMV para cada nova contratação.
Homens com mais de 28 anos que ganham até três (3) SMLMV	Contribuição do governo equivalente a 10% de (1) SMLMV para cada nova contratação.
Mulheres com mais de 28 anos que ganham até três (3) SMLMV	Contribuição do governo equivalente a 15% de (1) SMLMV para cada nova contratação.

Nota 26.2. Regulamentação fiscal aplicável às subsidiárias estrangeiras

Os regulamentos fiscais em vigor aplicáveis às subsidiárias estrangeiras preveem as seguintes alíquotas de imposto de renda:

- Subsidiárias domiciliadas no Uruguai aplicam uma alíquota de 25%;
- Subsidiárias domiciliadas na Argentina aplicam uma alíquota de 35%.

Nota 26.3. Ativos e passivos fiscais correntes

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes reconhecidos na demonstração da posição financeira são:

Ativo fiscal circulante:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo do imposto de renda a receber pela Controladora e suas Subsidiárias colombianas (1) Descontos fiscais aplicados pela Controladora e suas Subsidiárias colombianas (2) Adiantamentos e retenções na fonte do imposto de renda da indústria e comércio da Controladora e suas Subsidiárias colombianas	228.040	213.870
Descontos de impostos da Controladora nos impostos pagos no exterior	88.369	66.697
Ativos fiscais correntes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L.	56.231	51.803
Outros ativos fiscais correntes da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A.	23.899	14.930
Outros ativos fiscais correntes da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A.	15.364	8.743
Outros ativos fiscais correntes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L.	14.605	5.616
Total de ativos fiscais correntes	429.625	362.383

- (1) O saldo do imposto de renda a receber da Controladora e de suas Subsidiárias colombianas é composto de:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Retenções do imposto de renda (a)	235.013	227.317
Descontos fiscais (b)	73.581	46.164
Subtotal	308.594	273.481
Imposto de renda (despesa) (Nota 26.4)	(80.554)	(59.611)
Saldo total do imposto de renda a receber pela Controladora e suas subsidiárias colombianas	228.040	213.870

- (a) Inclui o líquido do imposto de renda a pagar e do imposto de renda retido na fonte aplicável à Controladora e suas Subsidiárias colombianas.
- (b) Conforme estabelecido pela Seção 115 da Lei Tributária, os descontos fiscais aplicados representam principalmente o imposto industrial e comercial efetivamente pago em 2021.

(2) Os descontos fiscais aplicados pela Controladora e suas Subsidiárias colombianas são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
IVA sobre bens reais produtivos	75.599	32.229
Imposto sobre a indústria e o comércio	12.770	34.439
Outro	-	29
Descontos fiscais totais aplicados pela Controladora e suas subsidiárias colombianas	88.369	66.697

Passivo fiscal circulante

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imposto sobre a indústria e o comércio a recolher da Controladora e de suas subsidiárias colombianas	77.284	69.372
Impostos da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., exceto o imposto de renda	3.490	2.511
Imposto sobre bens imóveis da Controladora e de suas Subsidiárias colombianas	516	415
Impostos da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A., exceto o imposto de renda	229	1.348
Imposto de renda da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A.	-	2.465
Total do passivo fiscal circulante	81.519	76.111

Nota 26.4. Imposto de renda

A conciliação da receita contábil com a receita líquida e a estimativa da despesa tributária são as seguintes:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda	730.887	385.282
Acrescido de		
Despesas não-dedutíveis	18.495	32.806
Imposto sobre operações financeiras	6.658	8.920
Multas, penalidades e litígio	6.163	6.207
Reembolso da dedução por ativos geradores de receita decorrentes da venda de ativos	1.617	-
Baixa de contas a receber	1.553	1.499
Impostos e reavaliação	1.352	1.168
Diferença de câmbio não realizada	84	-
Lucro líquido - recuperação da depreciação de ativos fixos vendidos	35	695
Preço de venda de ativos fixos mantidos há menos de dois anos	34	-
Ajustes IFRS sem efeitos tributários (1)	-	33.131
Perdas não-dedutíveis de estoque	-	1.075
Deduzido de		
Ajustes IFRS sem efeitos tributários (1)	(120.586)	-
Efeito dos resultados contábeis das subsidiárias estrangeiras	(106.642)	(112.452)
Dedução do imposto sobre ágio, além da dedução contábil	(21.895)	(20.606)
Dedução do imposto ICA pago após o preenchimento da declaração de imposto de renda	(5.606)	(6.760)
Dividendos isentos de impostos recebidos de subsidiárias	(3.604)	-
Recuperação de custos e despesas	(2.709)	(2.747)
Dedução na contratação de funcionários portadores de necessidades especiais	(2.375)	(1.598)
Dedução especial na doação a bancos de alimentos e outros	(1.918)	(1.494)
30% de desconto adicional sobre os salários pagos aos aprendizes contratados na Empresa	(1.206)	(1.422)
Impostos não-dedutíveis	(398)	(347)
Desreconhecimento do ganho com a venda de ativos reportado como ganho ocasional	(75)	(74.117)
Diferença de câmbio não realizada	-	(1.574)
Imposto de renda (2)	499.864	247.666
Compensação (3)	(190.543)	-
Lucro líquido total após a compensação	309.321	247.666
Prejuízo líquido de subsidiárias colombianas	368	258
Lucro líquido da Controladora e de subsidiárias colombianas para o período atual	309.689	247.924
Lucro presumido da Controladora e de subsidiárias colombianas para o período atual (4)	-	43
Lucro tributável líquido total (5)	309.689	247.967
Subtotal do imposto de renda (despesa) (5)	(95.954)	(79.349)
Imposto sobre ganhos ocasionais (despesa)	(1)	(2.906)
Descontos fiscais	15.401	22.644
Imposto de renda total (despesa)	(80.554)	(59.611)
(Despesa) imposto do ano anterior (6)	(526)	(14.767)
Imposto de renda total (despesa) da Controladora e suas subsidiárias colombianas	(81.080)	(74.378)
Total do imposto corrente (despesa) das subsidiárias estrangeiras (7)	(41.016)	(43.015)
Total do imposto de renda corrente (despesa)	(122.096)	(117.393)

- (1) Os ajustes IFRS sem efeitos tributários são:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Locações tributadas	101.836	70.270
Dividendos tributados das subsidiárias	93.245	126.126
Provisões contábeis	41.594	141.679
Diferença cambial líquida	17.231	8.335
Dividendos não tributados de subsidiárias	3.604	-
Estimativa atuarial tributada	1.634	2.259
Resultados líquidos usando o método de equivalência patrimonial	(226.363)	(185.778)
Recuperação de provisões	(52.716)	(85.858)
Excesso de depreciação fiscal sobre depreciação contábil	(44.683)	(40.107)
Custos não contábeis para fins fiscais	(22.337)	6.238
Outras contas (não para fins fiscais) (receitas) líquidas	(21.774)	6.566
Excesso de despesas de pessoal para fins fiscais sobre despesas de pessoal de contabilidade	(9.641)	(56.448)
Outras despesas contábeis sem efeitos fiscais	(1.972)	40.145
Impostos não dedutíveis	(244)	(294)
Multas e penalidades não-dedutíveis	-	(2)
Total	(120,586)	33.131

- (2) O saldo inclui \$500.232 (31 de dezembro de 2020 - \$247.924) de Controladora e certas Subsidiárias colombianas e (\$368) 31 de dezembro de 2020 - (\$258)) perdas fiscais de certas Subsidiárias colombianas.
(3) Compensação da renda presumida com a renda líquida do período.
(4) Para 2021 tributável, a base de cálculo do imposto de renda sob o modelo de renda presumida é 0% do patrimônio líquido detido no último dia do período tributável imediatamente anterior.

A estimativa do lucro presumido da Controladora e de subsidiárias colombianas é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Patrimônio líquido	-	8.525
Menos ações líquidas dos acionistas a serem excluídas	-	-
Patrimônio líquido base	-	8.525
Lucro presumido	-	43
Total do lucro presumido	-	43

- (5) Os detalhes do lucro líquido tributável, alíquotas de imposto de renda e o imposto de renda (despesa) são os seguintes:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Lucro líquido da Controladora e de subsidiárias colombianas para o período corrente	309.241	247.967
Lucro líquido das Subsidiárias colombianas classificadas como zona de livre comércio para o período corrente	448	-
Total do lucro líquido tributável	309.689	247.967
	31%	32%
Alíquota de imposto aplicável à Controladora e às subsidiárias colombianas	20%	20%
Alíquota de imposto de renda aplicável às subsidiárias colombianas classificadas como zona de livre comércio	(95.865)	(79.349)
Subtotal do imposto de renda (despesa) da Controladora e de subsidiárias colombianas	(89)	-
Subtotal da alíquota de imposto de renda (despesa) aplicável às subsidiárias colombianas classificadas como zona de livre comércio	(95.954)	(79.349)
Total do imposto de renda (despesa)		

- (6) O efeito desse ajuste é compensado com o ajuste de anos anteriores no imposto diferido, decorrente do tratamento de itens fiscais.
(7) Um detalhe das despesas tributárias correntes das subsidiárias estrangeiras é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Segmento Uruguai		
Segmento Argentina	(41.458)	(43.009)
Total do imposto (despesa) corrente	442	(6)
	(41.016)	(43.015)

Os componentes da despesa de imposto de renda reconhecidos na demonstração do resultado são:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Imposto de renda corrente (despesa)	(122.096)	(117.393)
Receita (despesa) de imposto de renda diferido (Nota 26.5)	(15.574)	63.214
Total do imposto de renda (despesa)	(137.670)	(54.179)

A conciliação da alíquota média efetiva de imposto com a alíquota de imposto aplicável é a seguinte:

	31 de dezembro de 2021	Alíquota	31 de dezembro de 2020	Alíquota
Lucro antes do imposto de renda	730.887		385,282	
Imposto (despesa) à alíquota de imposto aplicável	(226.512)	(31%)	(123.290)	(32%)
Efeito fiscal do ajuste aos impostos correntes de períodos anteriores	(17.217)	(2%)	16.588	4%
Efeito fiscal das alíquotas de imposto incidentes no exterior	(17.000)	(2%)	(26.650)	(7%)
Efeito fiscal de despesas não dedutíveis sobre a estimativa de prejuízos fiscais	(11.891)	(2%)	(14.456)	(3%)
Efeito fiscal dos prejuízos fiscais	(90)	-%	-	-%
Outros efeitos tributários da conciliação da renda contábil com a despesa tributária	99.865	14%	107.313	28%
Efeito fiscal das mudanças nas alíquotas de impostos	34.012	4%	(15.020)	(4%)
Efeito fiscal da receita não tributada sobre a estimativa de perdas fiscais	1.163	-%	1.336	-%
Total do imposto de renda (despesa)	(137.670)	(19%)	(54.179)	(14%)

Nota 26.5. Imposto diferido

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias que representam um pagamento menor ou maior do imposto de renda do ano corrente, estimado às taxas de pagamento ou recuperação previstas, desde que haja expectativa razoável de que tais diferenças reverterão no futuro. Caso haja algum ativo fiscal diferido, é feita uma análise se a Controladora e suas subsidiárias irão gerar lucros tributáveis suficientes no futuro que permitam compensar o ativo, no todo ou em parte.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são feitos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Ativos fiscais diferidos	Passivos fiscais diferidos	Ativos fiscais diferidos	Passivos fiscais diferidos
Passivos de arrendamento	637.274	-	537.792	-
Prejuízos fiscais	258.391	-	221.478	-
Excesso de lucro presumido	121.296	-	155.404	-
Créditos fiscais	82.257	-	76.692	-
Outras provisões	8.435	-	21.703	-
Débitos comerciais e outras contas a pagar	8.392	-	334	-
Créditos comerciais e outras contas a receber	3.918	-	4.743	-
Estoques	3.593	-	5.904	-
Provisões de benefícios aos empregados	1.154	-	1.614	-
Despesas pagas antecipadamente	747	-	886	-
Outros passivos financeiros	292	-	5.754	-
Ativos não circulantes detidos para negociação	3	-	-	(286)
Passivos financeiros	-	-	1.435	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	22	-
Capital circulante líquido	-	-	-	(2)
Outros passivos não financeiros	-	(139)	-	(139)
Projetos imobiliários	-	(176)	-	(225)
Investimentos em subsidiárias e joint ventures	-	(385)	308	-
Construção em andamento	-	(460)	-	(4.247)
Contas a receber de partes relacionadas	-	(3.756)	-	(346)
Ativos intangíveis, exceto o ágio	-	(4.004)	-	(3.573)
Terrenos	-	(4.322)	-	(5.124)
Outros ativos financeiros	-	(5.182)	-	(6.293)
Outro ativo imobilizado	-	(22.320)	-	(25.751)
Propriedade de investimento	-	(45.990)	-	(39.957)
Ágio	-	(144.997)	-	(145.302)
Edifícios	-	(164.841)	-	(128.802)
Direitos de uso	-	(563.360)	-	(473.738)
Total Controladora	1.125.752	(959.932)	1.034.069	(833.785)
Subsidiárias colombianas	21.209	(36.141)	28.464	(32.286)
Total segmento Colômbia	1.146.961	(996.073)	1.062.533	(866.071)
Segmento Uruguai	54.273	-	38.250	-
Segmento Argentina	-	(166.751)	-	(118.722)
Total	1.201.234	(1.162.824)	1.100.783	(984.793)

A composição dos ativos e passivos fiscais diferidos para os três segmentos geográficos nos quais a Controladora e suas subsidiárias operam é a seguinte:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Ativos fiscais diferidos	Passivos fiscais diferidos	Ativos fiscais diferidos	Passivos fiscais diferidos
Segmento Colômbia	150.888	-	196.462	-
Segmento Uruguai	54.273	-	38.250	-
Segmento Argentina	-	(166.751)	-	(118.722)
Total	205.161	(166.751)	234.712	(118.722)

O efeito do imposto diferido sobre a demonstração de resultados é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Receita (despesa) de imposto de renda diferido	(16.122)	55.259
Receita tributária ocasional de ganho diferido	548	7.955
Total da receita do imposto de renda (despesa) diferido	(15.574)	63.214

O efeito do imposto diferido sobre a demonstração do resultado abrangente é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
(Despesas) de instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge e outros	(5.466)	(350)
(Despesa) receita da medição de planos de benefícios definidos	(516)	232
Total do imposto de renda diferido (despesa)	(5.982)	(118)

A conciliação do desenvolvimento do imposto diferido líquido com a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021
Imposto diferido (despesa) reconhecido no resultado do período	(15.574)
(Despesa) do imposto diferido reconhecido em outro no resultado abrangente do período.	(5.982)
Efeito da conversão do imposto diferido reconhecido em outro resultado abrangente do período (1)	(56.024)
Desenvolvimento total do imposto diferido líquido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020	(77.580)

(1) Tal efeito resultante da conversão à taxa de fechamento dos ativos e passivos fiscais diferidos das subsidiárias estrangeiras está incluído na rubrica "Diferença cambial da conversão" em Outro resultado abrangente (Nota 29).

As diferenças temporárias relacionadas a investimentos em associadas e joint ventures, para as quais não foram reconhecidas obrigações fiscais diferidas em 31 de dezembro de 2021 totalizavam \$66.999 (31 de dezembro de 2020 - \$59.765).

Nota 26.6. Efeitos da distribuição de dividendos sobre o imposto de renda.

De acordo com as normas fiscais colombianas em vigor, nem a distribuição de dividendos nem os lucros acumulados têm efeito sobre a alíquota do imposto de renda.

Nota 26.7. Passivos fiscais não correntes

Passivos fiscais não correntes

O saldo de \$3.924 (31 de dezembro de 2020 - \$4.463) refere-se a impostos a recolher da subsidiária Libertad S.A. para impostos federais e programa de incentivo por parcelamento.

Nota 27. Outros passivos financeiros

O saldo de outros passivos financeiros é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cobranças recebidas em nome de terceiros (1)	80.710	68.820
Instrumentos financeiros derivativos (2)	592	17.317
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (3)	242	1.246
Total	81.544	87.383
Corrente	81.544	87.289
Não corrente	-	94

(1) O saldo das cobranças recebidas em nome de terceiros é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Correspondente não-bancário	28.058	27.005
Receita recebida em nome de terceiros (a)	25.474	17.359
Coleta de cartões Éxito (b)	17.441	15.909
Comércio direto (mercado)	5.594	5.245
Outras cobranças	4.143	3.302
Total	80.710	68.820

- (a) O saldo refere-se a:
- Cobranças recebidas em nome de terceiros para serviços de hotelaria, transporte terrestre, aluguel de carros e reserva de passagens aéreas como parte da intermediação da subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S. como agência de viagens no valor de \$24.792 (31 de dezembro de 2020 - \$14.883).
 - Cobranças recebidas em nome de terceiros do Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A. e Devoto Hermanos S.A. no valor de \$666 (31 de dezembro de 2020 - \$2.137).
 - Cobranças recebidas por conta de terceiros do Patrimônios Autônomos no valor de \$16 (31 de dezembro de 2020 - \$339).
- (d) Representa cobranças recebidas de terceiros relacionadas com a Tarjeta Éxito (Cartão de Crédito Éxito), propriedade da Compañía de Financiamiento Tuya S.A. (Nota 23).
- (2) Os instrumentos financeiros derivativos refletem o justo valor dos contratos forward e swap para cobrir a flutuação das taxas de câmbio dos passivos em moeda estrangeira. Os valores justos desses instrumentos são estimados com base em modelos de avaliação comumente aplicados pelos participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos. Na demonstração da posição financeira, a Controladora e suas subsidiárias medem os instrumentos financeiros derivativos (forward e swap) pelo justo valor, em cada data de encerramento contábil.

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

<u>Derivativo</u>	<u>Menos de 3 months</u>	<u>de 3 a 6 months</u>	<u>de 6 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 months</u>	<u>Total</u>
Forward	309	283	-	-	592
					592

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

<u>Derivativos</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>de 3 a 6 meses</u>	<u>de 6 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Forward	14.153	2.339	-	-	16.492
Swap	825	-	-	-	825
					17.317

- (3) Os instrumentos derivativos designados como instrumentos de hedge refletem as operações de swap realizadas pela Controladora sob contratos celebrados com entidades financeiras, cuja finalidade é a troca, em intervalos específicos, da diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculadas em relação a um valor de principal nominal acordado, o que transforma as taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa então podem ser determinados em moeda local. Os valores justos desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente usados pelos participantes do mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a troca financeira é usada para cobrir riscos cambiais e/ou de juros de passivos financeiros tomados para adquirir ativo imobilizado.

A Controladora e suas subsidiárias mantêm documentos de apoio relativos às relações de hedge contábil e realizam testes de eficácia desde o reconhecimento inicial e ao longo do tempo da relação de hedge até seu desconhecimento. Nenhuma ineficácia foi identificada durante os períodos reportados.

Em 31 de dezembro de 2021, refere-se às seguintes operações:

<u>Instrumento de hedge</u>	<u>Natureza do risco coberto</u>	<u>Item coberto</u>	<u>Faixa de taxas para o item coberto</u>	<u>Faixa de taxas para instrumentos de hedge</u>	<u>Justo valor</u>
					242
Swap	Taxa de juros e taxa de câmbio	Passivo financeiro	IBR 3M	2,0545% - 2,145%	242

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

	<u>Menos de 1 mês</u>	<u>de 1 a 3 meses</u>	<u>de 3 a 6 meses</u>	<u>de 6 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Swap	-	242	-	-	-	242

Em 31 de dezembro de 2020, diz respeito às seguintes operações:

<u>Instrumento de hedge</u>	<u>Natureza do risco coberto</u>	<u>Item coberto</u>	<u>Faixa de taxas para o item coberto</u>	<u>Faixa de taxas para instrumentos de hedge</u>	<u>Justo valor</u>
					1.246
Swap	Taxa de juros e taxa de câmbio	Passivo financeiro	IBR 3M	2,0545% - 2,145%	1.246

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Swap	-	114	407	631	94	1.246

O saldo de outros passivos financeiros classificados como correntes ou não correntes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cobranças recebidas em nome de terceiros		
Instrumentos financeiros derivativos	80.710	68.820
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	592	17.317
Total corrente	242	1.152
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	81.544	87.289
Total não corrente	-	94
		94

Nota 28. Outros passivos não financeiros

O saldo de outros passivos não financeiros é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita recebida antecipadamente (1)		
Programas de fidelização de clientes (2)		
Adiantamentos de contratos de arrendamento e outros projetos	174.395	130.974
Adiantamentos de contratos que cobrem ativos mantidos para negociação (Nota 48.2)	37.015	29.180
Prestações recebidas sob "resêrvalo do plano".	5.655	3.799
Cupom de reaquisição	2.046	-
Total de outros passivos não financeiros	260	292
Correntes	99	9
Não correntes	219.470	164.254
	217.303	163.644
	2.167	610

(1) Refere-se principalmente à receita recebida antecipadamente de terceiros na venda de vários produtos através de meios de pagamento, arrendamento de instalações e alianças estratégicas. Os detalhes são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cartão presente	74.476	65.580
Cartão abrangente Cafam	11.097	10.106
Cartão de troca	4.723	4.046
Dados e minutos telefônicos comprados com antecedência	931	904
Cartão de combustível	743	775
Outros (a)	82.425	49.563
Total	174.395	130.974

(2) O saldo representa:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Adiantamentos recebidos de clientes domésticos	41.380	24.184
Cupons resgatáveis	26.613	10.114
Outros pagamentos antecipados recebidos de terceiros	14.432	15.265
Total outro	82.425	49.563

Os saldos desses programas incluídos na demonstração da posição financeira são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Programas "Hipermillas" e "Tarjeta Más" (subsidiárias Mercados Devoto S.A. e Supermercados Disco del Uruguay S.A., respectivamente. Club Libertad (subsidiária Libertad S.A.)	36.007	28.549
	1.008	631
Total	37.015	29.180

O saldo de outros passivos não financeiros classificados como circulantes ou não circulantes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita recebida antecipadamente	174.395	130.974
Programas de fidelização de clientes	37.015	29.180
Adiantamentos sob contratos e outros projetos	3.488	3.189
Adiantamento de contrato cobrindo ativos mantidos para negociação (Nota 48.2)	2.046	-
Prestações recebidas sob "reservado do plano".	260	292
Cupom de reaquisição	99	9
Corrente total	217.303	163.644
Adiantamentos sob contratos e outros projetos	2.167	610
Total não-corrente	2.167	610

Nota 29. Capital social, ações em tesouraria recompradas e prêmio sobre a emissão de ações

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital autorizado da Controladora está representado em 530.000.000 ações ordinárias com valor nominal de \$10 (*) cada; o capital subscrito e integralizado totaliza \$4.482; o número de ações em circulação é de 447.604.316 e o número de ações em tesouraria readquiridas é de 635.835 avaliadas em \$2.734.

(*) Expresso em pesos colombianos.

Os direitos ligados às ações são os direitos de falar e de voto por ação. Não foram concedidos privilégios sobre as ações, nem as ações são restritas de nenhuma forma. Além disso, não há contratos de opção sobre as ações da Controladora.

O prêmio na colocação das ações representa o maior valor pago sobre o valor nominal das ações e monta a \$4.843.466 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020. De acordo com as normas legais, este saldo pode ser distribuído como lucros na liquidação da empresa, ou na capitalização deste valor. Capitalização significa a transferência de uma parte desse prêmio para uma conta de capital como resultado da emissão de um dividendo baseado em ações.

Nota 30. Reservas, lucros acumulados e outro resultado abrangente

Reservas

Reservas são dotações feitas pela Assembleia Geral de Acionistas da Controladora sobre os resultados de períodos anteriores. Além da reserva legal, há uma reserva ocasional, uma reserva para reaquisição de ações e uma reserva para pagamento de dividendos futuros.

Lucros acumulados

Os Lucros acumulados incluem o efeito no patrimônio líquido da convergência para IFRS no valor de \$1.070.092 resultante da demonstração financeira de abertura preparada em 2014 sob IFRS 1, incluída nas normas contábeis e de informação financeira aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) em 31 de dezembro de 2014, regulamentadas na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", emendado em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432, em 19 de agosto de 2021 pelo Decreto Regulamentar 938 e em 9 de dezembro de 2021 pelo Decreto Regulamentar 1670, e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270.

Outro resultado abrangente acumulado

O saldo de cada componente de outro resultado abrangente na demonstração da posição financeira é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Valor bruto	Efeito fiscal	Valor líquido	Valor bruto	Efeito fiscal	Valor líquido
Medição de ativos financeiros pelo justo valor em outro resultado abrangente (1)	(12.199)	-	(12.199)	(11.267)	-	(11.267)
Medição de planos de benefícios definidos (2)	(3.582)	1.257	(2.325)	(5.910)	1.773	(4.137)
Diferenças cambiais de conversão (3)	(1.264.252)	-	(1.264.252)	(1.375.909)	-	(1.375.909)
(Perda) da cobertura dos fluxos de caixa (4)	6.023	(2.108)	3.915	(1.435)	441	(994)
(Perda) da cobertura de investimentos em empresas estrangeiras	(18.312)	(3.138)	(21.450)	(15.474)	(221)	(15.695)
Total de outro resultado abrangente acumulado	(1.292.322)	(3.989)	(1.296.311)	(1.409.995)	1.993	(1.408.002)
Outro resultado abrangente acumulado de participações não- controladoras			(56.154)			(57.340)
Outro resultado abrangente acumulado da entidade controladora			(1.240.157)			(1.350.662)

- (1) Refere-se a ganhos ou perdas acumulados decorrentes da avaliação pelo justo valor dos investimentos em instrumentos financeiros através de patrimônio líquido, menos os valores transferidos para lucros acumulados na venda de tais investimentos. As mudanças no justo valor não são reclassificadas para resultados do período.
- (2) Representa o valor acumulado dos ganhos ou perdas atuariais decorrentes dos planos de benefícios definidos da Controladora e de suas subsidiárias. O valor líquido das novas medidas é transferido para os lucros acumulados e não é reclassificado para o resultado do período.
- (3) Representa o valor acumulado das diferenças cambiais decorrentes da conversão de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultados de operações no exterior para a moeda de reporte da Controladora. As diferenças de conversão acumuladas são reclassificadas para resultados do período quando da alienação da operação no exterior. Inclui o efeito da conversão de ativos e passivos fiscais diferidos no valor de \$56.024 (Nota 26).
- (4) Representa o valor acumulado da parcela efetiva dos ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no justo valor dos instrumentos de hedge em um hedge de fluxo de caixa. O valor acumulado de ganhos ou perdas é reclassificado para resultados do período somente quando a operação coberta tem um efeito nos resultados do período ou quando uma operação altamente provável não está prevista para ocorrer, ou é incluída, como parte do valor contábil, em um item não-financeiro coberto.

Nota 31. Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes

O montante da receita das atividades ordinárias sob contratos com clientes é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Vendas de varejo (1) (Nota 47)	16.105.756	15.141.244
Receita de serviços (2)	609.303	512.280
Outras receitas ordinárias (3)	207.326	82.315
Total da receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes	16.922.385	15.735.839

- (1) O valor das vendas a varejo representa a venda de bens e projetos imobiliários líquidos de devoluções e abatimentos de vendas. Este valor inclui os seguintes itens:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Vendas de varejo, líquido de devoluções de vendas e descontos	16.048.995	15.073.989
Venda de estoques de projetos imobiliários (a)	56.761	67.255
Total de vendas no varejo	16.105.756	15.141.244

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, representa a venda de uma porcentagem do estoque do projeto imobiliário Montevidéu no valor de \$56.306 e a venda de uma porcentagem do estoque do projeto imobiliário La Secreta no valor de \$455. Em 31 de dezembro de 2020, representa a venda de uma porcentagem do estoque do projeto imobiliário Montevidéu no valor de \$66.200 e a venda de uma porcentagem do estoque do projeto imobiliário La Secreta no valor de \$1.055.

- (2) O saldo da receita de serviços refere-se a:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Arrendamento de bens imóveis	200.263	143.763
Distribuidores	94.988	91.354
Publicidade	80.300	83.917
Locação de espaço físico	63.185	42.813
Administração de bens imobiliários	38.814	31.952
Transporte	31.449	18.223
Serviços telefônicos	30.517	30.617
Comissões	25.931	22.807
Correspondente não-bancário	16.392	15.143
Transferências de recursos	7.474	6.500
Taxas de administração de viagens	5.520	2.409
Outras receitas provenientes da prestação de serviços	14.470	22.782
Total da receita de serviços	609.303	512.280

(3) Outras receitas ordinárias referem-se a:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Exploração de bens (a)	87.174	14.920
Envolvimento no acordo de colaboração (b)	63.742	-
Eventos de marketing	18.305	21.809
Receita de royalties	14.682	9.514
Receita de serviços financeiros	3.134	2.859
Outros	20.289	33.213
Total de outras receitas ordinárias	207.326	82.315

(a) Para 2021, representa principalmente receitas de taxas sobre o desenvolvimento e construção de projetos imobiliários no valor de \$74.938.

(b) Representa o envolvimento nos seguintes acordos de colaboração:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		
Kiire	59.050	-
Éxito Media	3.106	-
Total do envolvimento em acordos de colaboração	1.586	-
	63.742	-

Nota 32. Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas

O valor das despesas de distribuição é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Depreciação e amortização	383.535	366.994
Serviços	219.494	210.144
Impostos, exceto o imposto de renda	210.251	188.482
Combustíveis e energia	185.156	175.161
Reparos e manutenção	164.997	131.462
Publicidade	142.223	127.288
Comissões sobre cartões de débito e crédito	102.284	105.524
Transporte	46.266	57.142
Arrendamentos	44.557	41.391
Materiais de embalagem e marcação	40.860	35.917
Administração de instalações comerciais	34.034	32.162
Seguro	31.994	27.333
Honorários profissionais	31.742	30.224
Funcionários terceirizados	27.154	26.261
Outras despesas de provisão	7.271	18.716
Despesas legais	6.696	7.300
Despesas de viagem	3.203	1.553
Acordo de colaboração Autos Éxito	805	-
Contribuições e filiações	519	467
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	654	-
Outros	172.849	136.810
Total de despesas de distribuição	1.856.544	1.720.331

O valor das despesas administrativas e de vendas é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Depreciação e amortização	81.538	76.314
Impostos, exceto o imposto de renda	56.354	51.365
Honorários profissionais	53.539	44.555
Reparos e manutenção	37.212	27.505
Despesa de perda por redução ao valor recuperável	23.615	25.098
Serviços	15.307	13.892
Seguro	10.940	7.669
Funcionários terceirizados	10.538	9.037
Despesas de viagem	7.181	5.113
Combustíveis e energia	6.845	6.688
Administração de instalações comerciais	3.387	2.900
Contribuições e filiações	2.471	2.443
Arrendamentos	1.945	2.062
Transporte	1.093	1.840
Publicidade	850	785
Despesas legais	539	432
Transporte terrestre	328	-
Materiais de embalagem e marcação	225	323
Outros	33.545	28.580
Total de despesas de administração e vendas	347.452	306.601

Nota 33. Despesas com benefícios aos empregados

O valor das despesas com benefícios aos empregados incorridas por categoria significativa é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Salários e vencimentos	1.062.505	1.010.025
Contribuições para o sistema de previdência social	35.160	34.127
Outros benefícios a curto prazo para empregados	52.968	49.137
Total de despesas de benefícios a curto prazo dos empregados	1.150.633	1.093.289
Despesas com benefícios pós-emprego, planos de contribuição definida	101.042	88.055
Despesas com benefícios pós-emprego, planos de benefícios definidos	1.174	(478)
Total de despesas com benefícios pós-emprego	102.216	87.577
Despesas com benefícios de rescisão	6.702	6.137
Outros benefícios a longo prazo para os empregados	(129)	13
Outras despesas de pessoal	26.502	26.268
Total de despesas com benefícios aos empregados	1.285.924	1.213.284

Nota 34. Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos (perdas) líquidos

Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos líquidos incluem os efeitos dos eventos mais significativos ocorridos durante o período que distorceriam a análise de rentabilidade recorrente da Controladora e de suas subsidiárias; estes são definidos como elementos significativos de receitas e despesas incomuns cuja ocorrência é excepcional e os efeitos dos itens que, dada sua natureza, não estão incluídos em uma avaliação do desempenho operacional recorrente da Controladora e de suas subsidiárias, tais como perdas por redução ao valor recuperável, alienação de ativos não circulantes e o efeito de combinações de negócios, entre outros.

O montante líquido de outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outras (perdas) líquidas, é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Outra receita operacional		
Recorrente		
	31.588	22.680
Recuperação de perda por redução de créditos comerciais	3.272	861
Reembolso de custos e despesas relacionadas a impostos	2.987	1.579
Indenização das companhias de seguros	2.786	1.624
Recuperação de outras provisões relacionadas a ações trabalhistas	2.233	4.789
Reembolso de custos e despesas relacionadas a ACI	719	2.873
Recuperação de outras provisões relacionadas a ações civis	711	1.663
Recuperação de outras provisões	114	1.046
Total recorrente	44.410	37.115
Extraordinária		
Indenização das companhias de seguros	1.608	-
Recuperação de provisões relacionadas a processos de reorganização	1.103	16.789
Recuperação de outras provisões	47	6
Receita da ajuda do governo	-	46
Total extraordinária	2.758	16.841
Total de outra receita operacional	47.168	53.956
Outras despesas operacionais		
Outras despesas (1)	(19.967)	(19.483)
Despesas com imposto sobre fortunas	(15.981)	(18.356)
Despesas de reorganização (2)	(13.801)	(67.458)
Despesas relacionadas a emergências sociais (3)	-	(36.574)
Total de outras despesas operacionais	(49.749)	(141.871)
Outros ganhos (perdas) líquidos		
Desreconhecimento do ativo imobilizado (4)	(19.646)	(23.891)
Perda por redução ao valor recuperável da propriedade de investimento (5)	(7.874)	(4.797)
Perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (6)	(2.491)	(2.832)
(Despesas) receita da rescisão antecipada de contratos de arrendamento (7)	(835)	19.768
Perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (8)	4.778	-
Ganho da venda do ativo imobilizado (9)	3.370	2.651
Recuperação da perda por redução ao valor recuperável de propriedade de investimento (10)	1.060	-
Ganho da venda e desreconhecimento de ativos intangíveis	18	12
Ganho da venda e desreconhecimento de investimentos em ativos	-	802
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis, exceto o ágio (11)	-	(9.266)
Total de outras (perdas) líquidas	(21.620)	(17.553)

(1) Segue o detalhe de outras despesas

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Projetos especiais (a)	5.325	7.401
Fechamento de lojas	4.430	11.624
Desreconhecimento de estoque (b)	3.164	-
Projeto Suramérica	2.100	-
Plano de saúde (c)	1.723	-
Implementação da IFRS 16 - Arrendamentos	218	217
Reorganização de lojas	87	-
Projeto Bricks II	-	88
Outras despesas extraordinárias (b)	2.920	153
Total das outras despesas	19.967	19.483

(a) Representa despesas relevantes aos projetos especiais realizados pela Controladora como parte de sua análise de outras unidades de negócios e implementação de normas e leis.

(b) Representa o desreconhecimento de estoques e outras despesas extraordinárias decorrentes de atos contra a infra-estrutura de lojas da Controladora em diferentes cidades do país.

- (c) Representa as despesas do plano nacional de saúde estabelecido pelo Governo Nacional aplicadas aos empregados da Controladora e de suas Subsidiárias colombianas

- (2) Segue o detalhe das despesas da reorganização:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Plano de reorganização da Controladora e suas Subsidiárias colombianas (a)	7.767	
Transferência do plano de reorganização da operação Cedi Montevideú	5.104	64.389
Plano de reorganização da Libertad S.A.	930	-
Total das despesas de reorganização	13.801	3.069 67.458

- (a) Despesas do plano de reestruturação da Controladora e suas Subsidiárias colombianas, que inclui a compra do plano de excelência operacional e do plano de aposentadoria corporativa.

- (3) Em 2020, representa as despesas incorridas pela Controladora e suas subsidiárias como resultado da emergência sanitária da Covid-19.

- (4) O seguinte é um detalhe de desreconhecimento do ativo imobilizado:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Desreconhecimento de bens do fechamento de lojas	7.636	-
Desreconhecimento de máquinas e equipamentos por danos físicos	4.473	3.587
Desreconhecimento de bens da conciliação de contagens físicas	3.905	16.709
Desreconhecimento de edifícios por danos físicos	1.128	1.325
Desreconhecimento devido à obsolescência	916	233
Desreconhecimento de móveis e utensílios por danos físicos	743	1.384
Desreconhecimento de computadores por danos físicos	334	118
Desreconhecimento de reivindicações de seguros	208	37
Desreconhecimento de veículos por danos físicos	97	92
Outro desreconhecimento na Spice Investment Mercosur S.A. e usas subsidiárias	18	234
Outro desreconhecimento secundário	188	146
Desreconhecimento de melhorias em bens arrendados por danos físicos	-	26
Total do desreconhecimento do ativo imobilizado	19.646	23.891

- (5) Em 2021 representa a perda por redução ao valor recuperável do Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo no valor de \$2.490 e a perda por redução ao valor recuperável dos bens da Controladora no Viva Suba no valor de \$2.591 e Surtimax Cota no valor de \$2.793. (Nota 14).

Em 2020 representa a perda por redução ao valor recuperável do Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$704, Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo no valor de \$3.981 e ou propriedades da Controladora, ou seja, Lote 111 Rincón de Las Lomas no valor de \$1 e instalações comerciais no Centro Comercial Pereira Plaza no valor de \$111. (Nota 14).

- (6) Em 2021 representa a perda por redução ao valor recuperável na Controladora de edifícios comerciais do Centro Comercial San Mateo no valor de \$756 e perda por redução ao valor recuperável de benfeitorias em imóveis arrendados da Carulla Torre del Reloj no valor de \$239 e na Mercados Devoto S.A. no valor de \$1.496 perda por redução ao valor recuperável de benfeitorias em imóveis de terceiros de suas lojas. (Nota 13).

Em 2020 representa a perda por redução ao valor recuperável da Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$203, da Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo no valor de \$2.415 e da Mercados Devoto S.A. no valor de \$214. (Nota 13).

- (7) Em 2021 representa despesas e em 2020 representa receita decorrente do desreconhecimento dos direitos de uso e das obrigações de arrendamento ao término antecipado dos contratos e mudanças nos termos contratuais.

- (8) Representa a recuperação da perda por redução ao valor recuperável do Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$580 e do Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo no valor de \$4.198. (Nota 13).

- (9) Em 2021 basicamente representa um ganho com a venda de propriedades da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$2.180 e Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. no valor de \$936. Em 2020 representa principalmente um ganho com a venda de propriedades da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$2.117.

- (10) Representa a recuperação da da perda por redução ao valor recuperável no Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de US\$1.036 e na Controladora nas instalações do Centro Comercial Pereira Plaza no valor de US\$23 e do Lote 111 Rincón de Las Lomas no valor de US\$1. (Nota 14).

- (11) Em 2020 representa a diminuição dos direitos de exploração das instalações comerciais no valor de \$9.266 (Nota 17).

Nota 35. Receita e despesas financeiras

O montante das receitas e despesas financeiras é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	53.548	77.418
Ganho da diferença de câmbio	52.167	72.953
Receita de juros, capital circulante líquido	17.277	22.014
Outras receitas financeiras	50.827	27.810
Total das receitas financeiras	173.819	200.195
Despesas com juros de passivos de arrendamento	(94.555)	(133.322)
Perda por diferença de câmbio	(89.890)	(87.038)
Juros, empréstimos e despesas de arrendamento financeiro	(86.641)	(117.029)
Resultado líquido da posição monetárias, efeito da demonstração de resultados (1)	(62.100)	(8.914)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(16.343)	(76.337)
Outras despesas financeiras	(8.739)	(5.173)
Despesas líquidas da posição monetária, efeito da demonstração da posição financeira (1)	(6.191)	(14.097)
Despesas da Comissão	(5.115)	(3.916)
Total de despesas financeiras	(369.574)	(445.826)

(1) Representa os resultados decorrentes da posição monetária líquida das demonstrações contábeis da subsidiária Libertad S.A.

Nota 36. Participação da renda em associadas e joint ventures que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

A participação na renda de associados e joint ventures que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	5.340	13.333
Puntos Colômbia S.A.S.	1.894	6.335
Total	7.234	19.668

Nota 37. Lucros por ação

Os ganhos por ação são classificados como básicos ou diluídos. O objetivo do lucro básico é dar uma medida da participação de cada ação ordinária da entidade controladora no desempenho da Controladora durante os períodos de relatório. O objetivo dos lucros diluídos é dar uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da Controladora levando em consideração o efeito diluidor (diminuição nos lucros ou aumento nas perdas) das ações ordinárias potenciais em circulação durante o período.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Controladora não realizou transações com ações ordinárias potenciais, nem após a data de fechamento ou na data de divulgação destas demonstrações financeiras.

Seguem as informações relativas aos ganhos e número de ações utilizadas no cálculo dos ganhos básicos e diluídos por ação básica e diluída:

Em resultados por período:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da entidade controladora	474.681	230.872
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)	447,604,316	447,604,316
Lucros por ação básica e diluída atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)	1.060,49	515,80

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do período de operações contínuas	593.217	331.103
Deduzido: lucro líquido de operações contínuas atribuível a participações não-controladoras	118.256	99.030
Lucro líquido das operações contínuas atribuível aos acionistas da entidade controladora	474.961	232.073
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)	447.604,316	447.604,316
Lucros por ação básica e diluída de operações contínuas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)	1.061,11	518,48
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
(Prejuízo) líquido para o período de operações descontinuadas	(280)	(1.201)
Deduzido: lucro líquido de operações descontinuadas atribuível a participações não-controladas	-	-
(Prejuízo) líquido de operações descontinuadas atribuível aos acionistas da entidade controladora	(280)	(1.201)
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)	447.604.316	447.604.316
(Prejuízo) por ação básica e diluída de operações descontinuadas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)	(0,62)	(2,68)
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do período de operações contínuas	593.217	331,103
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)	447.604.316	447.604.316
Lucros por ação básica e diluída das operações contínuas (em pesos colombianos)	1.325,31	739,72
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
(Prejuízo) líquido para o período de operações descontinuadas	(280)	(1.201)
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)	447.604.316	447.604.316
(Prejuízo) por ação básica e diluída de operações descontinuadas (em Peso colombianos)	(0,62)	(2,68)
<u>No resultado total abrangente para o período:</u>		
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Ganho (perda) líquido atribuível aos acionistas da entidade controladora	585.186	(50.678)
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao (prejuízo) básico por ação (básico e diluído)	447.604,316	447.604,316
Lucros (prejuízos) por ação básica e diluída no resultado total abrangente (em pesos colombianos)	1.307,38	(113,22)

Nota 38. Transações com partes relacionadas

Nota 38.1. Remuneração do pessoal-chave da gerência

As operações entre a Controladora e suas subsidiárias e o pessoal chave da administração, incluindo representantes legais e/ou administradores, referem-se principalmente a contratos de emprego assinados entre as partes.

A remuneração do pessoal-chave da administração é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Benefícios a curto prazo para empregados	89.817	74.444
Benefícios pós-emprego	2.427	2.604
Benefícios da rescisão	-	1.192
Total da remuneração do pessoal-chave	92.244	78.240

Nota 38.2. Operações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à receita das vendas a varejo e outros serviços, bem como aos custos e despesas relacionados ao gerenciamento de risco e suporte de assistência técnica, compra de bens e serviços recebidos.

O valor da receita, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas é o seguinte:

	Receita	
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Joint ventures (1)	132.530	66.170
Empresas do Grupo Casino (2)	7.972	8.219
Entidade controladora (3)	-	369
Total da receita	140.502	74.758

	Custos e despesas	
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Joint ventures (1)	89.299	87.211
Empresas do Grupo Casino (2)	60.700	46.525
Entidade controladora (3)	9.777	9.848
Membros do Conselho	1.593	1.736
Total dos custos e despesas	161.369	145.320

(1) O montante da receita, dos custos e das despesas com cada joint venture é o seguinte:

Receita:

Descrição	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colômbia S.A.S.	
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Envolvimento no acordo de colaboração corporativa	59.049	-	-	-
Recuperação da ativação comercial	52.047	43.739	-	-
Rendimento em bônus, cupons e energia	14.224	14.122	-	-
Arrendamento de bens imóveis	4.886	5.247	-	-
Serviços	923	1.836	1.401	1.226
Receita total	131.129	64.944	1.401	1.226

Custos e despesas:

Descrição	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colômbia S.A.S.	
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Programa de fidelização do cliente	-	-	83.649	83.064
Comissões sobre meios de pagamento	5.650	4.147	-	-
Total dos custos e despesas	5.650	4.147	83.649	83.064

- (2) A receita está relacionada principalmente à prestação de serviços e taxas de sucesso dos fornecedores. Os custos e despesas acumulados resultam principalmente de serviços de otimização energética recebidos e intermediação na importação de bens, aquisição de bens e serviços de consultoria.

A receita de cada empresa é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Casino International	6.783	6.941
International Retail and Trade Services IG.	699	321
Greenyellow Energia de Colômbia S.A.S.	442	451
Distribution Casino France	48	499
Casino Services	-	7
Total da receita	7.972	8.219

Costs and expenses by each company are as follows:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Greenyellow Energia de Colômbia S.A.S.	36.152	23.336
Casino Guichard Perrachon S.A.	12.975	10.369
Distribution Casino France	5.329	8.604
Casino Services	2.778	1.288
Euris	1.742	1.669
International Retail Trade and Services	1.681	1.259
Cdiscount S.A.	43	-
Total dos custos e despesas	60.700	46.525

- (3) A receita representa uma taxa para a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD como consideração para o uso de marcas próprias têxteis no Brasil. Os custos e despesas referem-se a serviços de consultoria prestados pela Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

Nota 39. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos

Nota 39.1. Ativos financeiros

Nenhum prejuízo relevante a partir da perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foi identificado em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Nota 39.2. Ativos não financeiros

31 de dezembro de 2021

O valor contábil dos grupos de unidades geradoras de caixa é feito dos saldos de ágio, ativo imobilizado, propriedades de investimento, outros ativos intangíveis que não ágio, itens de capital de giro líquido e patrimônio líquido das subsidiárias domiciliadas no Uruguai e na Argentina mais os saldos de ágio.

Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, o ágio obtido através de combinações comerciais, marcas e direitos de exploração de instalações comerciais com vida útil indefinida foram alocados aos seguintes grupos de unidades geradoras de caixa:

	Grupos de unidades geradoras de caixa							Total
	Éxito	Carulla	Surtimax	Súper Ínter	Surtimayorista (1)	Uruguai (2)	Argentina (3)	
Ágio (Nota 16)	90.674	856.495	37.402	464.332	4.174	1.320.465	251.441	3.024.983
Marcas com vida útil indefinida (Nota 17)	-	-	17.427	63.704	-	94.319	66.720	242.170
Direitos com vida útil indefinida (Nota 17)	17.720	2.771	-	-	-	-	2.047	22.538

- (1) Mesmo que os estabelecimentos comerciais destinados à unidade geradora de caixa Surtimayorista não tenham ágio adquirido através de combinações comerciais, este valor alocado para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros resulta da mudança das lojas no formato Surtimax para este novo formato; ágio alocado aos estabelecimentos comerciais da unidade geradora de caixa Surtimax provém da combinação comercial em 2007 sob a fusão com Carulla Vivero S.A. conforme divulgado na Nota 16.
- (2) A Nota 16 revela um detalhe do ágio destinado à Spice Investments Mercosur S.A., Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A., Hermanos Ltda., Típsel S.A., Tedocan S.A. e Ardal S.A.
- (3) O ágio gerado a partir da combinação de negócios para a aquisição da operação da Libertad S.A. é detalhado na Nota 16. Marcas com vida útil indefinida e direitos com vida útil indefinida estão detalhadas na Nota 17.

O método utilizado para redução ao valor recuperável de ativos financeiros de unidades geradoras de caixa domiciliadas na Colômbia e no Uruguai foi o valor em uso dada a dificuldade de encontrar um mercado ativo que permita estabelecer o justo valor de tais ativos intangíveis. Com relação à unidade geradora de caixa domiciliada na Argentina, o método utilizado para testar a desvalorização foi o justo valor menos o custo de venda da carteira imobiliária de propriedade da subsidiária Libertad S.A.

O valor em uso foi estimado com base nos fluxos de caixa previstos pela administração da empresa durante um período de cinco anos, com base na taxa de crescimento de preços na Colômbia (Índice de Preços ao Consumidor - IPC), análises de tendências baseadas em resultados passados, planos de expansão, projetos estratégicos para aumentar as vendas e planos de otimização.

Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos foram inferidos utilizando uma taxa de crescimento real de 0%. Para a Controladora e suas subsidiárias, esta é uma abordagem conservadora que reflete o crescimento ordinário esperado para o setor na ausência de fatores inesperados que possam ter um efeito sobre o crescimento.

A alíquota de impostos incluída na previsão dos fluxos de caixa é a taxa na qual a Controladora espera pagar seus impostos durante os próximos anos. A alíquota utilizada para estimar o prejuízo de ágio das unidades geradoras de caixa Éxito, Carulla, Surtimax, Súper Ínter e Surtimayorista foi de 35% para 2022 em diante, alíquota em vigor na Colômbia em 31 de dezembro de 2021.

Para o ágio destinado à unidade geradora de caixa do Uruguai, a alíquota utilizada foi de 25%.

Os fluxos de caixa esperados foram descontados ao custo médio ponderado do capital (WACC) utilizando uma estrutura de endividamento do mercado para o tipo de indústria onde a Controladora opera; como resultado, o custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação foi de 7,40% para 2022 em diante.

O custo médio ponderado de capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa do Uruguai foi de 8,55% para 2022 em diante.

As variáveis que têm o maior impacto na determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são a taxa de desconto e a taxa de crescimento perpétuo. Estas variáveis são definidas da seguinte forma:

- (a) Taxa de crescimento perpétuo: A estimativa da taxa de crescimento é baseada nas expectativas de crescimento de preços para o país de acordo com pesquisas de mercado publicadas, razão pela qual uma redução na taxa abaixo da taxa esperada não é considerada razoável, dado que se espera que os fluxos de caixa das unidades cresçam para o mesmo nível ou mesmo 4% acima do aumento geral de preços na economia.
- (b) Taxa de desconto: A estimativa da taxa de desconto é baseada em uma análise do endividamento do mercado para a Controladora; uma mudança é considerada razoável se a taxa de desconto aumentasse em 1%, caso em que não haveria nenhuma diminuição no valor dos grupos de unidades geradoras de caixa.

O justo valor menos os custos de venda da carteira imobiliária da Libertad S.A. foi calculado com base nas avaliações totais realizadas por um avaliador independente em todos os imóveis de propriedade da subsidiária na Argentina. Os custos de venda são equivalentes ao passivo total da Libertad S.A. em 31 de dezembro de 2021, excluindo itens não monetários e interempresariais mais uma comissão de corretagem sobre a venda de imóveis equivalente a 3% do valor total das avaliações.

A depreciação do ativo imobilizado é o valor contábil que excede o valor recuperável; por sua vez, o valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de venda. Os ativos são agrupados em lojas, que geram fluxos de caixa independentes. O método utilizado para calcular o valor recuperável foi a abordagem de renda (valor em uso), dada sua adequada aproximação com o valor recuperável desses ativos.

Como resultado da observação de indícios de perda por redução ao valor recuperável e da aplicação da redução do valor recuperável de ativos financeiros, a perda por redução ao valor recuperável foi identificada na Controladora nas instalações comerciais dos edifícios do Centro Comercial San Mateo no valor de \$756 e nas melhorias na propriedade de terceiros da Carulla Torre del Reloj no valor de \$239 e na subsidiária Mercados Devoto S. A. no valor de US\$ 1.496 referentes a benfeitorias em suas lojas arrendadas; e na recuperação da perda por redução ao valor recuperável no Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de US\$ 580 e no Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo no valor de US\$ 4.198, conforme detalhado na Nota 13; a deterioração foi devidamente contabilizada com uma despesa para a renda do período, conforme detalhado na Nota 34.

O método utilizado para redução do valor recuperável das propriedades de investimento de propriedade da Controladora e suas subsidiárias foi a abordagem de receita dada sua proximidade com o justo valor de tais propriedades imobiliárias.

Em decorrência da redução do valor recuperável, houve uma recuperação da redução do valor do Patrimônio Autônomo Viva Palmas no valor de \$1.036 e das instalações comerciais de propriedade da Controladora localizadas no Centro Comercial Pereira Plaza no valor de \$23 e no Lote 111 Rincón de Las Lomas no valor de \$1; e da redução do valor do Patrimônio Autônomo Viva Sincelejo no valor de \$2.490 e da propriedade da Controladora Viva Suba no valor de \$2.591 e da Surtimax Cota no valor de \$2.793, conforme detalhado na Nota 14; a redução do valor foi devidamente contabilizada com uma despesa para a renda do período, conforme detalhado na Nota 34.

Exceto pelo acima exposto, não foi identificada nenhuma redução do valor contábil das unidades geradoras de caixa.

31 de dezembro de 2020

O valor contábil dos grupos de unidades geradoras de caixa é feito dos saldos de ágio, ativo imobilizado, propriedades de investimento, outros ativos intangíveis que não ágio, itens de capital de giro líquido e passivos de arrendamento financeiro associados aos itens de capital de giro; para as subsidiárias domiciliadas no Uruguai, Argentina e Argentina representa o valor patrimonial de tais subsidiárias mais os saldos de ágio.

Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, o ágio obtido através de combinações comerciais, marcas registradas e direitos de exploração de instalações comerciais com vida útil indefinida foram alocados aos seguintes grupos de unidades geradoras de caixa:

	Grupos de unidades geradoras de caixa							Total
	Éxito	Carulla	Surtimax	Súper Ínter	Surtimayorista (1)	Uruguai (2)	Argentina (3)	
Ágio (Nota 16)	90.674	856.495	37.402	464.332	4.174	1.224.794	175.664	2.853.535
Marcas com vida útil indefinida (Nota 17)	-	-	17.427	63.704	-	85.581	46.613	213.325
Direitos com vida útil indefinida (Nota 17)	17.720	-	-	-	-	-	1.132	18.852

- (1) Mesmo que os estabelecimentos comerciais destinados à unidade geradora de caixa Surtimayorista não tenham ágio adquirido através de combinações comerciais, este valor alocado para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros resulta da mudança das lojas no formato Surtimax para este novo formato; ágio alocado aos estabelecimentos comerciais da unidade geradora de caixa Surtimax provém da combinação comercial em 2007 sob a fusão com Carulla Vivero S.A., conforme divulgado na Nota 16.
- (2) A Nota 16 revela um detalhe do ágio destinado à Spice Investments Mercosur S.A., Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A., Hermanos Ltda., Típsel S.A., Tedocan S.A. e Ardal S.A.
- (3) O ágio gerado a partir da combinação de negócios para a aquisição da operação da Libertad S.A. é detalhado na Nota 16. Marcas com vida útil indefinida e direitos com vida útil indefinida estão detalhadas na Nota 17.

O método utilizado para redução do valor recuperável foi o valor em uso, dada a dificuldade de encontrar um mercado ativo que permita estabelecer o justo valor de tais ativos intangíveis.

O valor em uso foi estimado com base nos fluxos de caixa previstos pela administração durante um período de cinco anos, com base na taxa de crescimento de preços na Colômbia (Índice de Preços ao Consumidor - IPC), análises de tendências baseadas em resultados históricos, planos de expansão, projetos estratégicos para aumentar as vendas e planos de otimização; além disso, para o segmento argentino foi utilizado um período de previsão de 10 anos para refletir mais razoavelmente as perspectivas futuras da administração.

Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos foram inferidos utilizando uma taxa de crescimento real de 0%. De acordo com a Controladora, esta é uma abordagem conservadora que reflete o crescimento ordinário esperado para o setor na ausência de fatores inesperados que possam ter um efeito sobre o crescimento. Para a subsidiária Libertad S.A., o crescimento real estimado pela Controladora foi mantido para além do período de cinco anos.

A alíquota de impostos incluída na previsão dos fluxos de caixa é a taxa pela qual a Controladora espera pagar seus impostos durante os próximos anos. A taxa utilizada para estimar a perda de ágio das unidades geradoras de caixa Éxito, Carulla, Surtimax, Súper Ínter e Surtimayorista foi de 31% para 2021 e 30% para 2022 em diante, taxas em vigor na Colômbia em 31 de dezembro de 2020.

Para ágio destinado à unidade geradora de caixa do Uruguai, a taxa de imposto utilizada foi de 25%. Para ágio alocado para a unidade geradora de caixa da Argentina, a alíquota utilizada foi de 25%.

Os fluxos de caixa esperados foram descontados ao custo médio ponderado do capital (WACC) utilizando uma estrutura de endividamento de mercado para o tipo de indústria onde a Controladora opera; como resultado, o custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação foi de 5,63% para 2021, 6,55% para 2022 e 2023, 6,46% para 2024 e 6,55 para 2025 em diante.

O custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa do Uruguai foi de 11,0% para 2021, 10,3% para 2022, 9,4% para 2023, 9,3% para 2024 e 9,4% para 2025 em diante.

O custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado para a unidade geradora de caixa da Argentina foi 58,1% para 2021, 47,9% para 2022, 38,9% para 2023, 33,5% para 2024, 30,2% para 2025, 27,8% para 2026, 26,4% para 2027, 25,3% para 2028, 22,1% para 2029 e 19,6% para 2030.

As variáveis que têm o maior impacto na determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são a taxa de desconto e a taxa de crescimento perpétuo. Estas variáveis são definidas da seguinte forma:

- (a) Taxa de crescimento perpétuo: A estimativa da taxa de crescimento é baseada nas expectativas de crescimento de preços para o país de acordo com pesquisas de mercado publicadas, razão pela qual uma redução na taxa abaixo da taxa esperada não é considerada razoável, dado que se espera que os fluxos de caixa das unidades cresçam para o mesmo nível ou mesmo 1% acima do aumento geral de preços na economia.
- (b) Taxa de desconto: A estimativa da taxa de desconto é baseada em uma análise do endividamento do mercado para a Controladora; uma mudança é considerada razoável se a taxa de desconto aumentaria em 1,00%, caso em que não haveria nenhuma diminuição no valor dos grupos de unidades geradoras de caixa.

Como resultado desta análise, foi identificada uma perda na redução do valor de \$9.266 em direitos de exploração de instalações comerciais, devido ao fechamento de tais instalações em Éxito por \$2.136, Surtimax por \$1.524 e Súper Ínter por \$5.606, como detalhado na Nota 17; a perda na redução do valor foi devidamente contabilizada com uma taxa para os resultados do período, como detalhado na Nota 34.

O método utilizado para redução na perda do valor das propriedades de investimento de propriedade da Controladora e de suas subsidiárias foi a abordagem de receita dada sua proximidade com o justo valor de tais propriedades imobiliárias. Como resultado desta redução, foi identificada perda por redução ao valor recuperável das seguintes propriedades de investimento: Pereira Plaza Shopping Center no valor de \$111 e Rincón de las Lomas no valor de \$1; e as propriedades imobiliárias do Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo no valor de \$6.395 e do Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$907, como detalhado nas Notas 13 e 14; a perda de valor foi devidamente registrada com os resultados do período, como detalhado na Nota 34.

Exceto pelo acima exposto, não foi identificada nenhuma perda por redução ao valor recuperável no valor contábil das unidades geradoras de caixa.

Nota 40. Medição do justo valor

Segue abaixo uma comparação dos valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros e dos ativos e passivos não financeiros da Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 em bases periódicas, conforme exigido ou permitido por uma política contábil; os ativos e passivos financeiros cujo valor contábil é uma aproximação dos valores justos são excluídos, considerando que amadurecem no curto prazo (em menos ou até um ano), ou seja, em menos ou até um ano: créditos comerciais e outros devedores, dívidas comerciais e outros credores, cobranças em nome de terceiros e passivos financeiros de curto prazo.

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Justo valor	Valor contábil	Justo valor
Ativos financeiros				
Créditos comerciais e outras contas a receber pelo custo amortizado	22.363	20.871	37.618	35.491
Investimentos em fundos de private equity (Nota 12)	1.476	1.476	1.468	1.468
Contratos a termo medidos pelo justo valor no resultado (Nota 12)	11.057	11.057	4	4
Contratos de swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge (Nota 12)	6.023	6.023	566	566
Investimento em títulos (Nota 12)	6.896	6.828	31.307	31.315
Investimento em títulos em outro resultado abrangente (Nota 12)	18.716	18.716	17.064	17.064
Investimento em ações (Nota 12)	10.676	10.676	10.637	10.637
Ativos não financeiros				
Propriedade de investimentos (Nota 14)	1.656.245	2.797.335	1.578.746	2.577.877
Ativo imobilizado e propriedade de investimento detida para negociação (Nota 48)	24.601	24.601	19.942	19.942
Passivos financeiros				
Passivo financeiro e arrendamentos financeiros (Nota 20)	907.141	895.472	1.038.276	1.039.011
Opção de venda (1) (Nota 20)	509.870	509.870	417.386	417.386
Contratos de swap denominados como instrumentos de hedge (Nota 27)	242	242	1.246	1.246
Contratos a termo medidos pelo justo valor no resultado (Nota 27)	592	592	16.492	16.492
Contratos de swap de derivativos medidos pelo justo valor no resultado (Nota 27)	-	-	825	825
Passivos não financeiros				
Passivo por fidelização do cliente (Nota 28)	37.015	37.015	29.180	29.180

- (1) O desenvolvimento da medição da opção de venda durante o período foi:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	417.386
Mudanças no justo valor e efeitos de conversão reconhecidos em investimentos.	92.484
Saldo em 31 de dezembro de 2021	509.870

Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar os valores justos:

	Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos
Ativos				
Empréstimos a custo amortizado	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para empréstimos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	Taxa comercial das instituições bancárias para créditos de consumo sem cartão de crédito para horizontes de prazo semelhantes. Taxa comercial para empréstimos habitacionais VIS para horizontes de prazo semelhantes. N/A
Investimentos em fundos de private equity	Nível 1	Valor unitário	O valor da unidade do fundo é dado pelo valor do pré-fechamento do dia, dividido pelo número total de unidades do fundo no fechamento das operações do dia. O administrador do fundo avalia os ativos diariamente.	
Contratos a termo medidos pelo justo valor no resultado	Nível 2	Peso-dólar dos EUA A termo	A diferença é medida entre a taxa a termo acordada e a taxa a termo na data de avaliação relevante ao prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo e descontada ao valor presente usando uma taxa de juros de cupom zero. A taxa a termo é baseada no preço médio cotado para o preço de fechamento nos dois sentidos ("bid" e "ask").	Taxa de câmbio peso/dólar americano estabelecida no contrato a termo. Taxa de câmbio representativa do mercado na data da avaliação. Pontos a termo do mercado a termo Peso-Dólar Americano na data de avaliação. Número de dias entre a data de avaliação e a data de vencimento. Taxa de juros de cupom zero. Curva do Índice Bancário de Referência (RBI) 3 meses.
Contratos swap medidos pelo justo valor no resultado	Nível 2	Caixa operacional modelo de previsão de fluxos	O método usa fluxos de caixa de swap, previstos usando curvas de segurança do Tesouro do Estado que emite a moeda em que cada fluxo foi expresso, para desconto adicional ao valor atual, usando taxas de mercado de swap divulgadas pelas autoridades relevantes de cada país. A diferença entre as entradas e saídas de caixa representa o valor líquido do swap no fechamento em análise.	Curva TES de cupom zero. Trocar a curva LIBOR. Curva de Obrigações do Tesouro. IPC de 12 meses.
Contratos swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontado	O justo valor é calculado com base nos fluxos de caixa futuros previstos de operações utilizando curvas IDC e descontando-os ao valor presente, utilizando taxas de mercado IDC de swap, ambas como exibidas pela BM&FBovespa.	Curva IDC Taxa IDC para swaps
Investimentos em ações	Nível 1	Preços de cotação no mercado	O justo valor de tais investimentos é determinado como referência aos preços listados nos mercados ativos se as empresas forem listadas; em todos os outros casos, os investimentos são medidos ao custo considerado como determinado no balanço de abertura, considerando que o efeito é imaterial e que a realização de uma medição usando uma técnica de avaliação comumente usada pelos participantes do mercado pode gerar custos maiores do que o valor dos benefícios.	N/A
Investimento em títulos	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para investimentos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	IPC de 12 meses + Pontos de base negociados

	Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos
Ativos				
Propriedade de investimentos	Nível 1	Comparação ou método de mercado	Esta técnica envolve estabelecer o justo valor dos bens a partir de uma pesquisa de ofertas ou operações recentes de bens que são similares e comparáveis aos que estão sendo avaliados.	N/A
Propriedade de investimentos	Nível 3	Método dos fluxos de caixa descontados	Esta técnica proporciona a oportunidade de identificar o aumento da receita ao longo de um período previamente definido do investimento. O valor da propriedade é equivalente ao valor descontado dos benefícios futuros. Tais benefícios representam fluxos de caixa anuais (tanto positivos quanto negativos) durante um período, mais o ganho líquido decorrente da hipotética venda do imóvel no final do período de investimento.	Custo médio ponderado do capital Crescimento nas vendas do locatário Vaga Crescimento da renda
Propriedade de investimentos	Nível 3	Método do valor realizável	Esta técnica é utilizada onde quer que o imóvel seja adequado para o desenvolvimento urbano, aplicada a partir de uma estimativa de vendas totais de um projeto em construção, de acordo com as normas legais urbanas em vigor e de acordo com o mercado final de ativos vendáveis.	Valor realizável
Propriedade de investimentos	Nível 3	Método de custo de substituição	O método de avaliação consiste em calcular o valor de um imóvel totalmente novo, construído na data do relatório, com a mesma qualidade e conforto do imóvel em avaliação. Tal valor é chamado de valor de reposição; em seguida, é feita uma análise do prejuízo patrimonial decorrente do passar do tempo e da manutenção cuidadosa ou descuidada que o imóvel recebeu, o que é chamado de depreciação.	Valor físico do edifício e do terreno.
Ativos não circulantes classificados como detidos para negociação	Nível 2	Método do valor realizável	Esta técnica é utilizada onde quer que o imóvel seja adequado para o desenvolvimento urbano, aplicada a partir de uma estimativa das vendas totais de um projeto em construção, de acordo com as normas legais urbanas em vigor e de acordo com o mercado final de ativos vendáveis.	Valor realizável

	Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos
Passivos				
Passivos financeiros e arrendamentos financeiros medidos ao custo amortizado	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para empréstimos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	Índice Bancário de Referência (RBI) + Pontos Básicos Negociados. Taxa LIBOR + pontos-base negociados.
Contratos swap medidos pelo justo valor no resultado	Nível 2	Caixa operacional modelo de previsão de fluxos	O método usa fluxos de caixa de swap, previstos usando curvas de segurança do Tesouro do Estado que emite a moeda em que cada fluxo foi expresso, para desconto adicional ao valor atual, usando taxas de mercado de swap divulgadas pelas autoridades relevantes de cada país. A diferença entre as entradas e saídas de caixa representa o valor líquido do swap no fechamento em análise.	Curva do Índice Bancário de Referência (RBI) 3 meses. Curva TES de cupom zero. Trocar a curva LIBOR. Curva de Obrigações do Tesouro. IPC de 12 meses.
Instrumentos derivativos medidos pelo justo valor no resultado	Nível 2	Peso-dólar dos EUA A termo	A diferença é medida entre a taxa a termo acordada e a taxa a termo na data de avaliação relevante ao prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo e descontada ao valor presente usando uma taxa de juros de cupom zero. A taxa a termo é baseada no preço médio cotado para o preço de fechamento nos dois sentidos ("bid" e "ask").	Taxa de câmbio peso/dólar americano estabelecida no contrato a termo. Taxa de câmbio representativa do mercado na data da avaliação. Pontos a termo do mercado a termo Peso-Dólar Americano na data de avaliação. Número de dias entre a data de avaliação e a data de vencimento. Taxa de juros de cupom zero.
Contratos swap derivativos denominados como instrumentos hedge	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	O justo valor é calculado com base nos fluxos de caixa futuros previstos fornecidos pela operação sobre curvas de mercado e descontando-os ao valor presente, utilizando taxas de mercado de swap.	Curvas de swap calculadas pela Forex Finance Taxa de Câmbio do Representante de Mercado (TRM)
Responsabilidade de fidelização do cliente	Nível 3	Valor de mercado	A responsabilidade de fidelidade do cliente é atualizada de acordo com o valor médio de mercado para os últimos 12 meses e o efeito da taxa de resgate esperada, determinada em cada operação do cliente.	Número de pontos resgatados, expirados e emitidos. Valor dos pontos. Taxa de resgate esperada.
Títulos emitidos	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para títulos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	IPC de 12 meses
Passivos de arrendamento	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros de contratos de arrendamento são descontados usando a taxa de mercado para empréstimos em condições similares na data de início do contrato, de acordo com o prazo mínimo irrevogável.	Índice Bancário de Referência (RBI) + pontos-base de acordo com o perfil de risco.
Opção de venda	Nível 3	Fórmula dada	Medido pelo justo valor usando uma determinada fórmula de acordo com um contrato executado com interesses não-controladores do Grupo Disco, usando dados de entrada de nível 3.	Lucro líquido da Supermercados Disco del Uruguay S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Taxa de câmbio dólar americano-peso uruguaio na data da avaliação Taxa de câmbio dólar americano-peso colombiano na data da avaliação Total de ações da Supermercados Disco del Uruguay S.A.

Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos
-------------------	----------------------	-----------------------------------	---------------------------------

Os dados de entrada materiais não observáveis e uma análise de sensibilidade de avaliação sobre a avaliação do "contrato de opção de venda" referem-se a:

	Dados de entrada de material não observável	Faixa (média ponderada)	Sensibilidade dos dados de entrada na estimativa do justo valor
Opção de venda	Resultado líquido da Supermercados Disco del Uruguay S.A. em 31 de dezembro de 2021	\$121.257	Um aumento significativo em qualquer dado de entrada considerado individualmente resultaria em uma medição significativamente maior do justo valor.
	Ebitda da Supermercados Disco del Uruguay S.A., consolidado em 12 meses	\$173.097	
	Dívida financeira líquida da Supermercados Disco del Uruguay S.A., consolidada em 6 meses	(\$179.693)	
	Preço fixo do contrato	\$556.709	
	Taxa de câmbio dólar americano-peso uruguaio na data de avaliação	\$44,70	
	Taxa de câmbio dólar americano-peso colombiano na data da avaliação	\$3.981,16	
	Total de ações da Supermercados Disco del Uruguay S.A.	443.071.575	

A Controladora identifica se ocorreram transferências entre níveis de hierarquia de justo valor, através de uma mudança nas técnicas de avaliação, de tal forma que a nova medição seja a imagem mais precisa do novo justo valor do ativo ou passivo avaliado.

Podem ocorrer mudanças nas hierarquias se novas informações estiverem disponíveis, certas informações usadas para avaliação não estiverem mais disponíveis, há mudanças que resultam na melhoria das técnicas de avaliação ou mudanças nas condições de mercado.

Não houve transferências entre as hierarquias de nível 1 e nível 2 durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Nota 41. Ativos e passivos contingentes

Nota 41.1. Ativos contingentes

Nenhum ativo contingente material foi reconhecido pela Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Nota 41.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são:

(a) Os seguintes processos estão em andamento, buscando que a Controladora seja isenta do pagamento dos valores reclamados pela entidade reclamante:

- Discussão administrativa com DIAN no valor de \$32.225 (31 de dezembro de 2020 - \$29.963) referente ao aviso de exigência especial 112382018000126 de 17 de setembro de 2018 informando sobre uma proposta de alteração da declaração de imposto de renda para 2015. Em setembro de 2021, o DIAN apresentou um novo aviso reafirmando sua proposta. Entretanto, assessores externos consideraram o processo como um passivo contingente.
- Resoluções por meio das quais a Direção Distrital de Impostos de Bogotá emitiu à Controladora um acordo oficial de revisão do imposto de indústria e comércio para os períodos bimestrais 4, 5 e 6 de 2011, com base em suposta inexatidão nos pagamentos, no valor de \$ 11.830 (31 de dezembro de 2020 - \$ 1.830).
- As resoluções emitidas pela Direção Distrital de Finanças de Bogotá por meio das quais a declaração de impostos da Controladora para os períodos bimestrais 2, 3, 4, 5 e 6 de 2012 foi emendada com base em supostas imprecisões nos pagamentos no valor de \$-(31 de dezembro de 2020 - \$5.000). Esta contingência foi classificada como de ocorrência remota em junho de 2021.
- Reclamação com base no não cumprimento das condições contratuais, solicitando danos decorrentes da compra e venda de um imóvel no valor de \$2.600 (31 de dezembro de 2020 - \$2.600).
- Resolução e avaliação oficial impondo penalidades à Controladora com base em erros na auto-avaliação das contribuições ao Sistema de Previdência Social no valor de US\$-(31 de dezembro de 2020 - \$940). Em junho de 2021, esta contingência foi classificada como provável e lançada sob outras provisões.

(b) Outros processos:

- Ação ajuizada contra a Controladora com base na responsabilidade de terceiros no valor de \$-(31 de dezembro de 2020 - \$500) por supostos danos a um cliente nas instalações da loja Éxito Santa Marta.

(c) Outras responsabilidades contingentes:

- Desde 1º de junho de 2017, a Controladora concedeu uma garantia em nome de sua subsidiária Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. para cobrir uma possível inadimplência de suas obrigações. Em 11 de agosto de 2021, o valor foi atualizado para US\$ 2.935.
- A Controladora atua como principal responsável por uma garantia bancária no valor de US\$ 95 em favor do Bolsa Mercantil de Colômbia.
- A Controladora Éxito Viajes y Turismo S.A.S. concedeu uma garantia em favor da Aerovías del Continente Americano S.A. no valor de \$325.
- A Subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S. é ré em uma ação de proteção ao consumidor nos termos da Seção 4 do Decreto 557 do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, com escopo do estado de emergência sanitária declarado em 12 de março de 2020, no valor de US\$ 915 cobrindo 198 processos.
- Como exigido por algumas seguradoras e como requisito para a emissão de títulos de conformidade, durante 2021 algumas subsidiárias e a Controladora, como devedora conjunta e solidária de algumas de suas subsidiárias, concederam certas garantias a esses terceiros. Abaixo um detalhe das garantias concedidas:

<u>Tipo de garantia</u>	<u>Descrição e detalhes da garantia</u>	<u>Companhia de seguro</u>
Nota promissória sem limites	Título de conformidade A Controladora atua como devedora conjunta e solidária do Patrimonio Autónomo Viva Barranquilla	Seguros Generales Suramericana S.A.
Nota promissória sem limites	Título de conformidade outorgado por Éxito Industrias S.A.S.	Seguros Generales Suramericana S.A.
Nota promissória sem limites	Título de conformidade outorgado por Éxito Viajes y Turismo S.A.	Berkley International Seguros Colômbia S.A.

Esses passivos contingentes, cuja natureza é a de passivos potenciais, não são reconhecidos na demonstração da posição financeira; em vez disso, são divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nota 42. Compensação de ativos e passivos financeiros

Seguem os detalhes dos ativos e passivos financeiros que são mostrados compensados na demonstração da posição financeira:

Ano	Ativos financeiros	Valor bruto de ativos financeiros reconhecidos	Valor bruto de passivos financeiros reconhecidos	Valor líquido de ativos financeiros reconhecidos
2021	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 12) (1)	-	-	6.023
	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 12) (1)	-	-	11.057
2020	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 12) (1)	-	-	566
	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 12) (1)	-	-	4

Ano	Passivos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros reconhecidos	Valor bruto de ativos financeiros reconhecidos	Valor líquido de ativos financeiros reconhecidos
2021	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27) (1)	-	-	592
	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 27) (1)	-	-	242
	Débitos comerciais e outras contas a pagar (2)	3.740.287	356.375	3.383.912
2020	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27) (1)	-	-	17.317
	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 27) (1)	-	-	1.246
	Débitos comerciais e outras contas a pagar (2)	3.570.700	385.437	3.185.263

(1) A Controladora e suas subsidiárias realizam operações de derivativos e celebram contratos de hedge forward e swap para se proteger contra flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros sobre contas a pagar e passivos financeiros. Tais itens são mensurados pelo justo valor. A Nota 40 revela o justo valor desses instrumentos financeiros. Para 2021, a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos compreende valor intrínseco mais valor temporário, razão pela qual os direitos e obrigações não podem ser individualizados.

(2) A Controladora e suas subsidiárias firmaram contratos de compensação com fornecedores, decorrentes da aquisição de estoques. Tais itens são incluídos em contas a pagar comerciais.

Nenhum valor não esclarecido relacionado a garantias ou outros instrumentos financeiros foi reconhecido na demonstração da posição financeira da Controladora e de suas subsidiárias.

Nota 43. Dividendos declarados e pagos

Em 31 de dezembro de 2021

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora, realizada em 25 de março de 2021, declarou um dividendo de US\$173.223, equivalente a um dividendo anual de US\$387 por ação (*), pagável da seguinte forma:

- Aos acionistas minoritários (participações não-controladoras) em um único pagamento em 5 de abril de 2021, e
- Para o acionista majoritário em duas parcelas: 33% pagável em 5 de abril de 2021 e 67% pagável em 1 de setembro de 2021.

Os dividendos pagos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizaram \$173.174.

(*) Expresso em pesos colombianos.

Os dividendos declarados e pagos aos proprietários de participações não-controladoras em subsidiárias durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes

	Dividendos declarados	Dividendos pagos
Patrimonio Autónomo Viva Malls	63.487	69.550
Grupo Disco del Uruguay S.A.	44.205	42.758
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	6.414	5.639
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	3.825	3.193
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	3.463	3.463
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	1.869	1.829
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	1.279	1.251
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1.247	1.058
Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo	1.075	1.568
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	909	-
Total	127.773	130.309

Em 31 de dezembro de 2020

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora, realizada em 19 de março de 2020, declarou um dividendo de US\$ 1.091.259, equivalente a um dividendo anual de US\$ 2.438 por ação (*), pagável em uma única prestação entre o primeiro e o décimo primeiro dia útil de abril de 2020.

Os dividendos pagos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram \$1.125.518.

(*) Expresso em pesos colombianos.

Os dividendos declarados e pagos aos proprietários de participações não-controladoras em subsidiárias durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Dividendos declarados	Dividendos pagos
Patrimonio Autónomo Viva Malls	40.821	20.948
Grupo Disco del Uruguay S.A.	18.630	19.536
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	6.880	8.931
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	3.671	2.264
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	2.282	2.665
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	1.416	1.432
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	573	679
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	301	258
Total	74.574	56.713

Nota 44. Arrendamentos

Nota 44.1. Arrendamento financeiro quando a Controladora e suas subsidiárias são locatários

A Controladora e suas subsidiárias assinaram contratos de arrendamento financeiro sobre ativo imobilizado. O total das prestações mínimas e seus valores presentes nos contratos de arrendamento financeiro são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Até um ano	-	3.857
De 1 a 5 anos	-	3.143
Prestações mínimas nos contratos de arrendamento financeiro	-	7.000
Despesas de financiamento futuro	-	7.000
Total de prestações líquidas mínimas nos arrendamentos financeiros (1)	-	(152)
		6.848

(1) Durante 2021, a Controladora rescindiu antecipadamente os contratos de arrendamento financeiro sobre o arrendamento do ativo imobilizado.

Nenhuma prestação contingente foi reconhecida na renda durante os períodos de relatório.

Nota 44.2. Arrendamentos operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são locatários

Os contratos reconhecidos como arrendamento operacional referem-se a arrendamentos cujos ativos subjacentes são ativos de baixo custo, tais como móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos e equipamentos de escritório, contratos de arrendamento relativos a todos os ativos subjacentes com prazos inferiores a um ano, e contratos de arrendamento sobre ativos intangíveis, que foram excluídos das exigências da IFRS 16. Os contratos de arrendamento de lojas com prestação variável de arrendamento também são reconhecidos como arrendamentos operacionais, que estão isentos das exigências da IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2021, a despesa e o custo do arrendamento decorrente dos contratos de arrendamento operacional reconhecidos na receita totalizava \$49.664 (31 de dezembro de 2020 - \$46.493).

Nota 44.3. Arrendamentos operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são arrendadores

A Controladora e suas subsidiárias assinaram contratos de arrendamento operacional de propriedades de investimento. O total de prestações mínimas futuras sob contratos de arrendamento operacional irrevogáveis para os períodos de relatório são:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Até um ano	204.750	156.734
De 1 a 5 anos	244.942	224.789
Mais de 5 anos	153.603	162.052
Total de prestações mínimas sob arrendamentos operacionais irrevogáveis	603.295	543.575

A Controladora e suas subsidiárias fizeram uma análise e concluíram que os contratos de arrendamento operacional não podem ser cancelados durante seu período de vigência. É necessário o acordo prévio das partes para rescindir e um pagamento mínimo de cancelamento é exigido, variando de 1 a 12 prestações mensais, ou uma porcentagem fixa sobre o prazo restante.

Em 31 de dezembro de 2021, a receita dos arrendamentos reconhecidos em renda totalizava \$302.262 (31 de dezembro de 2020 - \$218.528) incluindo a receita do arrendamento de propriedade de investimento no valor de \$300.541 (31 de dezembro de 2020 - \$220.706). As prestações contingentes incluídas na receita dos arrendamentos totalizaram \$162.172 (31 de dezembro de 2020 - \$147.828).

Nota 45. Sazonalidade das operações

Os ciclos operacionais da Controladora e de suas subsidiárias indicam certa sazonalidade nos resultados operacionais e financeiros; para a Controladora e suas Subsidiárias colombianas, há uma concentração durante o último trimestre do ano, principalmente por causa do Natal e dos "Dias de Preços Especiais", que é o segundo evento promocional mais importante do ano; para as subsidiárias estrangeiras há uma concentração durante o primeiro semestre do ano, principalmente por causa dos carnavais e da Páscoa, e durante o último trimestre do ano, por causa do Natal.

Nota 46. Política de gerenciamento de risco financeiro

Os instrumentos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias são classificados de acordo com sua natureza, características e o propósito para o qual foram adquiridos ou emitidos.

A Controladora e suas subsidiárias mantêm instrumentos medidos pelo justo valor através da receita, com o objetivo de mantê-los para investimento ou gerenciamento de risco no caso de instrumentos financeiros derivativos não classificados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa.

A Controladora e suas subsidiárias utilizam instrumentos financeiros derivativos apenas como uma medida de defesa positiva contra riscos identificados. O total dos ativos e passivos subjacentes sob contratos de instrumentos financeiros está limitado ao valor dos ativos e passivos reais que envolvem um risco subjacente. O único objetivo das operações com instrumentos financeiros derivativos é reduzir a exposição à flutuação das taxas de juros e taxas de câmbio e manter uma estrutura adequada da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias eram compostos por:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020
Ativos financeiros		
Capital circulante líquido (Nota 7)	2.541.579	2.409.391
Créditos comerciais e outras contas a receber (Nota 8)	684.051	504.910
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10) (1)	56.475	39.458
Outros ativos financeiros (Nota 12)	54.961	61.103
Total de ativos financeiros	3.337.066	3.014.862
Passivos financeiros		
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 23) (1)	65.646	50.487
Débitos comerciais e outras contas a pagar (Nota 24)	5.186.555	4.678.146
Passivos financeiros (Nota 20)	1.417.011	1.455.662
Passivo de arrendamento (Nota 25)	1.594.643	1.542.895
Outros passivos financeiros (Nota 27)	81.544	87.383
Total de passivos financeiros	8.345.399	7.814.573
Exposição (passivo) líquida	(5.008.333)	(4.799.711)

(1) Operações com partes relacionadas referem-se a operações entre a Controladora e suas associadas, joint ventures e outras partes relacionadas, e são realizadas de acordo com os preços gerais de mercado, termos e condições.

Considerações de fatores de risco que podem ter um efeito sobre os negócios da Controladora

Estrutura geral de gerenciamento de risco

A Controladora implementou um sistema de Gerenciamento de Risco Abrangente que cobre os vários níveis de gerenciamento de risco: estratégico, tático ou empresarial e operacional.

Atividades, funções e responsabilidades são definidas no modelo de gerenciamento de risco implementado pela Controladora e endossado pelo Comitê de Auditoria e Risco, no contexto das diretrizes da política de risco.

Durante 2021, em conformidade com a política abrangente de gerenciamento de riscos e a fim de assegurar a continuidade e sustentabilidade do negócio e da operação, foi realizada uma análise dos principais riscos e tendências à luz do contexto interno e externo e das tendências de risco globais e do setor, com a participação e liderança da Alta Administração, onde foi obtido um novo perfil estratégico de risco e foram definidas e implementadas estratégias de gerenciamento de risco. Os riscos neste nível foram revisados pelo Comitê de Auditoria e Risco e endossados pelo Conselho de Administração da Controladora. Da mesma forma, tal análise foi aplicada aos diversos negócios das subsidiárias.

A Controladora fez progressos no processo de redefinição do novo modelo de governança, risco e conformidade (Modelo GRC), buscando integrar o gerenciamento de risco à arquitetura de controle da empresa e desenvolvendo o gerenciamento de risco operacional como parte do programa de autocontrole.

De acordo com tal arquitetura de controle, foram implementados controles em todos os níveis, processos e áreas da Controladora, através de um conjunto de princípios, regulamentos, procedimentos e mecanismos de verificação e avaliação definidos.

Alguns dos mecanismos de monitoramento implementados para alcançar os objetivos de controle são:

- Um processo de compliance a partir do qual o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, o programa de transparência e o sistema de proteção de dados pessoais são gerenciados de forma abrangente;
- Relatórios periódicos de gerenciamento de risco;
- Uma avaliação da eficácia operacional dos controles decorrentes da implementação da Lei Sox, e
- O programa de autocontrole, atualmente em reformulação, que permite uma auto-avaliação dos riscos mais críticos e controles-chave pelos líderes do processo, e uma definição de planos de ação corretivos onde quer que os desvios sejam identificados;
- Todos os outros sistemas de controle gerenciados a partir dos vários processos que fazem a primeira e a segunda linha de defesa.

Órgãos de informação sobre gerenciamento de risco e sistema de controle interno:

- Em um nível estratégico: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Risco, Comitê de Presidência e Comitê de Alta Direção.
- A um nível tático: Partes responsáveis pelos negócios e Comitê Interno de Risco.
- Em um nível operacional: Proprietários de processos através de autocontrole.

A auditoria interna, de forma independente e objetiva, avalia o sistema de controle interno organizacional e de gestão de riscos.

O Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Risco, supervisionou os processos de informação e relatórios financeiros, gestão abrangente de risco, revisão do progresso e situações significativas na implementação da Lei Sox, revisão do sistema e arquitetura de controle interno, incluindo o acompanhamento da gestão da Auditoria Interna e do Revisor Oficial de Contas, conformidade com os regulamentos aplicáveis à empresa, o programa de transparência, o sistema de proteção de dados pessoais e o sistema de prevenção e controle de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Além disso, as operações entre partes relacionadas e a resolução de conflitos de interesses entre a alta administração e o Conselho de Administração foram submetidas à consideração do Comitê de Auditoria.

Gerenciamento de risco financeiro

Além dos instrumentos derivativos, os passivos financeiros mais significativos da Controladora incluem dívidas, obrigações de arrendamento financeiro e empréstimos com juros, contas a pagar comerciais e outras contas a pagar. O principal objetivo de tais passivos é financiar as operações da Controladora e de suas subsidiárias e manter níveis adequados de capital de giro e dívida financeira líquida.

Os ativos financeiros mais significativos da Controladora e de suas subsidiárias incluem empréstimos, devedores comerciais e outras contas a receber, caixa e colocações de curto prazo diretamente resultantes de operações do dia-a-dia. A Controladora e suas subsidiárias também têm outros investimentos classificados como ativos financeiros mensurados ao justo valor, que, de acordo com o modelo de negócio, têm efeitos na receita do período ou em outras receitas abrangentes. Além disso, outros direitos podem surgir de operações com instrumentos derivativos e serão contabilizados como ativos financeiros.

A Controladora e suas subsidiárias estão expostas a riscos de mercado, crédito e liquidez. A administração da Controladora e de suas subsidiárias monitoram a maneira como tais riscos são gerenciados, através dos órgãos relevantes da organização projetados para tal fim. O escopo das atividades do Conselho de Administração inclui um comitê financeiro que supervisiona tais riscos financeiros e a estrutura corporativa de gerenciamento de riscos financeiros mais apropriada. O comitê financeiro apoia a administração da Controladora e de suas subsidiárias no sentido de que as atividades de assunção de riscos financeiros estejam dentro da estrutura aprovada de políticas e procedimentos corporativos, e que tais riscos financeiros sejam identificados, medidos e gerenciados de acordo com tais políticas corporativas.

As atividades de gerenciamento de risco financeiro relacionadas a todas as operações com instrumentos derivativos são realizadas por equipes de especialistas com as habilidades e experiência necessárias, que são supervisionadas pela estrutura organizacional. De acordo com as políticas corporativas da Controladora e de suas subsidiárias, nenhuma operação com instrumentos derivativos pode ser realizada apenas para especulação. Mesmo que os modelos de contabilidade de operações de hedge nem sempre sejam aplicados, os derivativos são negociados com base em um elemento subjacente que, de fato, requer tal hedge de acordo com análises internas.

O Conselho de Administração analisa e concorda com as políticas aplicáveis para gerenciar cada um desses riscos, que são resumidas a seguir:

a. Risco de crédito

Um risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra com suas obrigações assumidas sob um instrumento financeiro ou acordo comercial, resultando em perda financeira. A Controladora e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito decorrente de suas atividades operacionais (particularmente de devedores comerciais) e de suas atividades financeiras, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima a riscos de crédito.

Capital circulante líquido

O risco de crédito decorrente de saldos com bancos e entidades financeiras é gerenciado de acordo com as políticas corporativas definidas para esse fim. Os fundos excedentes são investidos somente com contrapartes aprovadas pelo Conselho de Administração e dentro de jurisdições previamente estabelecidas. Em uma base contínua, a administração revisa as condições financeiras gerais das contrapartes, avaliando os rácios financeiros mais significativos e as classificações de mercado.

Créditos comerciais e outras contas a receber

O risco de crédito associado aos créditos comerciais é baixo dado que a maioria das vendas da Controladora e de suas subsidiárias são à vista (dinheiro e cartões de crédito) e as atividades de financiamento são conduzidas sob acordos comerciais que reduzem a exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco. Além disso, existem departamentos administrativos de cobrança que monitoram permanentemente os índices, números, comportamentos de pagamento e modelos de risco de cada terceiro.

Não há créditos comerciais que individualmente sejam equivalentes ou superiores a 5% das contas a receber ou vendas, respectivamente.

Garantias

A Controladora e suas subsidiárias não concedem garantias, garantias ou cartas de crédito, nem emitem títulos arquivados ou em branco, ou outros ônus ou direitos contingentes em favor de terceiros. Excepcionalmente, podem impor ônus, dependendo da relevância do negócio, do valor do passivo contingente e do benefício para a Controladora ou suas subsidiárias. Além disso, há certas notas promissórias utilizadas no curso regular da operação com bancos e tesouraria. A partir de 31 de dezembro de 2021, a Controladora está listada como concedente de uma garantia em favor de sua subsidiária Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. no valor de \$2.935 para cobrir possível inadimplência de suas obrigações, atua como principal de uma garantia bancária no valor de \$95 em favor da Bolsa Mercantil de Colômbia e atua como devedora conjunta e solidária da subsidiária Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla a pedido de algumas companhias seguradoras e como uma exigência para a emissão de títulos de conformidade. A Éxito Viajes y Turismo S.A.S. concedeu uma garantia em favor da Aerovías del Continente Americano S.A. no valor de US\$325. As subsidiárias Exito Industrias S.A.S. e Éxito Viajes y Turismo S.A.S. concederam algumas garantias a seguradoras e como requisito para a emissão de títulos de conformidade.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, ou seja, mudanças nas taxas de câmbio, taxas de juros ou preços de ações, tenham um efeito negativo sobre a receita da Controladora e de suas subsidiárias ou sobre o valor dos instrumentos financeiros que ela detém. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a este risco dentro de parâmetros razoáveis, otimizando ao mesmo tempo a rentabilidade.

Risco da taxa de juros

O risco da taxa de juros é o risco de que o justo valor dos ativos e passivos financeiros, ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros, fluam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. A exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco de taxa de juros está principalmente relacionada a obrigações de dívida incorridas a taxas de juros variáveis ou indexadas a um índice fora do controle da Controladora e de suas subsidiárias.

A maioria das obrigações financeiras da Controladora e de suas subsidiárias está indexada a taxas variáveis de mercado. Para gerenciar o risco, a Controladora e suas controladas realizam operações de câmbio financeiro através de instrumentos financeiros derivativos (swaps de taxas de juros) com instituições financeiras previamente aprovadas, sob as quais concordam em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e taxas de juros variáveis estimadas sobre um montante de principal nominal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa podem então ser determinados.

Risco da moeda

O risco cambial é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros fluam devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco cambial está vinculada a operações passivas em moeda estrangeira associadas a dívidas de longo prazo e às atividades operacionais da Controladora e de suas subsidiárias (sempre que as receitas e despesas forem denominadas em moeda diferente da moeda funcional), bem como aos investimentos líquidos da Controladora e de suas subsidiárias no exterior.

A Controladora e suas subsidiárias gerenciam o risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (nomeadamente forwards e swaps) onde quer que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade.

Sempre que a natureza do hedge não seja econômica, a política da Controladora e de suas subsidiárias é negociar as condições dos instrumentos derivativos de tal forma que eles se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que são o objetivo do hedge, buscando maximizar a eficácia na exposição a tais variáveis. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como operações de hedge; entretanto, a política da Controladora e de suas subsidiárias é não realizar operações apenas para especulação e, conseqüentemente, mesmo que não sejam classificados como contabilidade de operações de hedge, os instrumentos financeiros derivativos estão associados a um elemento subjacente e a um valor notional que expõe a Controladora a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas Subsidiárias colombianas haviam coberto quase 100% de suas compras e passivos em moeda estrangeira.

Risco do preço das ações

O capital social emitido, o prêmio na emissão ou colocação de ações e todas as outras reservas patrimoniais atribuíveis aos acionistas da entidade controladora estão incluídos para fins de administração do preço das ações da Controladora. O principal objetivo de administrar o patrimônio líquido da Controladora é maximizar o valor para os acionistas.

A Controladora administra sua estrutura patrimonial e faz os ajustes necessários em função das mudanças nas condições e exigências econômicas sob cláusulas financeiras. Para manter e ajustar sua estrutura de capital, a Controladora também pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reembolsar contribuições de capital ou emitir novas ações.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Controladora e suas subsidiárias enfrentem dificuldades para cumprir suas obrigações associadas aos passivos financeiros, que são liquidadas pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Controladora para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ela sempre terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em circunstâncias normais ou de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

A Controladora e suas subsidiárias gerenciam riscos de liquidez monitorando diariamente seus fluxos de caixa e vencimentos de ativos e passivos financeiros, e mantendo relações adequadas com as instituições financeiras relevantes.

O objetivo da Controladora e de suas subsidiárias é manter um equilíbrio entre a continuidade dos negócios e o uso de fontes de financiamento através de empréstimos bancários de curto e longo prazo de acordo com as exigências, linhas de crédito não utilizadas disponíveis nas instituições financeiras e locações financeiras, entre outros mecanismos. Em 31 de dezembro de 2021 aproximadamente 18% da dívida da Controladora e de suas subsidiárias vencerá em menos de um ano (31 de dezembro de 2020 - 67%) considerando o valor contábil dos empréstimos incluídos nas demonstrações contábeis anexas.

A Controladora e suas subsidiárias classificaram como baixa a concentração do risco de liquidez sem grande restrição para o pagamento de passivos financeiros vencendo dentro de doze meses do encerramento do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021. O acesso às fontes de financiamento está devidamente assegurado.

A tabela a seguir mostra um perfil de vencimentos dos passivos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias com base em pagamentos contratuais não descontados decorrentes dos acordos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamento do arrendamento mercantil bruto	-	-	-	-
Outro passivo contratual relevante	160.436	772.052	83.445	1.015.933
Total	160.436	772.052	83.445	1.015.933

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamento do arrendamento mercantil bruto	3.857	3.144	-	7.001
Outro passivo contratual relevante	681.384	383.861	24.680	1.089.925
Total	685.241	387.005	24.680	1.096.926

Análise de sensibilidade para balanços de 2021

Do ponto de vista estatístico, a empresa avaliou as mudanças potenciais nas taxas de juros de passivos financeiros e outros passivos contratuais significativos.

Assumindo completa normalidade e considerando uma variação de 10% nas taxas de juros, três cenários foram avaliados:

- Cenário I: Últimas taxas de juros conhecidas no fechamento de 2021.
- Cenário II: Um aumento de 0,3418% é assumido para a Taxa de Referência Bancária. Este aumento é sobre a última taxa de juros publicada.
- Cenário III: Uma diminuição de 0,3418% é assumida para a Taxa de Referência Bancária. Esta redução está sobre a última taxa de juros publicada.

A análise de sensibilidade não resultou em variação significativa entre os três cenários e, conseqüentemente, eles não são perceptíveis quando o arredondamento chega a milhões. As mudanças potenciais são as seguintes:

Operações	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Previsão de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos	Mudanças nas taxas de juros	907.141	897.958	904.503	894.682
Total		907.141	897.958	904.503	894.682

d. Apólices de seguro

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora e suas subsidiárias adquiriram as seguintes apólices de seguro para mitigar os riscos associados a toda a operação:

Linhas de cobertura de seguro	Limites de cobertura	Cobertura
Todos os riscos, danos e lucros cessantes	De acordo com a substituição e montantes de reconstrução, com um limite máximo de responsabilidade para cada apólice..	Perdas ou danos súbitos e imprevistos e danos incidentais sofridos por bens cobertos, diretamente decorrentes de qualquer evento não expressamente excluído. Cobre edifícios, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, bens, equipamentos eletrônicos, melhorias nas instalações, perda de lucros e outros bens do segurado.
Transporte de bens e recursos	De acordo com a declaração dos valores transportados e um limite máximo por despacho. Os limites e sub-limites diferenciais se aplicam por cobertura.	Bens e bens de propriedade do segurado que estão em trânsito, incluindo aqueles sobre os quais tem um interesse segurável.
Responsabilidade civil de terceiros	Os limites e sub-limites diferenciais se aplicam por cobertura.	Cobre danos a terceiros no desenvolvimento da operação.
Seguro de responsabilidade civil do diretor e dos conselheiros	Os limites e sub-limites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Abrange reivindicações contra diretores e oficiais decorrentes de erro ou omissão durante o mandato.
Engano e riscos financeiros	Os limites e sub-limites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Perda de dinheiro ou títulos em instalações ou em trânsito. Conduta dolosa dos funcionários que resulta em perda financeira.
Seguro de vida em grupo e seguro de acidentes pessoais	O valor segurado refere-se ao número de salários definidos pela empresa.	Morte e incapacidade total e permanente decorrente de eventos naturais ou acidentais.
Veículos	Há um teto definido para cada cobertura	Responsabilidade civil de terceiros. Perda total e parcial - Danos. Perda total e parcial - Roubo Terremoto Outras coberturas, conforme descritas na apólice.
Risco cibernético	Os limites e sub-limites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Perdas diretas decorrentes de acesso malicioso à rede e perdas indiretas de responsabilidade de terceiros cujos dados pessoais tenham sido afetados por um evento coberto pela apólice.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Como mencionado acima, a Controladora e suas subsidiárias utilizam instrumentos financeiros derivativos para cobrir a exposição ao risco, com o objetivo principal de cobrir a exposição ao risco de taxa de juros e risco cambial, transformando a dívida financeira em taxas de juros fixas e taxas de câmbio domésticas.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de referência desses contratos era de COP 302,71 milhões (swap de taxas de juros), USD 104,5 milhões e EUR 6,83 milhões (31 de dezembro de 2020 - USD 54,49 milhões e EUR 5,25 milhões). Tais operações são geralmente contratadas sob condições idênticas em relação a valores, prazos e custos de operação e, de preferência, com as mesmas instituições financeiras, sempre em conformidade com os limites e políticas da Controladora e de suas subsidiárias.

De acordo com as políticas da Controladora e de suas subsidiárias, os swaps podem ser adquiridos com restrições, com autorização prévia da Controladora e de suas subsidiárias.

A Controladora e suas subsidiárias projetaram e implementaram controles internos para garantir que essas operações sejam realizadas em conformidade com as políticas previamente definidas.

f. Justo valor de instrumentos financeiros derivativos

O justo valor dos instrumentos financeiros derivativos é estimado sob o modelo de previsão de fluxo de caixa operacional, utilizando curvas de segurança do tesouro público em cada país e descontando-as ao valor atual, utilizando taxas de mercado para swaps conforme divulgado pelas autoridades competentes em tais países.

Os valores de mercado de swap foram obtidos pela aplicação de taxas de câmbio de mercado válidas na data das informações financeiras disponíveis, e as taxas são previstas pelo mercado com base nas curvas de desconto de moeda. Uma convenção de 365 dias consecutivos foi utilizada para calcular o cupom das posições indexadas em moeda estrangeira.

Nota 47. Informações sobre segmentos operacionais

O total de ativos e passivos por segmento não são especificamente reportados internamente para fins administrativos e, conseqüentemente, não são divulgados no âmbito da IFRS 8 - Segmentos operacionais.

Os segmentos relatáveis incluem o desenvolvimento das seguintes atividades:

Colômbia:

- Éxito: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob a bandeira Éxito.
- Carulla: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento provêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob a bandeira Carulla.
- Baixo custo e outros (Surtimax, Súper Inter, B2B e Surti Mayorista): Os produtos e serviços mais significativos neste segmento provêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob as bandeiras Surtimax, Súper Inter, Surti Mayorista e B2B.

Argentina:

- Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo na Argentina, com lojas sob as bandeiras Libertad e Mini Libertad.

Uruguai:

- Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo no Uruguai, com lojas sob as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

Accounting policies of segments being reported are the same as the Controladora's accounting policies described in Note 4.

A Controladora divulga informações por segmento de acordo com a IFRS 8 - Segmentos operacionais, que são definidos como um componente de uma entidade com informações financeiras separadas avaliadas pela alta administração em uma base contínua.

As vendas a varejo por cada um dos segmentos para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

Geographic segment	Operating segment	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Colômbia	Éxito	8.581.274	8.049.347
	Carulla	1.782.355	1.769.277
	Baixo custo e outros	1.920.768	1.824.061
Argentina		1.178.166	847.060
Uruguai		2.643.858	2.654.336
Total de vendas		16.106.421	15.144.081
Eliminações		(665)	(2.837)
Total Consolidado (Nota 31)		16.105.756	15.141.244

Seguem informações adicionais por segmento geográfico:

Em 31 de dezembro de 2021						
	Colômbia	Argentina (1)	Uruguai (1)	Total	Eliminações (2)	Total
Vendas de varejo	12.284.397	1.178.166	2.643.858	16.106.421	(665)	16.105.756
Margem comercial	3.099.453	412.465	921.140	4.433.058	471	4.433.529
Total de despesas recorrentes	(2.344.855)	(396.022)	(704.635)	(3.445.512)	2	(3.445.510)
ROI	754.598	16.443	216.505	987.546	473	988.019
Ebitda recorrente	1.221.557	41.316	272.057	1.534.930	473	1.535.403

Em 31 de dezembro de 2020						
	Colômbia	Argentina (1)	Uruguai (1)	Total	Eliminações (2)	Total
Vendas de varejo	11.642.685	847.060	2.654.336	15.144.081	(2.837)	15.141.244
Margem comercial	2.758.438	282.994	913.563	3.954.995	1.934	3.956.929
Total de despesas recorrentes	(2.229.763)	(285.007)	(688.320)	(3.203.090)	(11)	(3.203.101)
ROI	528.675	(2.013)	225.243	751.905	1.923	753.828
Ebitda recorrente	976.294	16.026	277.618	1.269.938	1.923	1.271.861

(1) Para fins de informação, as empresas não operacionais (holdings que detêm participações nas empresas operacionais) são alocadas por segmentos para a área geográfica a que pertencem as empresas operacionais. Caso a holding detenha participações em várias empresas operacionais, ela é alocada para a empresa operacional mais significativa.

(2) Refere-se aos saldos das operações realizadas entre segmentos, que são eliminados no processo de consolidação das demonstrações contábeis.

Nota 48. Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas

Ativos não circulantes detidos para negociação

A administração da Controladora iniciou um plano para vender determinados imóveis buscando estruturar projetos que permitam utilizar tais imóveis, aumentar o preço de venda potencial futuro e gerar recursos para a Controladora. Conseqüentemente, certos ativos imobiliários e certas propriedades de investimento foram classificados como ativos não circulantes detidos para negociação.

O saldo dos ativos não circulantes mantidos para negociação, incluído na demonstração da posição financeira, é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo imobilizado (1)	16.340	11.416
Propriedades de investimento (2)	8.261	8.526
Total	24.601	19.942

(1) Representa as seguintes propriedades:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Instalações comerciais Villa Maria (a) (Nota 48.2)	16.340	11.416
Total	16.340	11.416

(a) Um imóvel de propriedade da subsidiária Libertad S.A. detido para comercialização desde dezembro de 2019.

(2) Representa os seguintes bens imóveis:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lote La Secreta (terreno) (Nota 48.2)	5.208	5.465
Instalações comerciais Kennedy (edifícios) (Nota 48.2) (a)	1.640	1.640
Instalações comerciais Kennedy (terreno) (Nota 48.2) (a)	1.229	1.229
Lote La Secreta (construção em andamento) (Nota 48.2)	184	192
Total	8.261	8.526

(a) A Controladora acredita que este ativo será vendido durante o primeiro semestre de 2022.

Nenhuma receita ou despesa foi reconhecida na receita ou em outras receitas abrangentes relacionadas com o uso desses ativos.

Operações descontinuadas

Como parte de sua estratégia de operação, em agosto de 2019 a Controladora decidiu encerrar as operações comerciais da subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2). Com base nesta decisão, os lucros acumulados desta subsidiária em 31 de dezembro de 2020 foram apresentados na demonstração de resultados consolidada como lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e de suas subsidiárias. Durante 2021 e como parte do processo de transição de sua operação comercial em dezembro de 2021, a subsidiária mudou sua razão social, seu objeto social e sua operação comercial e foi capitalizada adicionalmente pela Controladora em \$40.862, superando assim os motivos especiais de dissolução acumulados em 31 de dezembro de 2020. Como consequência desta mudança na razão social, no objeto social e na capitalização feita em agosto de 2021 e outubro de 2021, a subsidiária retomou sua operação (que consiste na comercialização de energia elétrica) e seus resultados acumulados desde 1º de outubro de 2021 são novamente incluídos na demonstração consolidada do resultado juntamente com outros resultados consolidados da Controladora e de suas outras subsidiárias.

O efeito de tais operações descontinuadas na demonstração de resultados consolidada é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
(Prejuízo) líquido da Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2.) (Nota 48.1)	(280)	(1,201)
Líquido (prejuízo) de operações descontinuadas	(280)	(1,201)

Nota 48.1. Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2)

Segue o resultado da operação descontinuada da Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P (Nota 1.2):

	1 de janeiro a 30 de setembro de 2021	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Receita das atividades ordinárias	-	-
Custo das vendas	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas de distribuição, administração e vendas	(226)	(348)
(Prejuízo) das atividades operacionais	(226)	(348)
Despesas financeiras líquidas	(1)	(794)
(Prejuízo) antes do imposto de renda	(227)	(1,142)
Impostos (despesas)	(53)	(59)
Período líquido (prejuízo) da operação descontinuada	(280)	(1,201)
(Prejuízo) atribuível a:		
Acionistas da entidade controladora	(280)	(1,201)
Participações não controladoras	-	-

Nota 48.2. Fatos e circunstâncias que prolongam o período de venda de ativos não circulantes detidos para negociação para mais de um ano.

Em 31 de dezembro de 2021, fatores externos além do controle da administração relacionados com a retração geral da dinâmica do mercado imobiliário, bem como o fracasso em conseguir ofertas que fossem razoáveis e lucrativas fizeram com que a administração reconsiderasse o cronograma original de vendas para certos ativos não circulantes detidos para negociação.

Alguns dos fatores externos que tiveram um efeito no cronograma de operações de venda no fechamento de 31 de dezembro de 2021 foram:

- A confiança dos consumidores diminuiu acentuadamente durante 2020, atingindo níveis de -41,3% em meses como o mês de abril. Embora nos últimos meses daquele ano tenha havido alguma recuperação, durante 2021 ela continuou negativa e a última medição de dezembro de 2021 foi de -7,0%, de acordo com as estimativas da Fedesarrollo.
- As despesas de consumo foram muito impactadas pela emergência da Covid-19 e uma nova redução foi experimentada durante o primeiro semestre de 2021 devido aos novos picos da pandemia.
- A desvalorização do Peso colombiano em relação ao dólar foi de 14,2% em 2021, colocando o Peso colombiano como a moeda mais desvalorizada do mundo, acima de países como a Turquia e a Argentina.
- O risco país medido através dos Credit Default Swaps (CDS), que é o spread de crédito do país, aumentou 100 pontos base, de 130 para 230, o que significa que os estrangeiros percebem um país com maior risco.
- O pessoal empregado pelo comércio varejista, medido numa base de doze meses em novembro de 2021, diminuiu 1,9%.

Durante 2020 e 2021 as ações desenvolvidas pela alta administração da Controladora e suas subsidiárias e suas equipes internas com conhecimento do potencial do mercado imobiliário em conjunto com agentes imobiliários independentes para finalizar a venda de ativos imobiliários foram específicas e focadas em cada imóvel para garantir a viabilidade da venda, assegurar que os imóveis estejam livres de questões legais e obter propostas econômicas de valor agregado.

Os desenvolvimentos no processo de venda em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

- Lote La Secreta. Negociação encerrada com o comprador durante 2019. Em 31 de dezembro de 2021, 14,10% do pagamento do imóvel já foi entregue e recebido. O restante do bem será entregue em coincidência com os pagamentos do bem a ser recebido com o seguinte cronograma: 23,39% em 2022, 20,43% em 2023, 1,19% em 2024 e 40,88% em 2025. A escritura pública de contribuição ao trust foi concedida em 1º de dezembro de 2020 e levada ao registro público em 30 de dezembro de 2020.
- Instalações comerciais do Kennedy. O direito de preferência do locatário expirou durante o terceiro trimestre de 2020. Como consequência de tal expiração, o imóvel pode passar por um processo de oferta pública com o apoio de empresas de corretagem. Ao término do contrato, uma nova taxa mensal de aluguel foi negociada com o arrendatário, o que gerou melhores expectativas sobre o valor do imóvel no mercado e no processo de venda atual, pois trata-se de um imóvel com melhor retorno de investimento para potenciais compradores.
- Imóvel comercial de Villa Maria. A venda do imóvel foi encerrada em 28 de dezembro de 2021 por 4,5 milhões de dólares. No momento da execução do contrato, a subsidiária Libertad S.A. recebeu USD 520.000 e espera receber até 70% durante o primeiro semestre de 2022, época em que o imóvel será entregue ao novo proprietário e a receita da venda será reconhecida. Os 30% restantes serão recebidos durante o segundo semestre de 2022. O dinheiro recebido em dezembro de 2021 foi transportado como pagamento antecipado no valor de \$2.046 (Nota 28).

A Controladora e suas subsidiárias continuam fortemente comprometidas com a venda desses ativos.

Nota 49. Fatos Relevantes

31 de dezembro de 2021

Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora foi realizada em 25 de março de 2021, para deliberar, entre outros tópicos, sobre a aprovação do Relatório da Administração, aprovação de demonstrações contábeis consolidadas separadas em 31 de dezembro de 2020 e aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas.

Reorganização societária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

A reorganização societária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD foi concluída em 31 de dezembro de 2020. Como resultado desta reorganização, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD passou a controlar a Controladora com 96,57% de participação no seu capital social. Com base na regulamentação comercial da Colômbia, a Controladora havia caído em razão da dissolução, uma vez que mais de 95% de seu capital social era detido por um único acionista em 31 de dezembro de 2020.

Em março de 2021, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD superou as bases para a dissolução através de uma transferência de ações da Controladora para outro terceiro (GPA2 Empreendimentos E Participacoes), assim sua nova participação no capital social da Controladora é de 91,57%.

31 de dezembro de 2020

Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora foi realizada em 19 de março de 2020, para deliberar, entre outros tópicos, sobre a aprovação do Relatório da Administração, aprovação de demonstrações contábeis consolidadas separadas em 31 de dezembro de 2019 e aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas.

Encerramento da investigação na Via Varejo S.A.

Em 26 de março de 2020, a Via Varejo S.A. publicou um fato relevante informando que, como conclusão da terceira fase da investigação independente que estava realizando, e que em 31 de dezembro de 2019 não havia sido concluída, em relação a supostas indicações de irregularidades e deficiências contábeis nos controles internos e o impacto potencial dessas questões nas demonstrações contábeis dos períodos em que a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD era a Via Varejo S. A. entidade controladora direta, não havia necessidade de reformular as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, uma vez que, após análise dos resultados da investigação e levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos, chegou-se à conclusão de que os efeitos em tais demonstrações contábeis dos ajustes contábeis resultantes da investigação são não-materiais. Esta conclusão foi ratificada pelos atuais e antigos auditores independentes da Via Varejo S.A.

Pandemia da Covid-19, em 31 de março de 2020

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do novo coronavírus que surgiu pela primeira vez em Wuhan, província de Hubei, China, chamado Covid-19, como uma emergência de saúde pública de importância internacional. Mais tarde, em 11 de março de 2020, e devido aos níveis alarmantes de disseminação do vírus pelo mundo, o Covid-19 foi descrito como uma pandemia.

Desde o surto e a disseminação global, os países têm tomado diferentes medidas, tais como a imposição de quarentenas e isolamento social obrigatório, o fechamento de fronteiras, restrição de viagens, limitação de reuniões públicas e suspensão de todas as atividades sociais, entre outras.

Na Colômbia, o Ministério da Saúde declarou a emergência sanitária por causa do Covid-19 em 12 de março de 2020. Posteriormente, em 17 de março de 2020, por meio do Decreto 417, o Presidente da República da Colômbia declarou o estado de emergência econômica, social e ambiental em todo o país para conter a propagação da pandemia e ajudar a mitigar os riscos associados.

As atividades comerciais e os resultados das operações podem ser afetados negativamente na medida em que esta pandemia influencia a economia nacional e internacional. Os efeitos desta emergência que podem interferir com nossa cadeia de fornecimento e serviços estão além do controle da Controladora e, conseqüentemente, são impossíveis de prever. Os riscos que podem ter um impacto sobre a operação e os resultados da Controladora e suas subsidiárias incluem os efeitos sobre as vendas de certos produtos e serviços, tanto em nível de importação como de exportação, sobre a receita do negócio imobiliário, sobre as viagens nacionais e internacionais, sobre a produtividade dos funcionários, sobre a manutenção do emprego, sobre a queda da bolsa de valores, sobre a volatilidade dos preços de certos produtos e taxas de câmbio e sobre qualquer outra atividade comercial relacionada com um efeito perturbador sobre os negócios, sobre os mercados financeiros ou sobre a economia do país.

A Controladora e suas subsidiárias implementaram uma série de medidas e boas práticas para enfrentar esta situação, com as quais procuram minimizar os riscos observados que podem impactar a operação, proteger a saúde e integridade dos funcionários, manter o país abastecido e permitir o acesso aos alimentos para os mais necessitados, bem como dar paz de espírito, confiança e apoio aos seus interessados durante a situação gerada por esta pandemia.

Seguem algumas das estratégias e ações mais significativas implementadas pela Controladora e suas Subsidiárias colombianas:

1. Em relação à promoção da solidariedade:
 - Oferta de 500.000 mercados com 12 commodities ao custo, para que os clientes com melhores condições econômicas possam demonstrar solidariedade com aqueles em situação vulnerável.
 - A possibilidade de doar a Colômbia aponta para a Fundación Éxito, para que os clientes possam direcionar recursos para aqueles que mais necessitam deles.
 - Entrega de produtos básicos para a primeira infância através da Fundación Éxito, com contribuições de funcionários que doaram um dia de seu salário, e doações feitas pelos clientes através do programa de "pequenas gotas".
 - Lançamento do cartão "Mercado para Colômbia", que pode ser adquirido fisicamente ou virtualmente. Para cada \$50.000 (*) de vendas destes cartões, a Controladora doará \$5.000 (*), que serão destinados a uma obra social.
 - Criação da "Linha Branca" para serviço doméstico como prioridade, gratuita e exclusivamente para profissionais de saúde.
 - Extensão do horário das lojas e atendimento exclusivo para o grupo de maior risco, como idosos, mulheres grávidas e pessoas com deficiência

(*) Expresso em pesos colombianos

2. Em relação aos clientes, sua integridade física nos armazéns e distância social:
 - Provisão de pessoal nas lojas com um kit básico de higiene com máscaras, luvas, hidratação, lentes acrílicas e gel antibacteriano para seus protocolos de higiene permanente, com o objetivo de garantir sua segurança e a dos clientes.
 - Desinfecção e limpeza permanente dos pontos de venda, banheiros, áreas de alto tráfego e carrinhos e cestas de mercado.
 - Cumprimento das regras de capacidade para permitir a circulação com distâncias prudentes para a proteção da saúde.
 - Sinalização nos postos de pagamento da distância mínima entre clientes, de acordo com as normas vigentes.
3. Em relação aos fornecedores e apoio ao seu trabalho:
 - Pagamento antecipado aos pequenos e médios fornecedores dos pagamentos devidos em abril, com o objetivo de melhorar seu fluxo de caixa e facilitar a continuidade de seu funcionamento e a preservação do emprego.
 - Os fornecedores têxteis providenciaram a fabricação e produção de máscaras, o que lhes permite proteger o trabalho de seus funcionários.
4. Em relação ao fornecimento de produtos:
 - Dedicar duas lojas, em Bogotá e Medellín, para a distribuição e fornecimento exclusivo dos produtos de maior demanda durante a situação.
 - Garantir o acesso aos produtos, estabelecendo limites de compra unitários por cliente em produtos como máscaras, gel antibacteriano, álcool e luvas.
 - A Controladora aderiu ao acordo de auto-regulamentação comercial assinado pela FENALCO com seus comerciantes afiliados a fim de chamar todos os membros da cadeia de abastecimento (fornecedores, produtores, distribuidores e comerciantes) para administrar os preços racionalmente e regular o comércio a fim de garantir a ordem e a distância social. Com esta união, a Controladora reafirma seu compromisso com a proteção da saúde pública, a segurança alimentar, o fornecimento de produtos básicos, a preservação do emprego e a atividade econômica para a gestão adequada da emergência.
5. Em relação aos funcionários, seus cuidados e estabilidade no emprego:
 - Informação e comunicação constante das recomendações das autoridades sanitárias para o autocuidado e protocolo frente à propagação do vírus.
 - Massificação do trabalho remoto para os funcionários da sede da empresa.
 - Fornecimento, ao pessoal das áreas financeiras que estão trabalhando remotamente, de todas as ferramentas necessárias para garantir a emissão oportuna e confiável e a integridade das consolidadas separadas e demonstrações contábeis.
 - Atribuição de funcionários das unidades de negócios que estão sendo afetadas pela emergência para reforçar as tarefas das outras unidades de negócios operacionais.
 - Bônus e benefícios especiais para funcionários de lojas e centros de distribuição, como um reconhecimento de seu esforço e compromisso.

6. Com relação aos planos de expansão e investimento:
 - Comitês de crise estabelecidos com o objetivo de monitorar as decisões de emergência e governamentais e tomar as decisões apropriadas para garantir a continuidade das operações.
 - Redução dos planos de expansão como mecanismo de proteção de caixa, com ênfase em projetos que estavam em andamento no momento da declaração da emergência.
 - Realocação de planos de investimento focalizando a estratégia no fortalecimento dos projetos estratégicos omnichannel da Controladora.
7. Com relação às operações da Controladora:
 - Fortalecimento dos canais de vendas de comércio eletrônico, entregas ao domicílio e aplicações com o objetivo de facilitar as compras sem sair de casa.
 - Reforço do processo de revisão de preços nas lojas e com os fornecedores para ter controle e evitar aumentos injustificados.
 - Priorização das compras para produtos menos afetados pelo aumento do dólar.
 - Reforço de outros serviços de venda, como o serviço de "compra e coleta" através do qual os clientes encomendam produtos por diferentes canais e depois se deslocam para os diferentes locais dispostos para a coleta, minimizando assim o risco de contato e cumprindo todos os protocolos de higiene, limpeza e desinfecção.
 - Entrega ao domicílio priorizando o uso de veículos elétricos para ajudar a mitigar a poluição do ar, em Bogotá e Medellín.

Seguem algumas das estratégias e ações mais significativas implementadas pelas subsidiárias estrangeiras:

- Diálogo contínuo com as autoridades, nacionais e provinciais, a fim de alinhar todas as disposições de saúde e segurança e estabelecer mecanismos para sua aplicação adequada.
- Cumprimento das medidas emitidas pelas autoridades em relação às horas especiais para grupos de risco, o limite de acesso às lojas para garantir espaço adequado entre elas, com demarcação da distância entre as pessoas.
- Provisão de pessoal com características básicas de segurança higiênica.
- Provisão e instalação de separadores acrílicos para caixas registradoras.
- Controle do estoque de produtos nas lojas e centros de distribuição através de um plano adequado de compras e fornecimento.
- Massificação do trabalho remoto para funcionários de escritórios da administração central.

Pandemia da Covid-19, durante o segundo trimestre de 2020

Com relação à Controladora e suas Subsidiárias colombianas, o estado de emergência econômica, social e ambiental em todo o país declarado pelo Presidente da República da Colômbia a partir de 17 de março de 2020 para conter a propagação da pandemia e ajudar a mitigar os riscos associados estava em vigor durante o segundo trimestre de 2020.

Provavelmente, os governos da Argentina e do Uruguai mantiveram as medidas de quarentena e as medidas de saúde e segurança estabelecidas desde o primeiro trimestre de 2020.

Como resultado desta situação, a Controladora e suas subsidiárias continuaram incorrendo em despesas para implementar medidas para enfrentar esta situação, visando minimizar os riscos que possam ter um efeito negativo sobre a operação, proteger a saúde e a integridade dos funcionários, manter o fornecimento nos países e proporcionar tranquilidade, confiança e apoio aos seus interessados.

Além disso, a Controladora e suas subsidiárias avaliaram os efeitos potenciais da emergência econômica em suas demonstrações contábeis. Após a avaliação, a empresa não identificou situações específicas ou efeitos materiais negativos sobre o valor de seus investimentos, sobre a mensuração de estoques, sobre a depreciação de propriedades, plantas e equipamentos, sobre a mensuração da deterioração de créditos comerciais, sobre passivos de provisões ou planos de reorganização, sobre a mensuração de benefícios aos empregados, sobre a estimativa e reconhecimento do imposto de renda diferido, sobre a hierarquia do justo valor, sobre operações com partes relacionadas, sobre a deterioração de ativos, sobre receitas de atividades ordinárias decorrentes de contratos com clientes, sobre contratos de arrendamento, sobre ativos não circulantes mantidos para negociação, sobre operações descontinuadas e, em geral, sobre todos os seus passivos, que possam ter um efeito sobre a posição financeira ou sobre os resultados das operações, ou que possam prejudicar sua sustentabilidade e operação.

Existem certas situações particulares, que não afetam ou dão origem a mudanças significativas nos ativos que acarretam prejuízos, e que são bens escriturados nas demonstrações contábeis:

- A Controladora e suas subsidiárias concederam descontos a seus arrendatários, os quais foram reconhecidos como um valor de receita inferior. Em 30 de junho de 2020, o valor dos descontos concedidos era de \$28.723.
- A diminuição da receita da joint venture Compañía de Financiamiento Tuya S.A. resultou em despesas com o envolvimento nesta joint venture após a medição usando o método de equivalência patrimonial e, adicionalmente, impediu o reconhecimento da receita proveniente do envolvimento no acordo de colaboração.

Finalmente, a Controladora e suas subsidiárias concluíram que as consequências deste impacto não afetam a capacidade de continuar como uma preocupação contínua, como evidenciado pelos resultados de suas operações.

Pandemia da Covid-19, durante o terceiro e quarto trimestres de 2020

Com relação à Controladora e suas Subsidiárias colombianas, o estado de emergência econômica, social e ambiental em todo o país declarado pelo Presidente da República da Colômbia a partir de 17 de março de 2020 para conter a propagação da pandemia e ajudar a mitigar os riscos associados estava em vigor até 1º de setembro de 2020.

Como resultado de tal situação e da reativação gradual da economia do país, a Controladora e suas Subsidiárias colombianas não incorreram em despesas adicionais do mesmo tipo daquelas incorridas até 30 de junho de 2020 para implementar as medidas necessárias para enfrentar o mencionado estado de emergência.

Provavelmente, os governos da Argentina e do Uruguai começaram a levantar certas medidas de quarentena e as medidas de saúde e segurança estabelecidas desde o primeiro trimestre de 2020. Conseqüentemente, as subsidiárias nesses países incorreram em algumas despesas de bolso para continuar enfrentando a situação.

Entretanto, existem certas situações particulares, que não afetam ou dão origem a mudanças significativas nos ativos que implicam em prejuízos, e que são bens escriturados nas demonstrações contábeis:

- A Controladora e suas subsidiárias concederam descontos a seus arrendatários, os quais foram reconhecidos como um valor de receita inferior. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, o total de descontos concedidos foi de \$72.769.
- A diminuição da receita da joint venture Compañía de Financiamiento Tuya S.A. resultou em despesas com o envolvimento nesta joint venture após a medição usando o método de equivalência patrimonial e, adicionalmente, impediu o reconhecimento da receita proveniente do envolvimento no acordo de colaboração.

Reorganização Societária da Sendas Distribuidora S.A. e da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

A reorganização societária realizada pela Sendas Distribuidora S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, um dos efeitos foi a transferência das ações da Controladora detidas pela Sendas Distribuidora S.A. para a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, foi concluída em 31 de dezembro de 2020. Com esta reorganização, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD passou a controlar a Controladora com 96,57% de participação no seu capital social.

Como consequência desta mudança de controle, e com base na regulamentação comercial colombiana, a Controladora caiu em razão de sua dissolução, já que mais de 95% de seu capital social pertence a um único acionista. A Controladora tem um prazo de 18 meses para superar esta situação, a partir da data em que foi criada.

Implementação da Lei Sarbanes Oxley

Durante 2020, a Controladora e suas subsidiárias assumiram o desafio de implementar a Lei Sarbanes Oxley (SOX). Como parte essencial da implementação do programa anual SOX, foi desenvolvido um processo para identificar, analisar e avaliar riscos que poderiam ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Controladora e suas subsidiárias de registrar, processar, consolidar e relatar suas demonstrações contábeis. Este processo envolveu a participação de consultores externos e uma equipe interna dedicada à identificação, projeto, implementação e avaliação de controles internos suficientes e relevantes para minimizar estes riscos, para fortalecer o sistema de controle interno sobre relatórios financeiros, reduzir a exposição da Controladora e de suas subsidiárias à materialização de erros e imprecisões nos processos e demonstrações contábeis, avançar na melhoria contínua dos sistemas de informação e tecnologia e consolidar a credibilidade financeira junto aos acionistas e investidores. As atividades envolvidas na implementação do programa anual SOX incluem, entre outras (a) a identificação de subsidiárias, contas, processos e sistemas de informação materiais para as demonstrações contábeis da Controladora e de suas subsidiárias, (b) a avaliação dos riscos de declarações falsas e fraudes materiais nesses componentes materiais, e (c) o projeto, implementação e aprimoramento de atividades de controle que mitiguem esses riscos. Além disso, foi avaliada a eficácia do sistema de controle interno sobre os relatórios financeiros da Controladora e de suas subsidiárias, e foi fornecido treinamento ao pessoal da Controladora e de suas subsidiárias e à Auditoria Interna sobre temas relacionados com a definição de um controle interno baseado na Sox, a documentação necessária para minimizar a materialização de riscos de erros nas demonstrações contábeis e a responsabilidade da Administração na manutenção desses controles da Sox, entre outros. Finalmente, houve comunicação contínua com o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria sobre o andamento do projeto. Como resultado destas atividades, foi possível criar uma cultura entre os funcionários focada em demonstrar transparência nos processos e qualidade da informação.

Nota 50. Eventos após o período do relatório

Não ocorreram eventos posteriores à data do período do relatório que impliquem em mudanças significativas na posição financeira e nas operações da Controladora e de suas subsidiárias.

Entretanto, eventos subseqüentes ocorreram após a data do período de relatório que não afetam a posição financeira, mas que, devido à sua relevância, devem ser divulgados nas demonstrações contábeis:

Recebimento de recursos de indenização por sinistro.

Em 10 de janeiro de 2022, a seguradora encarregada de cobrir os prejuízos decorrentes dos danos causados pelos atos praticados contra a infraestrutura das lojas Controladora em diferentes cidades do país pagou US\$ 1.494 como parte da indenização por danos. A cobrança da receita em 2021 foi devidamente registrada na outra conta de receita operacional extraordinária, conforme detalhado na Nota 34.

Relatório de Auditoria

À Assembleia de Acionistas da:
Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias

Parecer

Auditei as demonstrações contábeis consolidadas da Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias (o Grupo) que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa para o ano então encerrado, e o resumo das políticas contábeis significativas e outras notas explicativas.

Em minha opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anexas apresentam com propriedade, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2021, os resultados consolidados de suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o ano então encerrado de acordo com as práticas contábeis adotadas na Colômbia.

Fundamento do parecer

Realizei minha auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia. Minhas responsabilidades no cumprimento dessas normas estão descritas na seção Responsabilidades do Auditor para a Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas deste relatório. Sou independente do Grupo de acordo com o Manual do Código de Ética para Profissionais de Contabilidade, com os requisitos éticos relevantes para minha auditoria das demonstrações contábeis na Colômbia, e cumpro as outras responsabilidades éticas aplicáveis. Acredito que as provas de auditoria que obtive são suficientes e apropriadas para fundamentar o meu parecer.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, no meu julgamento profissional, foram de maior importância em minha auditoria das demonstrações contábeis consolidadas anexas. Estes assuntos foram tratados no contexto de minha auditoria das demonstrações contábeis consolidadas tomadas como um todo, e na formação do parecer relacionado, mas não com o propósito de fornecer um do parecer separado sobre estes assuntos. Com base no acima exposto, expus abaixo a forma como cada assunto-chave foi tratado durante minha auditoria.

Cumpro as responsabilidades descritas na seção Responsabilidades do Auditor para a Auditoria das Demonstrações contábeis Consolidadas do meu relatório, inclusive em relação a estes assuntos. Assim, minha auditoria incluiu a realização de procedimentos destinados a responder aos riscos avaliados de declarações errôneas materiais nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os resultados dos meus procedimentos de auditoria, incluindo os procedimentos realizados para tratar dos assuntos abaixo mencionados, formam a base do meu parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas anexas.

Principais assuntos de auditoria	Resposta da auditoria
<p>Gestão de Sistemas de Tecnologia da Informação (TI)</p> <p>Devido à natureza das operações do Grupo, os sistemas desempenham um papel importante na garantia da integridade e precisão das informações financeiras.</p> <p>Os controles gerais de TI e outros elementos que envolvem aplicações influenciam as atividades realizadas dentro dos vários processos e, por este motivo, são levados em consideração ao definir a estratégia de auditoria e os procedimentos necessários para obter provas suficientes e apropriadas e são, portanto, uma questão chave de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Obtive um entendimento dos sistemas, processos e controles relevantes. - Envolvi especialistas internos no processo de avaliação dos controles gerais da TI. - Avaliei o projeto, os planos de ação e o nível de implementação da remediação, as ações tomadas e os progressos alcançados durante o ano. O plano de remediação continua em andamento. - Com base nos resultados dos procedimentos acima, determinei a natureza e a extensão dos procedimentos substantivos necessários para obter provas de auditoria suficientes e apropriadas, que incluíram, entre outros, testes documentais detalhados das informações processadas pelos sistemas de informação e o uso de relatórios gerados a partir dos sistemas de informação através de ferramentas analíticas.
<p>Avaliação de descontos em negociações com fornecedores</p> <p>Durante 2021, o Grupo recebeu descontos de seus fornecedores, no valor de US\$1.965.335 milhões, representando 12% da receita operacional total do Grupo.</p> <p>Uma alta porcentagem dos descontos tem condições comerciais específicas com cada fornecedor e em diferentes épocas do ano, o que pode impactar o momento apropriado de seu reconhecimento, a base, a natureza do desconto e sua classificação na demonstração de resultados e no inventário.</p> <p>Devido ao impacto relevante no lucro líquido do ano, o volume de contratos e fornecedores envolvidos, considerei a determinação de descontos de fornecedores como uma questão chave de auditoria.</p>	<p>Em resposta a esta questão, realizei os seguintes procedimentos com base na seleção estatística:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comparei o desconto registrado com os suportes fornecidos pelo Grupo (negociação com os clientes, aprovações, valor acordado). - Validei as operações durante e no final do ano, a fim de identificar transações não usuais ou ajustes. - Confirmei os saldos de desconto no final do ano e comparei a resposta com os registros contábeis ou realizei procedimentos alternativos onde a confirmação não foi obtida. - Realizei procedimentos analíticos.

Principais assuntos de auditoria	Resposta da auditoria
<p>Avaliação da Depreciação do Fundo de Comércio e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021, o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida totalizavam 3.024.983 mil e US\$242.170 milhões, respectivamente, representando 23% do total de ativos.</p> <p>O Grupo realiza testes anuais de recuperabilidade do fundo de comércio e de outros ativos intangíveis com vida útil indefinida. A determinação do valor recuperável, que é o maior de valor em uso e o valor justo menos os custos de descarte, requer o julgamento da administração tanto na identificação quanto na avaliação das unidades geradoras de caixa relevantes. Valores recuperáveis requerem julgamento gerencial sobre as variáveis e condições do mercado, bem como os fluxos de caixa esperados para os próximos cinco anos, taxa de crescimento perpétuo para os períodos subsequentes, análise de tendências baseada em resultados históricos e as taxas de inflação e desconto mais apropriadas. Este é um assunto chave de auditoria devido a sua materialidade, o julgamento da administração necessário para estimar as hipóteses de projeção de fluxo de caixa e a taxa de desconto utilizada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliei a análise de sensibilidade da administração sobre a aplicação das premissas utilizadas na determinação do valor recuperável e projeções de fluxo de caixa ao orçamento aprovado pela administração, bem como ao desempenho histórico e ao contexto econômico em que a empresa opera. - Avaliei os métodos e parâmetros para o cálculo da taxa de desconto utilizada na projeção do fluxo de caixa. - Envolvi especialistas internos em avaliação para me apoiar na avaliação dos métodos utilizados e das hipóteses definidas pela gerência. - Verifiquei as divulgações exigidas. - Avaliei a competência e a objetividade do especialista externo que preparou o modelo financeiro.
<p>Ativos fiscais diferidos e créditos fiscais</p> <p>Conforme divulgado na Nota 26, a Empresa tem ativos de crédito fiscal de \$112.268 milhões e ativos de impostos diferidos de \$38.410 milhões que serão compensados nos anos seguintes e até 2025.</p> <p>Considero o reconhecimento de ativos fiscais como uma questão chave de auditoria porque envolve um alto nível de julgamento da administração na avaliação da quantificação, probabilidade e adequação dos lucros tributáveis futuros contra os quais esses ativos fiscais podem ser compensados no futuro, bem como os argumentos legais em relação a possíveis discussões com as autoridades fiscais.</p>	<p>Realizei, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos de auditoria sobre a classificação das diferenças temporárias e permanentes e as taxas aplicáveis de acordo com os regulamentos atuais e o movimento do ano com efeito nos resultados. - Obtive e avaliei, com o apoio de um especialista em impostos, a documentação dos argumentos jurídicos da Administração e seus assessores fiscais sobre a adequação e a temporalidade no uso dos créditos fiscais. - Avaliei a razoabilidade dos critérios e as principais hipóteses consideradas pela Empresa ao estimar lucros tributáveis futuros necessários para a compensação de ativos fiscais.

Outras informações

A administração é responsável pelas outras informações. As outras informações compreendem o relatório integrado, mas não incluem as demonstrações contábeis consolidadas e o meu relatório de auditoria, que obtive antes da data deste relatório de auditoria e do relatório integrado, que deverá ficar disponível após aquela data.

Meu parecer sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange as outras informações e não expressa nenhuma forma de conclusão que proporcione um grau de garantia sobre esta.

Em relação à minha auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, minha responsabilidade é ler as outras informações que identifiquei acima e, ao fazê-lo, considerar se existe uma inconsistência material entre as outras informações e as demonstrações contábeis consolidadas ou o conhecimento obtido por minha auditoria ou se de outra forma parece haver uma falsa declaração material das outras informações.

Quando leio e considero o relatório integrado, se acredito que ele contém um erro material, sou obrigado a comunicar o assunto aos responsáveis da governança da entidade.

Responsabilidades da Administração e dos Responsáveis de Governança para as demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e apresentação corretas das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Colombianas de Informação Financeira (NCIF); pela concepção, implementação e manutenção de controles internos relevantes para a elaboração e apresentação corretas das demonstrações contábeis consolidadas que estão livres de erros materiais, seja devido a fraude ou erro; pela seleção e aplicação de políticas contábeis apropriadas; e por fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável por avaliar a capacidade do Grupo de continuar como uma empresa em funcionamento, divulgando, conforme apropriado, assuntos relacionados a ela e utilizando a base da contabilidade da empresa em funcionamento, a menos que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar as operações, ou não tenha outra alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governança da entidade controladora são responsáveis pela supervisão do processo de relatórios financeiros do Grupo.

Responsabilidades do Auditor na Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Meu objetivo é obter uma garantia razoável sobre se as demonstrações contábeis consolidadas tomadas como um todo estão livres de erros materiais, seja por fraude ou erro, e emitir um relatório que inclua meu parecer. A garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não garante que uma auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia sempre detectará um erro material quando ele existir.

Declarações errôneas podem surgir de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, for razoável esperar que possam influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia, devo exercer julgamento profissional e manter o ceticismo profissional durante toda a auditoria, além disso:

- Identificar e avaliar os riscos de declaração incorreta material das demonstrações contábeis consolidadas, seja devido a fraude ou erro, projetar e executar procedimentos de auditoria sensíveis a esses riscos, e obter provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para minha opinião. O risco de não detectar um erro material devido a fraude é maior do que para um resultante de erro, pois a

fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, deturpações ou controle interno excessivo.

- Obter um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de projetar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias.
- Avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações relacionadas feitas pela gerência.
- Concluir sobre a adequação do uso pela gerência da base de continuidade da contabilidade e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo de continuar como uma empresa em continuidade. Se eu concluir que existe uma incerteza material, sou obrigado a chamar a atenção no relatório de auditoria para as divulgações relacionadas nas demonstrações contábeis consolidadas ou, se tais divulgações forem inadequadas, a modificar meu parecer. As conclusões do auditor baseiam-se nas evidências de auditoria obtidas até a data do meu relatório, entretanto, eventos ou condições subsequentes podem fazer com que uma entidade deixe de ser capaz de continuar como uma empresa em funcionamento.
- Avaliar a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as transações e eventos subjacentes de uma maneira que permita uma apresentação justa.
- obter suficientes evidências de auditoria apropriadas em relação às informações financeiras das entidades ou atividades comerciais que fazem parte do Grupo para expressar meu parecer sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Sou responsável pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, assim, pelo parecer da auditoria.

Comuniquei aos encarregados da governança, entre outros assuntos, o escopo e o momento previstos da auditoria, os resultados significativos da auditoria e quaisquer deficiências significativas no controle interno identificadas no decorrer da auditoria.

Também forneci aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumpro os requisitos éticos aplicáveis em relação à independência e comuniquei com eles sobre todas as relações e outros assuntos que poderiam razoavelmente afetar minha independência e, quando apropriado, as salvaguardas relacionadas.

Entre os assuntos que têm sido objeto de comunicação com os responsáveis pela governança da empresa, identifiquei os assuntos que têm sido mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do período atual e que são, portanto, assuntos chave de auditoria.

Descrevi esses assuntos em meu relatório de auditoria, a menos que disposições legais ou regulamentares proibam a divulgação pública do assunto ou, em circunstâncias extremamente raras, seja determinado que um assunto não deve ser comunicado em meu relatório porque as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente superiores aos benefícios de interesse público de fazê-lo.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis consolidadas sob as normas contábeis e contábeis aceitas na Colômbia da Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias em 31 de dezembro de 2020, que fazem parte das informações comparativas nas demonstrações contábeis anexas, foram auditadas por mim de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia, sobre as quais expressei meu parecer sem ressalvas em 23 de fevereiro de 2021.

(a.) (ilegível)
Ángela Jaimes Delgado
Auditora e Sócia
Documento Profissional 62183-T
Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530

Medellín, Colômbia
23 de fevereiro de 2022

